

UNIVERSIDADE PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADES DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CACILDO TEIXEIRA DE CARVALHO NETO

**ÉTICA, ÉTICA PROFISSIONAL E O TRABALHO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL**

**FRANCA
2013**

CACILDO TEIXEIRA DE CARVALHO NETO

**ÉTICA, ÉTICA PROFISSIONAL E O TRABALHO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira

**FRANCA
2013**

Carvalho Neto, Cacildo Teixeira de
Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social / Cacildo Teixeira de Carvalho Neto. –Franca : [s.n.], 2013
154 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Ubaldo Silveira

1. Serviço social – Ética profissional. 2. Assistentes sociais.
I. Título.

CDD – 361.0017

CACILDO TEIXEIRA DE CARVALHO NETO

**ÉTICA, ÉTICA PROFISSIONAL E O TRABALHO PROFISSIONAL DO
ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para
obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

**Dr. Ubaldo Silveira — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais —
Universidade Paulista "Júlio de Mesquita Filho"**

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela conquista, a minha família: minha mãe Ivis, meus irmãos Alessandra e Eduardo, meus cunhados Antonio Carlos e Ilza, e meus sobrinhos Vitor, Igor e José Victor.

Aos meus amigos e companheiros dos desafios diários Ana Paula, Carol, Josiele, Junior, Lorena, Luana, Márcia, Monize, Naheve, Tânia e Tatiane. Além de todos os amigos que conheci na UNESP.

Ao "mestre" Prof. Ubaldo, pelos ensinamentos durante as orientações. Compartilhar é algo que poucos sabem, mas aqui encontrei um senhor que me fez admirá-lo pelo conhecimento, pela simplicidade e devoção pelo saber e saber compartilhá-lo. Agradeço a D. Genoveva pelo carinho!

Aos professores que oportunizaram os momentos de construção-desconstrução-reconstrução do conhecimento. Cresci enquanto assistente social, enquanto ser humano.

Pelo breve contato, mas simplesmente especial, ao Prof. Gustavo pelo ensinamento filosófico.

Em especial, às amigas que cruzaram os estados para as aulas, seminários e congressos, Mireille e Thalita, meu muito obrigado!

Agradeço a todos pelo carinho e atenção. Mas que esses agradecimentos não se esgotem aqui, pois novos desafios virão.

Quando ouvir um pássaro cantando é o anjo anunciando a chegada de Deus!
Quando a brisa do vento lhe tocar é Deus próximo de você!
Quando um amigo lhe der um abraço e você sentir o coração dele pulsando como se
fosse o seu próprio coração é Deus tocando em você!
Viva, simplesmente viva! É o que Deus espera de nós!

Cacildo Neto

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. **Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

RESUMO

O presente trabalho tem o escopo de apresentar o debate da ética nas dimensões cultural, filosófica, histórico e social, e sua interface com o Serviço Social. Para isso, objetiva-se conhecer a dimensão ética do processo de trabalho do assistente social, tendo como cenário de pesquisa a cidade de Uberaba (MG). No entanto, torna-se necessário explorar os conhecimentos que perpassam a dimensão do cotidiano profissional; assim, procura-se apreender a concepção sobre ética e ética profissional dos assistentes sociais de Uberaba; identificar o debate sobre a ética no processo de trabalho do assistente social; desvelar os desafios postos no cotidiano profissional do assistente social para o agir ético; e identificar a materialização do Código de Ética de 1993 a partir do processo de trabalho dos assistentes sociais. Tendo os objetivos elencados, traça-se o percurso metodológico para desenvolver a pesquisa. Adotando o materialismo histórico e dialético como perspectiva teórica, foram escolhidas as técnicas para a realização da pesquisa, como a revisão literária, a pesquisa documental e de campo. Para melhor compreensão da realidade a ser desvelada, buscou-se na entrevista a forma de instrumento de pesquisa que mais aproximaria o sujeito pesquisador do sujeito pesquisado. Considerando o objeto a ser desvelado, a pesquisa foi de tipo exploratória e com abordagem qualitativa, o que permitiu avançar para além da aparência do objeto pesquisado. O resultado desta pesquisa está apresentado em três capítulos que sintetizam o conhecimento apreendido. Essa construção do conhecimento busca elencar as dimensões da ética, compreendendo os valores humanos que perpassam toda a discussão, como liberdade, autonomia e alteridade, entre outro. Essa construção abarcou referenciais teóricos adotados pelo Serviço Social, o que permitiu, juntamente com os dados empíricos, compreender a relação da ética com o Serviço Social em seu processo histórico. Presente nas mediações, a ética está no campo das profissões e com isso elege valores e princípios que direcionam seus trabalhadores. Os princípios éticos adotados pelo Serviço Social estão expostos no Código de Ética de 1993 e Resoluções; os valores neles implícitos traçam a direção social para a efetivação do projeto ético-político profissional. Compreende-se que este trabalho não esgota o objeto pesquisado, mas os elementos aqui presentes evidenciam um caminho para o enfrentamento dos desafios e possibilidades para a materialização desses valores que extrapolam a profissão, pois, ao eleger a liberdade enquanto valor ético central, a busca pela democracia e cidadania, e almejar a emancipação política do homem, a profissão avança para outra esfera, a da totalidade.

Palavras-chave: ética. profissão. Serviço Social. valores.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. **Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss the cultural, philosophical, historical and social dimensions of ethics, and its interface with the Social Service. For this purpose, it was aimed to meet the ethical dimension of the work process of the social worker in Uberaba (MG). However, it is necessary to exploit the knowledge that permeate the professional everyday dimension, to grasp the concept of ethics and professional ethics of Uberaba's social workers; to identify the debate on ethics in the social worker work process; to reveal the challenges faced for ethical action in social worker professional everyday work; and to identify the materialization of the 1993's Code of Ethics from the process of social work. Having listed those goals, we draw the research methodological route. Adopting historical materialism as a theoretical perspective, the research techniques chosen were literature review, documentation and field research. For a better understanding of the reality to be unveiled, the interview was chosen as a research instrument for closely approaching the researcher and the subject. Considering the object to be unveiled, the study was exploratory with a qualitative approach, which allowed to move beyond the appearance of the object searched. The result of this research is presented in three chapters that summarize the knowledge acquired. This construction of knowledge aims to list the dimensions of ethics, including human values that underlie the whole discussion, as freedom, autonomy and otherness. The construction was subsided by theoretical frameworks adopted by the Social Work, which allowed, along with the empirical data, to understand the relationship of Social Work ethics in its historical process. Present in mediations, ethics is in the professional field and thus elects values and principles that guide workers. Ethical principles adopted by the Social Work are set out in the 1993's Code of Ethics and Resolutions: the values implicit in them trace the social direction for the realization of the professional ethical-political project. It is understood that this work does not exhaust the subject researched, but the elements here presented indicate a way to face the challenges and possibilities for the realization of these values that exceed the profession, for choosing freedom as central ethical value, the search for democracy and citizenship and aim for the political emancipation of man, the profession moves to another sphere, that of the wholeness.

Keywords: ethics. profession. Social Work. values.

LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ALAESS	Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social
ANAS	Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais
BH	Belo Horizonte
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CELATS	Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CF	Constituição Federal
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MG	Minas Gerais
NPJ	Núcleo de Práticas Jurídicas
ONU	Organização das Nações Unidas

PEP	Projeto Ético-Político
PPP	Projeto Político Pedagógico
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RJ	Rio de Janeiro
SESSUNE	Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social
SP	São Paulo
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1 ÉTICA E ÉTICA PROFISSIONAL	18
1.1 Ética: aspectos filosóficos, históricos e sociais	18
1.1.1 A ética e suas categorias	31
1.2 A ética profissional	54
CAPÍTULO 2 A ÉTICA PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL	62
2.1 O Serviço Social: processo histórico e seus pressupostos éticos	62
2.2 Os Códigos de Ética do Serviço Social, 1947 a 1986	87
2.2.1 Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1947.....	87
2.2.2 Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1965.....	91
2.2.3 Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1975.....	95
2.2.4 Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1986.....	98
CAPÍTULO 3 O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DE 1993	102
3.1 Aspectos históricos e sociais do Código de Ética de 1993.....	102
3.2 Os Desafios para a materialização dos princípios éticos da profissão na dimensão do trabalho profissional	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	153
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	154

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como objeto de estudo a ética nas dimensões filosófica, histórica, teórica, social, econômica, política e cultural, compreendida como capacidade eminente do homem, que emerge nas mediações como objetivação e parte de uma práxis social, de aproximações sucessivas que compõem a totalidade.

A proposta deste estudo é compreender a interface da ética, como categoria ontológica do ser social, com o Serviço Social. Para isso, esta pesquisa trará à tona a ética profissional, o que aproximará o debate da ética no Serviço Social e as formas como a categoria profissional se apropria desse debate.

Assim, para alcançar o debate desse objeto de pesquisa, o respectivo trabalho traz como objetivo geral conhecer a dimensão ética do processo de trabalho do assistente social no município de Uberaba, em Minas Gerais. Para tanto, é necessário avançar nos conhecimentos que perpassam a dimensão do cotidiano profissional. Desta forma, objetiva-se apreender a concepção sobre ética e ética profissional dos assistentes sociais de Uberaba (MG); identificar o debate sobre a ética no processo de trabalho do assistente social; desvelar os desafios postos no cotidiano profissional do assistente social para o agir ético; e identificar a materialização do Código de Ética de 1993, a partir do processo de trabalho dos assistentes sociais.

O desejo de realizar esta pesquisa nasceu juntamente com os processos de trabalho do pesquisador, como assistente social e docente em uma universidade local. Os processos de trabalho realizados num contexto multiprofissional e interdisciplinar provocaram no pesquisador a aspiração para essa pesquisa.

Na posição de assistente social lotado em um hospital universitário,¹ atuou com outros trabalhadores da saúde, como médicos, psicólogos, fisioterapeutas, biomédicos e enfermeiros, entre outros. O trabalho realizado em conjunto com esses trabalhadores por meio de projetos de intervenção, tendo como parâmetro o Projeto de Humanização Hospitalar "HUMANIZADO", no qual o pesquisador tinha a função de

¹ Hospital Universitário da Universidade de Uberaba, conveniado com o Sistema Único de Saúde (SUS). Seu atendimento é totalmente pelo SUS, não tendo convênio com prestadoras de serviços e planos de saúde particulares.

subcoordenador, provocou a reflexão e debate diante do posicionamento ético dos outros trabalhadores.

Na mesma direção, era multiprofissional o trabalho desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas,² juntamente com advogados e psicólogos. Nesse espaço, rico no debate sobre o direito, os embates foram ainda maiores, pois a divergência diante da visão de homem e do mundo a partir de uma fundamentação teórica e a apreensão da realidade dos usuários, tendo como orientação social a Teoria Crítica em consonância com o projeto ético-político profissional, levaram o pesquisador a buscar por respostas.

Essas experiências ficavam ainda tensionadas com a participação dos estagiários de Serviço Social, pois a supervisão de campo era uma das atribuições técnico-operativas a ser desenvolvida, além de ser um compromisso com o projeto de formação em Serviço Social. Nesse âmbito, o debate era aguçado pelos estagiários, os "por quê?" realçavam as análises, e isso não era diferente nas salas de aula.

No trabalho docente, o debate da ética perpassava as disciplinas. As dúvidas e angústias dos alunos refletiam a aproximação da ética profissional com a ética construída em suas relações pessoais. Seus conflitos éticos diante dos valores e a visão de homem e mundo tanto compartilhavam espaço com os princípios éticos da profissão, como, em outros momentos, iam de encontro a estes princípios, o que levava os alunos a questioná-los a partir da experiência e valores de vida construídos até aquele momento.

A aproximação à temática provocou no pesquisador o anseio de desvelar os rumos da ética na atual condição social. A experiência profissional adquirida no cotidiano aproximou diferentes realidades, o que desafiava o pesquisador a buscar por repostas. Compreendendo-o como o momento em que as relações sociais emergem diante de várias determinações, o cotidiano será o momento de possíveis transformações societárias.

A relevância em pesquisar a categoria ética na dimensão do trabalho profissional do assistente social deriva da própria realidade, do cotidiano profissional e das refrações do capital nas relações sociais. Na sociedade capitalista, é no cotidiano que acontecem a produção e a reprodução das relações sociais, ditando na estrutura e na superestrutura as normas e imposições ideológicas concernentes

² Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ): presta assistência judiciária gratuita à comunidade local e regional.

ao interesse do capital. Voltado para a lógica do mercado e da "financeirização" do capital, os sujeitos sociais reproduzem os valores impregnados na sociedade como verdades universais, distanciando-se os homens dos valores éticos humanistas.

Os valores introduzidos nas relações sociais compreendidas nas dimensões econômicas, políticas e culturais são reflexos de uma sociedade dividida em classes, com o valor da classe dominante sobrepondo-se ao da subalterna, movendo-se nessa contradição a reprodução do sujeito, que não se reconhece como ser social e histórico e como sujeito de direitos.

O ser social não reconhece suas objetivações como sujeito coletivo. Suas necessidades estão na esfera do eu, e, distante de superar as contradições, ele reproduz as relações determinadas pelo sistema.

Nesse terreno de caráter contraditório, a história se faz, as forças produtivas desenham as linhas de conduta e normas para manter o pensamento e ação dos sujeitos, pois a manutenção da ordem é necessária, limitando a capacidade de escolhas possíveis.

Nesse cenário, o Serviço Social apresenta-se como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, partícipe da construção da história recente. Posicionou-se no cenário político brasileiro, criando possibilidades de legitimar-se na luta de classes, reconhecendo em seus profissionais a condição de trabalhadores assalariados. Na construção de um projeto profissional com cariz ético-político voltado para os sujeitos coletivos, com dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa, fundamentado em valores humanista crítico, a profissão compartilha com os sujeitos a direção social de seu projeto e o anseio de outra sociabilidade.

Além de muitos desafios, limites e também possibilidades, o assistente social depara-se com o movimento contraditório e complexo da realidade, o que exige dele avançar para além do imediato. Nesse contexto, a legitimação dos princípios éticos fundamentais explícitos no Código de Ética de 1993 é introduzida no cotidiano profissional, confrontando as limitações das relações de trabalho. Frente a esta realidade surge o questionamento: como o assistente social de Uberaba apreende a ética nos processos de trabalho?

Esse é o problema que esta pesquisa procurou desvelar, a partir de fundamentação teórica e de dados empíricos obtidos em um percurso metodológico. A perspectiva é a do materialismo histórico.

De acordo com Bottomore (2001, p. 260),

[...] a tese nuclear do materialismo histórico é a de que as diferentes organizações socioeconômicas da produção que caracterizam a história humana surgem ou desaparecem segundo venham a favorecer ou a impedir a expansão da capacidade produtiva da sociedade. O crescimento das forças produtivas explica, assim, o curso geral da história humana.

Por isso, parte do pressuposto de que a relação entre a ação e a reflexão só pode ser concebida a partir da realidade dos sujeitos da pesquisa. Entre outros, é nesse campo que a pesquisa pôde identificar as contradições e os desafios que se apresentam aos assistentes sociais em seu trabalho e a perspectiva ética — teórica e prática —, desenvolvidas sobre as mediações na realidade profissional. Vista pelos sujeitos, esta realidade traz um movimento regido pela dialética.

Dialética é [...] também o conteúdo do ser. O ser é dialético. A realidade é dialética. E, nesse sentido, a única forma capaz de captar esse ser, que é dialético, é assumindo a dialética, assumindo suas determinações, que são, basicamente, baseadas na ideia de movimento. (PAULA, 1995, p. 22).

Para reconhecer essa relação entre o sujeito e a sua realidade, foi necessário apreendê-la, então, dentro do campo de trabalho profissional. Assim, foi utilizada a pesquisa exploratória, que, para Gil (1994, p. 45), é desenvolvida "[...] com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinado fato." No caso desta pesquisa, essa modalidade de pesquisa serviu para apreensão geral da realidade vivida pelos sujeitos.

Assim entendida, a presente pesquisa utilizou diferentes técnicas para aprender os dados que proporcionam o conhecimento do debate sobre a ética e a ética profissional no processo de trabalho do assistente social frente à realidade profissional no município de Uberaba. Uma destas técnicas é a revisão literária.

Trabalhos de revisão são estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Assim, a consulta de um trabalho de revisão propicia ao pesquisador tomar consciência, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir uma série de outros trabalhos. As revisões podem também contribuir com sugestões de ideias para o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa. Ao lado de bibliografias especializadas, índices e abstracts servem como fontes na identificação de trabalho de interesse do pesquisador (NORONHA; FERREIRA, 2000 apud BOAVENTURA, 2004, p. 46).

As obras utilizadas para essa pesquisa estão coerentes com a perspectiva teórica adotada nesse trabalho. Todo o material contribui significativamente para a realização da pesquisa e a construção do trabalho. Entre os autores citados, destacam-se Adolfo Sánchez Vázquez, Maria Lucia Barroco, Marilda Vilela Iamamoto, Marilena Chauí, Reinaldo Pontes, Ubaldo Silveira e Valeria Forti.

Outra técnica de pesquisa adotada neste trabalho foi a pesquisa documental. Para Lakatos e Marconi (1996, p. 57), "A característica da pesquisa documental é que a fonte de apreensão de dados está restrita a documentos, escritos ou não. Estes podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois." Aqui, ressalta a leitura e a análise dos Códigos de Ética do Serviço Social, da Resolução nº 594 de 2011, da Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993), das *Diretrizes gerais e curriculares para os cursos de Serviço Social*, da Resolução nº 196/1996, que dispõe sobre a realização de pesquisa envolvendo seres humanos, entre outras fontes.

Esta fundamentação permitiu que, no decorrer da pesquisa, fosse identificada a discussão relativa a ética no processo de trabalho dos assistentes sociais, a partir da apreensão da concepção de ética e ética profissional que permeia o debate desses profissionais.

Num segundo momento, foi utilizada a pesquisa de campo, que possibilitou avaliar a relação entre a fala do sujeito, o trabalho profissional e sua concepção ética. No campo, os sujeitos, segundo Minayo (2004, p. 105),

[...] fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos.

Ao ser realizada, a pesquisa esteve orientada por uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2007, p. 21),

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode se resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa [...].

A pesquisa qualitativa desenvolve uma relação direta entre sujeito e pesquisador, proporciona um resultado que evidencia a realidade social deste sujeito. Para isso, foi necessário reconhecer o sujeito como ser social na sua totalidade, que vive suas experiências e suas relações — e isso se consegue, evidentemente, com a etapa do trabalho de campo, pois, neste momento da pesquisa, são apreendidos os dados empíricos que permitiram, após análise, desvelar os desafios do cotidiano profissional do assistente social para o agir ético, bem como aqueles apresentados para a materialização dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993.

O cenário da pesquisa foi a cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro; o universo constitui-se dos assistentes sociais da cidade de Uberaba. Como critérios de escolha, usaram-se os da amostra intencional, que, segundo Marsiglia (2001, p. 25), são adotados "[...] quando o pesquisador quer obter a opinião de certas pessoas, não necessariamente representativas do universo todo, mas de parte dele."

Foram indicados oito assistentes sociais para a pesquisa de campo. A escolha destes sujeitos observou os seguintes critérios éticos: assistentes sociais que, por meio de termo de consentimento livre e esclarecido (ver Apêndice B), aceitaram participar da pesquisa; atuantes em áreas diversas, como técnico (assistentes sociais) e/ou docentes, o que possibilitou amplitude do debate. Esses critérios, no entanto, não foram terminativos; quando necessário, foram ajustados às condições do livre-arbítrio dos sujeitos em participar e/ou abandonar a pesquisa, resguardando, assim, sua integridade social, moral e profissional, com respaldo na Resolução nº 196/1996. O pesquisador comprometeu-se a devolver os resultados aos sujeitos participantes, como forma de manter a pesquisa científica transparente e com características crítico-propositivas, sendo assim realizado.

Durante a pesquisa de campo, ocorreram divergências. Se inicialmente oito sujeitos foram convidados, apenas quatro aceitaram participar da pesquisa. Em outro contato com mais quatro possíveis sujeitos, só dois aceitaram. Entre as justificativas para a recusa, quatro sujeitos responderam não ter tempo, enquanto os outros dois sujeitos destacaram não ter conhecimentos com referência à temática.

Por adotar os princípios éticos para pesquisa conforme preconiza a Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi garantido aos sujeitos "Plena liberdade do participante se recusar a participar ou retirar seu

consentimento, em qualquer fase da pesquisa, quando aplicável, sem penalização alguma." (CNS, 1996, p. 6).

Com isso, a pesquisa prosseguiu com apenas seis sujeitos, pois fatores como tempo também influenciavam a realização, a construção e a finalização desse trabalho. Ressalte-se que as análises realizadas com os seis sujeitos de pesquisa atenderam à proposta desejada e os objetivos almejados, e, com isso, permitiram a realização de uma análise crítica fundamentada com aporte teórico concernente ao Serviço Social.

Para apreensão dos dados empíricos, foram utilizadas como instrumento de pesquisa as entrevistas — que, para Marsiglia (2001, p. 27), "[...] permitem captar melhor o que as pessoas pensam e sabem" —, de forma semiestruturada. A partir de temas geradores (ver Apêndice A) referentes aos objetivos da pesquisa obtiveram-se as informações e reflexões necessárias.

Para ter maior clareza das informações apreendidas, utilizou-se a técnica de gravador — com o consentimento dos sujeitos da pesquisa —, pois, ao ser realizada a transcrição e a análise da fala dos sujeitos, ficou garantida maior segurança dos depoimentos. As entrevistas realizadas com os sujeitos aconteceram em recinto fechado e adequado, possibilitando sigilo e garantindo-lhes o anonimato. Outra forma de garantir seu anonimato foi a adoção de nomes fictícios do sexo feminino — Carolina, Marta, Helena, Rosa, Silvia e Mariana. Dessa forma, independentemente do sexo do sujeito de pesquisa, nenhum será identificado por meio de suas falas.

A relação entre os dados empíricos adquiridos e os objetivos da pesquisa ocorreu de maneira processual, com a articulação das bases de pesquisas — revisão literária, documental e de campo —, bem como com a apropriação das categorias de análise presentes nos discursos dos entrevistados. De acordo com Marsiglia (2001, p. 25), "As categorias podem referir-se a acontecimentos que os entrevistados relatam ou a avaliações morais e sociais que eles fazem sobre esses acontecimentos, expectativas que expressam."

Desta forma, essa análise permitiu conhecer criticamente o debate sobre a dimensão ética do processo de trabalho do assistente social no município de Uberaba. Entre as áreas e espaços de atuação profissional dos sujeitos de pesquisa, destacam-se docência, assistência social, saúde mental, terceiro setor (educação infantil e assistência social), empresa privada e judiciário. A diversidade de espaços de atuação permitiu ampliar a visão do universo de pesquisa, pois a

realidade apresentada pelos sujeitos está congruente com a realidade do cenário pesquisado. Também para preservar o anonimato dos sujeitos, eles não serão relacionados aos respectivos espaços de atuação, com o intuito de garantir que outros pesquisadores, ao se apropriarem deste trabalho para estudo e construção de novos conhecimentos científicos, não os reconheçam. Como todo conhecimento, espera-se que este trabalho seja fonte de outras pesquisas e que seus resultados sejam tornados públicos.

Assim, o fruto desta pesquisa foi a construção dessa dissertação elaborada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda os pressupostos filosóficos, históricos, teóricos, políticos e sociais, dimensões que compõem a ética (e suas categorias), considerada como objetivação, parte de uma práxis social que emerge nas mediações, apontada pelos autores pesquisados como categoria mutável na história. Outro momento desse capítulo trata da ética profissional e sua dimensão histórica no processo de transformação nas relações de trabalho.

No segundo capítulo, apresenta-se o processo histórico do Serviço Social, compreendido como expressão e produto da sociedade capitalista e, nesta, campo de suas mediações. Este capítulo enfatizará os Códigos de Ética do Serviço Social dos anos de 1947, 1965, 1975 e 1986, pois é necessário compreendê-los para consubstanciar o Código de Ética de 1993 e seus princípios fundamentais.

No terceiro capítulo, focaliza-se o Código de Ética de 1993, os pressupostos ético-políticos e teórico-metodológicos que fundamentam sua direção social e os valores humanístico-críticos presentes em seus princípios fundamentais. Esse capítulo aponta os desafios para a materialização desses princípios e seus elementos na construção do projeto ético-político profissional.

No primeiro e no terceiro capítulos, concomitantemente à fundamentação teórica, é apresentada a análise das falas dos sujeitos, o que permite elucidar as categorias que emergiram das entrevistas.

Em seguida, este trabalho apresenta considerações finais compostas por uma análise crítico-reflexiva das categorias que emergiram durante a pesquisa, compreendendo a ética como categoria eminentemente humana, sua relação com o processo histórico do Serviço Social e os desafios para a materialização dos valores adotados pela profissão presentes nos seus princípios éticos fundamentais.

CAPÍTULO 1 ÉTICA E ÉTICA PROFISSIONAL

A ética, como capacidade inerente ao homem, apresenta-se nas relações sociais desenvolvidas na história como parte da práxis social e se consubstancia na totalidade do ser social intrínseco na cotidianidade, sendo esta repleta de complexos que se articulam e se movimentam, formando assim a própria realidade.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar uma fundamentação teórica da ética e da moral e uma análise das categorias que emergem desta objetivação humana, tais como a liberdade, a necessidade, a cultura, etc. Ao considerar a ética como categoria do ser social, surgirão neste texto outras categorias — como o trabalho, a mediação e a totalidade —, necessárias para a compreensão da ética e do ser social.

Em seguida, será exposta uma fundamentação teórica da ética profissional, o emergir da capacidade moral, crítica e reflexiva de determinados grupos diante da sociedade. Também será mostrada, para reflexão e conhecimento do estudo da ética e da ética profissional, parte da pesquisa de campo, dados empíricos obtidos a partir das falas dos sujeitos de pesquisa, o que permitirá apreender a concepção sobre ética e ética profissional dos assistentes sociais de Uberaba.

Da análise crítica-reflexiva deste capítulo, este trabalho caminhará para a apreensão da ética no Serviço Social e, concomitantemente, para a dimensão do trabalho profissional do assistente social.

1.1 Ética: aspectos filosóficos, históricos e sociais

Das sociedades mais remotas até a contemporânea, as camadas sociais organizadas e separadas por fatores econômicos, políticos, religiosos e culturais demonstram as diferenças entre os sujeitos nestes complexos sociais. Esta hierarquia presente na história pode levar a uma relação de igualdade ou desigualdade entre os sujeitos. Com isso, as formas de objetivação que se manifestam como liberdade e ou subordinação e a alienação.

Desde a Grécia antiga, os homens em seu e para o seu convívio social estabeleceram condições, normas para manter a organização e o convívio entre os membros da mesma sociedade, apesar de às vezes pertencerem a comunidades

diferentes. Este processo contínuo e mutável na história está repleto de concepções ídeo-políticas, valores e normas criadas pelos homens para manter a organização da *pólis*, que, no sentido grego, significa "cidade estado".

O desenvolvimento da humanidade expressa todo um movimento de superações, persistências e resistências, desde o primeiro contato do homem com a natureza, transformando-a e se autotransformando, até as relações sociais estabelecidas com o desenvolvimento social, econômico e político presentes na história. Este movimento de interação do homem com o meio e consigo mesmo não é algo linear, estanque, pois essa relação apresenta-se diante de um movimento contraditório inerente a própria realidade.

Nas sociedades anteriores à modernidade, já se encontra a divisão das sociedades por castas, camadas, feudos e/ou grupos. Com a modernidade, tem-se o desenvolvimento do capitalismo e, com este, a divisão por classes sociais determinadas pelo modo de produção e reprodução do sistema capitalista.

Os homens, em sua formação histórica e social, expressam sua essência como seres objetivos e subjetivos, seres concretos na sua própria história, sujeitos que constroem e reconstroem suas relações a partir das ações concretas pré-idealizadas entre si. A relação dos homens é construída na cotidianidade, momento em que os valores, a individualidade, o coletivo se manifestam, e é na cotidianidade o momento de superação do homem diante da própria realidade. Como observa Konder (1992, p. 98), "As mudanças práticas na sociedade estão se acelerando e desafiam os homens a intervir nelas." Este processo de transformação da sociedade expressa um movimento contraditório e dinâmico, que na contemporaneidade revela o estranhamento do homem frente a sua própria história e sua relação com o outro.

Para compreender esta superação, reconhece-se o homem como sujeito histórico e social e que, enquanto ser singular, é individual. Mas a relação entre o singular e o particular não está distante, ou seja, não é dicotomizada, pois esta relação está no campo das mediações. O que neste momento representa um *salto* acontece no reconhecimento desse homem como sujeito pertencente a uma sociedade, ao sair da esfera da individualidade para o coletivo. Esse salto ontológico inicia-se quando o sujeito, por meio do trabalho, transforma a natureza e a si próprio; estabelece relações com outros homens e, a partir do pôr teleológico (projetar conscientemente as ações), torna-se ser social. Essa capacidade de transformar a realidade não cria uma cisão do homem com a natureza, mas o distancia desta.

Como o ser social é um sujeito que se objetiva, o trabalho é a objetivação ontológica primária, que acontece apenas de forma coletiva, pois o homem é ser prático e social (PAULO NETTO, 1994). A apreensão da categoria "trabalho" aqui apresentada está na centralidade da sociedade capitalista, pois o trabalho, como elemento fundante do ser social, emerge sob a égide do capitalismo, assim como outras categorias, tais como mediação, totalidade e práxis.

O trabalho é objetivação primária, pois está no cerne das relações sociais capitalistas. A partir do trabalho, o homem cria e recria outras objetivações, consubstanciando a sociabilidade na qual o ser social está imerso. Considera-se que há outras objetivações que emergem na sociedade, dentre as quais a ética, a política, a arte, a religião e a ciência. "É este processo que configura a essência humana do ser social, explicitação dinâmica e movente de uma estrutura histórica de possibilidades: a objetivação, a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade." (PAULO NETTO, 1994, p. 36).

Esse reconhecimento enquanto ser social estabelece a possibilidade de alternativas de escolhas concretas, de se reconhecer como sujeito livre, em possibilidade de ultrapassar as condicionalidades impostas por outros homens e superar aquilo que está determinado, ou seja, não considerando como um fim em si mesmo. Esta superação da cotidianidade leva o homem do particular (singular-particular-universal) para o homem genérico (HELLER, 2008).

O ser humano genérico expressa o ser social livre, no qual suas objetivações não estão alienadas; supera ações pragmáticas e realiza a práxis como meio de ser nas suas habilidades humanas, tais como o trabalho, a arte, a ciência, a liberdade e a universalidade. A práxis é uma "[...] atividade objetivo-criadora do ser social" (PAULO NETTO, 1994, p. 36), por meio da qual o homem desenvolve suas relações que se apresentam de forma complexa e que, na totalidade da sociedade capitalista, formam outros complexos e se estruturam de acordo com seu grau de desenvolvimento.

A liberdade e as habilidades do ser social, objetivações concretas da práxis, só acontecerão a partir da superação da sociedade capitalista que estabelece uma relação de dominação do homem pelo homem. A práxis não alienante leva o homem a construir e transformar a realidade, superando o imediato e permitindo que esse homem alcance suas potencialidades e a expresse por meio de suas habilidades, pois toda práxis é transformadora (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977). Considerando a

práxis como ação transformadora, concomitantemente à superação da sociedade capitalista estariam as condições para a emancipação humana.

A práxis é constitutiva e constituinte do processo histórico, que traz em seu bojo os valores construídos pelos homens, valores esses que expressam a própria história, pois "[...] a substância portadora dos valores é a própria história humana." (HELLER, 2008, p. 112). Tais valores emergem nas mediações que se estabelecem no cotidiano dos sujeitos, e desses com a sociedade.

Para Heller (2008, p. 105), os valores representam "[...] o conjunto de todas as relações (produtos, ações, ideias, etc.) sociais que promovem o desenvolvimento da essência humana no estágio histórico tomado em consideração." Refletir sobre os valores que emergem na sociedade, frutos das relações entre homens, leva a considerar que esses sujeitos históricos criam normas, e estas expressam a individualidade de cada momento histórico, não negando que algumas dessas normas perpassam pela história e se apresentam nas sociedades posteriores, ou seja, mesmo com mudanças estruturais das sociedades, algumas normas, valores e costumes permanecem nas sociedades, mas com grau diferentes.

Essas normas, que estão presentes em espaços e tempos diferentes, expressam a cultura de determinados povos. Valores que, em determinados contextos (cultural, econômico, político, religioso, etc.) podem expressar uma força dominante, de cooptação, que busca a *organização* e a submissão de outros homens.

Diferentes formações sociais e culturais instituíram conjuntos de valores éticos como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais que pudessem garantir a integridade física e psíquica de seus membros e a conservação do grupo social. (CHAUÍ, 2002a, p. 336).

Para alcançar o objeto de estudo deste trabalho, observa-se que, no processo histórico, a moral se apresenta como valores e normas que expressam as ações dos homens em sociedade, ação prática entre homens, dita como o bem e o mal, o certo e o errado, entre outras. Mas uma ação que não se dá separada da relação ação-pensamento-ação, algo estanque, acabado, imediato, pois a moral é histórica e mutável e mantém uma relação dialética entre o ato moral e a ética.

Esta mudança da moral e da ética pode ser observada na história por meio dos textos de grandes pensadores e de suas reflexões sobre a ética e como esta se

modificou em contextos histórico-sociais diferentes. Tomar-se-á como início dessa análise a filosofia grega, por meio de Sócrates, Platão e Aristóteles. Para Barroco (2008), o pensar sobre a ética inicia-se com as reflexões dos filósofos gregos, quando estes deixam de analisar o cosmos e passam a se concentrar nos homens, no pensamento e no ser, seus fundamentos. Origina-se então a ontologia (teoria do ser).

Diante de uma instabilidade que se assenta em Atenas, após sua ocupação por Esparta em 404 a.C., Sócrates (470-339 a.C.) coloca-se a questionar os atenienses e a forma como a cidade é conduzida, apontando para os governantes e suas condutas políticas, a prática social e o discurso vazios em sua essência, vendo a cidade ser governada pelos bem-nascidos filhos de guardas educados desde crianças para salvaguardar a coletividade e mantendo-se uma democracia governada por um só homem. Atenas está em caos: a comunidade expressa opiniões e interpretações diferentes das leis, e a decadência do Estado é iminente.

Por meio do diálogo, Sócrates chegou a todas as camadas da sociedade, provocando nestas a incerteza quanto ao que estava dado como certo. "Ao instaurar a arte do diálogo, ele mostrou aquilo a partir do que o saber novo se pode estabelecer. A opinião nada diz que tenha valor, mas diz, julga-se obrigada a dizer, a legitimar as suas paixões e os seus interesses." (CHÂTELET, 1995, p. 44).

Para Sócrates, o diálogo é o caminho para despertar nos homens a capacidade de refletir diante da instabilidade presente na cidade. Seu interesse maior está na moral, no despertar nos homens a pureza dos conceitos morais e em fazer com que estes cheguem a todos. Para ele, a ética está no homem, a partir do conhecimento de si mesmo; a ética socrática parte do princípio de que o homem, ao refletir sobre sua realidade, seus valores éticos e políticos (por ser sujeito da *pólis*), desenvolve dentro de si sua capacidade ética. Faz do diálogo a oportunidade para que os indivíduos alcancem tal compreensão, no despertar da consciência sobre valores e costumes, mas não determinados por forças exteriores.

A ética socrática apresenta três pilares: a concepção de bem e bom; a tese da virtude; e a tese de que a virtude pode ser ensinada ou transmitida. Para Sócrates, o bem seria a felicidade da alma, e o bom o útil para a felicidade; a virtude seria a capacidade e os conhecimentos do homem para aquilo que é bom, assim como o *vício* seria a negação do bem de forma involuntária (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011).

Para chegar à essência do saber, Sócrates busca os conceitos a partir da razão, com a utilização de método análogo ao dos geômetras: reduz as formas sensíveis a formas particulares.

No mundo da moral há uma quantidade de ações, propósitos, resoluções, modos de conduta que se apresentam ao homem. Pois a primeira coisa que ocorre a Sócrates é reduzir essas ações e métodos de conduta a um certo número de formas particulares, concretas, a um certo número de virtudes; por exemplo: a justiça, a moderação, a temperança, a coragem. (MORENTE, 1980, p. 86).

O método utilizado por Sócrates, sua fórmula racional, é denominada *logos*, ou seja, o conceito de algo que é dado pela razão. Esse *logos* irá influenciar Platão, que; a partir do diálogo platônico, vai tentar estabelecer um discurso justificado. A força de seu questionamento diante de tudo em que o Estado crê, por negar deuses tradicionais de sua cultura, por induzir os jovens aos questionamentos e provocar uma mudança significativa em sua cultura levaram Sócrates à condenação e à morte.

Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, apropriou-se do *logos*, o diálogo desenvolvido por este, juntamente com a herança de Parmênides por meio da intuição, do pensamento, da teoria dos dois mundos (mundo sensível e mundo inteligível) e da arte de discutir para desenvolver a teoria das ideias.

A partir do mito da caverna, Platão expõe que a imagem aparente aos olhos do homem é uma falsa realidade: a verdade está nas ideias, que é como a verdade vem à tona. O que se vê são imperfeições do mundo sensível, pois as ideias são puras, existem por si só. "Entre as coisas (*mundo sensível*), as relações são obscuras e incertas; as ideias formam um sistema que a dialética descobre e que o saber filosófico reflete." (CHÂTELET, 1995, p. 57). A metáfora sobre o mito da caverna diz sobre o próprio conhecimento do homem e a realidade.

Frente à crise da cidade de Atenas, Platão desenvolve sua reflexão política em *A república*, obra em que expressa o movimento e a busca pela cidade ideal (*kallipolis*), com governantes filósofos e o fim da democracia militar. Diante de todas as transformações que sofrera Atenas, Platão buscava o Bem como ideia a ser reproduzida por todos. Na metáfora representada pelo mito da caverna, o Sol, que tudo reflete, é o Bem, o Sol-Bem. "[...] ao fazer do Bem o Sol das Ideias, Platão dá consistência ontológica à concepção socrática segundo a qual a solução do problema da conduta (político-moral) e a do problema do saber estão ligadas [...]."

(CHÂTELET, 1995, p. 58). Sua ontologia está contemplada na história, mas não nas sucessões de fatos.

Platão fundamentava sua ética com uma relação íntima com a política. Para conceber esta relação, explica que sua política, e com isso sua concepção ética, está relacionada a dois mundos: o mundo sensível e o mundo inteligível, das ideias. No primeiro, estão as imperfeições da percepção do homem diante da realidade. A verdade se dá no mundo das ideias, pois é neste que estão as formas perfeitas da realidade presentes na mente dos homens (BARROCO, 2008).

Para o filósofo, a alma do homem se eleva no mundo das ideias, permitindo que este alcance o Bem. Para isso, é preciso que o homem pratique as virtudes: "A virtude da razão é a prudência; a da vontade ou ânimo, a fortaleza; e a do apetite, a temperança." (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 270). A justiça refere-se à harmonia de todas as outras virtudes. Para Platão, o homem (desconsiderando-se aqui os escravos, por não terem moral) alcançará a ideia do Bem só na unidade entre moral e política, máxima encontrada apenas no Estado e subordinada a ele (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011).

A ideia do Bem deve ser a ideia suprema dentre a hierarquia que há entre as ideias e entre as coisas presentes no mundo sensível, e o Estado deve contemplar a ideia do Bem para ser ideal.

As ideias de Platão são concebidas separadamente, a teoria do conhecimento e a ontologia. Para ele, o "[...] sensível participa do inteligível, tem relações com ele; encontra-se separado dele, mas, não significa que seja estranho." (CHÂTELET, 1995, p. 63). E esse é o fio que liga Platão a Aristóteles, pois este vai trazer a essência que está nas ideias, o *logos*, à realidade, ou seja, ele trará para dentro do mundo sensível a ideia.

Para Aristóteles (384-324 a.C.), as coisas existem no mundo sensível, tendo sua substância e esta, sua essência. A substância das coisas é formada por outros caracteres e esses formam a unidade — a substância. O conceito dado a substância advém da ideia, o que a torna inteligível na realidade. Toda coisa tem sua forma, é o que lhe dá sentido; esse sentido é o *telos*, o fim a que se dá a coisa. "Para Aristóteles a definição de uma coisa contém sua finalidade, e a forma ou conjunto das notas essenciais imprimem nessa coisa um sentido que é aquilo para que serve." (MORENTE, 1980, p. 100). E conseqüentemente o fim dado a coisa, a forma que a imprime na realidade devido a inteligibilidade que vem da ideia.

A existência de algo (coisa) para Aristóteles é sempre contingente, ou seja, poderia existir ou não, mas, se existe, acontece devido à existência de outra coisa existente. Se esta última coisa existente também não for necessária, deverá existir por outra coisa existente, e assim continuamente, até que a série dessas existências necessite de uma existência não contingente. E essa existência não contingente e necessária é Deus (existência divina).

Deus é o verdadeiro pensamento, puro em sua existência. As coisas existem por sua essência e estão organizadas na realidade hierarquicamente pelo pensamento divino diante aquilo que expressam. Essa interpretação de Aristóteles cedeu ao realismo à concepção ideal (de ideia) que faltava em Platão, ou seja, impregnou de ideia a realidade.

Enfim, o mundo concebido por Aristóteles é sensível e inteligível, por isso compreensível, e é assim pois fora concebido de uma forma inteligente. As coisas foram criadas e organizadas a partir do pensamento superior, divino.

Segundo Chauí (2002b, p. 457), esta vida contemplativa aristotélica "[...] é a atividade superior e mais perfeita do que todas as outras porque se realiza pela parte divina em nós (o intelecto agente [...]) e seu objeto são as coisas divinas imperecíveis, portanto um bem perene." Esse bem a alcançar é a felicidade.

Diferentemente da vida contemplativa, Aristóteles também definiu a vida prática, "[...] porque demarcou o campo da ação humana e distinguiu, pelo método e pelo conteúdo, o saber prático e a técnica fabricadora, assim como o saber teórico e o prático." (CHAUÍ, 2002b, p. 440). E é na ciência prática que está a ética.

Aristóteles contribuiu significativamente para o estudo da ética. Para ele, o indivíduo, por não estar separado entre os mundos sensível e da ideia, como disposto por Platão, seu mestre, contemplava o indivíduo no todo, concreto, que vive na *pólis*, por sua natureza política e social. A ética só acontece na relação do homem em seu conjunto e isso se dá apenas na cidade. O homem, para Aristóteles, é um indivíduo capaz de mudança, mas, enquanto gênero humano, deve buscar o fim último na felicidade. A felicidade para ele não está no prazer nem na riqueza, mas na vida teórica contemplada, ou seja, a razão. Barroco (2008) explicita que, para Aristóteles, a ética é um saber prático e, com isso, torna-se uma decisão humana, diante de suas possibilidades de escolha. A ética é um justo meio, ou seja, uma ação moderadora que, por meio da virtude, leva o homem à prudência.

Sánchez Vázquez (2011), ao analisar Aristóteles, diz ainda que, para alcançar a felicidade, o homem aristotélico deve ter hábitos, virtudes intelectuais ou práticas, dentre as quais está a ética. Semelhantemente a Sócrates, Aristóteles acredita que a ética só é contemplada pelo homem quando este está em sociedade e, como tal, atribui a falta de moral ao escravo. Consequentemente, como a felicidade é o saber teórico, poucos se apropriavam dela; com isso, a felicidade, como verdadeira moral, pertencia à elite.

A relação entre a ética e a política está contemplada na vida prática, por meio da prudência e da justiça, virtudes éticas presentes na ação do político, e este deve conduzir a *pólis* à felicidade. Justiça e prudência levam o saber prático da ética para a política e permitem a compreensão da mais alta virtude política, a *philía* — a amizade pura entre semelhantes. Prudente é aquele que tem na amizade a concepção para a vida justa, a vida em comunidade (CHAUÍ, 2002b).

Para a política, Aristóteles desenvolveu princípios que perpassaram séculos e que estão presentes no Ocidente. Chauí (2002b) destaca: o homem como animal naturalmente político, as comunidades anteriores à cidade, a comunidade política, os cidadãos, a partilha e participação como modalidades da justiça, a corrupção dos regimes e a cidade justa ou perfeita, e o regime misto. Tais princípios foram adotados no milênio seguinte por pensadores políticos, dentre os quais uma corrente política formada pelo cristianismo. O cristianismo adotou de Aristóteles a concepção de que o saber supremo é divino e agregou à vida contemplativa aristotélica as ideias platônicas para desenvolver uma ordem política, partindo da premissa de que o saber vem do alto.

Entre os pensadores cristãos que se apropriaram do pensamento de Aristóteles para analisar o homem e a sociedade, as ideias e as coisas, está Tomás de Aquino (1225-1274), que desenvolveu a filosofia cristã, ou teológica, tendo Deus como o fim último para a humanidade. Sua base de conhecimento está em Aristóteles, mas diferentemente deste, diz que somente pelos dogmas de Deus o homem alcançaria a felicidade.

Tomás de Aquino reflete sobre a relação da coisa e da ideia, opondo-se à contradição existente entre Aristóteles e Platão e Santo Agostinho. Para ele, assim como para Aristóteles, as ideias estão nas coisas, mas não nega que a ideia está fora da coisa em si, relacionando essa ideia à ideia suprema — Deus —, compartilhando do pensamento de Platão e Santo Agostinho. Tomás de Aquino diz

que, ao mesmo tempo em que a ideia está na criatura, está no criador, ou seja, está na mente do homem, mas também na essência dada ao objeto, no próprio objeto.

Ainda compartilhando concepções com Aristóteles, "[...] procura ajustar o pensamento ao ser, ou o pensamento se ajusta ao objeto [...]" (MORENTE, 1980, p. 127), distinguindo-se de Kant e Descartes, que, contrariamente, entendem que as estruturas do objeto se formam inicialmente na ideia e depois são transferidas ao objeto, ou seja, ao produto da ideia do ser. Conhecer o objeto exige conhecer sua essência, sua ideia, mas Tomas de Aquino assinala que, antes mesmo de se conhecer a essência do objeto, as ideias ali presentes já existiam, e esta criação anterior ao do homem (matéria e pensamento) está em Deus. O homem pode conhecer o objeto pela razão, devido a sua capacidade intelectual, e a fé permite ao homem conhecer aquilo que para ele apresenta-se desconhecido, pois é apreendido como manifestação da revelação divina. Para este pensador, ambas as formas de conhecimento são verdadeiras e devem manter uma relação, pois são frutos de uma única verdade: Deus.

Assim, a partir de princípios baseados na fé, Tomás de Aquino desenvolveu sua *Suma Teológica*, elaborada sob a Lei Eterna que conduziria não só o homem, mas todo o universo, às leis divinas, às leis humanas e à lei moral. Para ele, a felicidade e/ou o bem comum é/são de responsabilidade das instituições, mas explicita que é pelo livre-arbítrio que o homem escolhe entre o bem e o mal. Sua ética está posta sobre virtudes teológicas e morais que conduziriam o homem aos ensinamentos de Deus, evitando assim ir contra as virtudes, virtudes essas que o levaria ao Bem Supremo (BARROCO, 2008).

Outro pensador que se apropria de Aristóteles para construir sua análise de homem e mundo é Immanuel Kant (1724-1804). Seu estudo está dividido em dois momentos: a Crítica da Razão Pura, em que busca o conhecimento da metafísica enquanto ciência e reconhece que o conhecimento está sobre as coisas em si mesmas, o que o leva a se apropriar de Aristóteles; e a Crítica da Razão Prática, para explicar a consciência moral e a essência do homem inteligível. Este estudo apropriar-se-á da Crítica da Razão Prática kantiana para esboçar o objeto em estudo.

Para Kant, a consciência moral são princípios e virtudes que o homem tem dentro de si e a partir da qual conduz sua vida. São princípios da razão, princípios do conhecimento aplicados à ação, à prática, expressos através de qualitativos como bom, mau, certo e errado, aplicáveis pela razão somente ao homem e nunca à

coisa, ao objeto. Com isso, a consciência moral corresponde àquilo que o homem deseja fazer e não ao ato já praticado, pois os qualitativos morais expressam somente a vontade humana, ou seja, aquilo que deseja fazer.

Essa vontade ou ato voluntário é considerado por Kant como imperativo, dividido entre hipotético e categórico, que se apresenta inicialmente na consciência sob a forma de mandamentos (MORENTE, 1980).

Os imperativos hipotéticos são aqueles em que o mandamento se apresenta diante de uma condição, ou seja, o homem antes de agir, é movido por uma condição e uma consequência. Os imperativos categóricos são aqueles que naturalmente se apresentam à consciência do homem antes do ato moral e que não está sob nenhuma condição, está repleto de vontade. Para Kant, "[...] uma ação denota uma vontade pura e moral quando é feita não por consideração ao seu conteúdo empírico, mas simplesmente por respeito ao dever." (MORENTE, 1980, p. 257). Este dever se apresenta como imperativo categórico.

O homem, para Kant, externa sua responsabilidade pelos atos morais e éticos. Sua consciência moral obedece a esse dever, não a forças externas materiais. Kant supõe que o homem, por ter consciência de seus atos, seja livre. Partindo desse princípio, está o célebre imperativo categórico de Kant: "Age de maneira que possas querer que o motivo que te levou a agir se torne uma lei universal." (apud SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 283).

A vontade pura que conduz o homem à lei moral ocorre quando esta vontade é autônoma; a lei moral está na origem da própria lei. Esta moral não será autônoma se estiver formada por mandamentos frente ao conteúdo empírico, mas verdadeiramente formada na consciência que conduzirá à lei. Esta vontade pura e autônoma leva a compreendê-la como vontade livre; a liberdade da vontade extrai da própria consciência moral as condições essenciais desta consciência, não como conhecimento, pois está além da capacidade cognoscitiva do homem, mas se encontra no mundo inteligível, suprassensível, composta pelas intuições morais.

A moral kantiana expressa a vontade do sujeito em agir frente ao dever consciente e, com isso, permite ao homem a autonomia e a autodeterminação que emergem da razão prática. "Por perceber o comportamento moral como pertencente a um sujeito autônomo e livre, ativo e criador, Kant é o ponto de partida de uma filosofia e de uma ética na qual o homem se define antes de tudo como ser ativo, produtor e criador." (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 283).

Para Kant, a essência inteligível do homem é formada pelo conhecimento cognoscitivo que conhece a natureza (sua relação de causa e efeito) e o desenvolvimento da ciência. Mas, ao mesmo tempo, é formada pela consciência moral e sua relação com o outro homem. Para o filósofo, o homem desenvolve seu conhecimento, seus atos morais, tendo a realidade ao seu redor, o que caracteriza sua afirmação no antropocentrismo, ou seja, o homem é o fim em si mesmo.

O mundo inteligível kantiano não está sujeito às condições de espaço, tempo e categorias: essas condições são para os fenômenos empíricos, o mundo sensível (MORENTE, 1980). Kant não se apropria da história para explicar a consciência cognoscitiva e a consciência moral; com isso a vontade pura e a liberdade não são regadas de historicidade. Barroco (2008) comenta que Kant, por desejar não enfrentar a contradição objetiva da realidade, levou sua análise de liberdade para o patamar transcendental e, com isso, distanciou-se do conhecimento histórico. A história será apreendida por outros pensadores, que a desvelarão como substância da própria realidade, como pode ser visto em Karl Marx.

Karl Marx viveu entre 1818 e 1883. Está no cerne das discussões das sociedades modernas, diante das possibilidades de transformação social, rompendo com as classes sociais, a partir do ideário de emancipação humana, superando a barbárie da sociedade dominante, o capitalismo. Marx busca no processo histórico das sociedades e do homem a explicação da realidade, enquanto processo contínuo, mutável e inacabado. Para Marx e Engels (2002, p. 17), "A primeira premissa de toda a história humana é, evidentemente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato real a ser constatado é, portanto, a organização destes indivíduos e a relação que, por isso, existe com o resto da natureza."

A ética marxista apresenta-se na apreensão da formação da consciência do homem em meio à coletividade; a liberdade e a necessidade consciente; o homem sentir-se parte do gênero humano. Para Marx e Engels (2002, p. 38), "A consciência é, pois, desde o começo, um produto social e continuará a sê-lo enquanto existirem homens." Para os autores, a consciência manifesta-se inicialmente no meio sensível, na relação imediata com outros homens, emergindo dessa relação a necessidade de mantê-la. Com isso, o homem tem consciência de que vive em sociedade.

A relação que se estabelece entre os homens na formação da sociedade é resultado da produção material para sua sobrevivência, produção dos meios de vida para a supressão das necessidades, produto histórico que diferencia o homem dos

animais. É a partir da vida material, na atividade prática, que os homens apresentam-se como produtores das ideias, do pensamento e da consciência, ou seja, são produtos da realidade concreta. É nessa mesma vida material, repleta de objetivações e subjetividades, que está a possibilidade de transformação.

As transformações das relações sociais estão no próprio cotidiano, quando o homem supera as relações determinadas e eleva outra sociabilidade. Na modernidade, o homem, ser histórico e social, vive diante de forças sociais que o impulsionam à contradição entre a submissão e a luta de classes. E é nesse movimento concreto entre a realidade complexa, a história, o homem e a superação que se poderá tratar da ética em Marx. Para Lukács (2009, p. 76), "[...] constitutiva da práxis geral da humanidade, a ética pode tornar-se um momento deste extraordinário processo de transformação, desta real humanização da humanidade."

Barroco (2008) diz, em sua obra *Ética: fundamentos sócio-históricos*, que Marx não desenvolveu um conceito para ética, mas não a negou; que para ele a transformação social aconteceria numa reforma não moral, mas concreta, diante da revolução, a superação da sociedade capitalista. Para Sánchez Vázquez (2011), a discussão da ética marxista parte da crítica de Marx sobre as sociedades anteriores, e com isso a moral, além da necessidade de recuperar o debate do homem concreto, superando a abstração atribuída a ele por autores antecessores que negavam a historicidade. Os autores citados compartilham do pensamento de que a ética marxista traz em seu bojo a crítica diante da realidade social e a possibilidade de superação desta, como também do processo de superação da ideologia dominante que se instala na superestrutura, imprimindo uma coerção moral sobre os sujeitos. Esta seria a função da ética marxista.

A partir do conhecimento aqui apreendido, esse trabalho aponta e analisa as categorias presentes na ética, objeto em estudo, com a proposta de ampliar o debate, considerando-a enquanto categoria inerente do ser social, compreendendo que o ser social só surge na relação do homem com o homem e com o meio social, no processo de transformação, tendo como objetivação primária o trabalho. Em meio a essa passagem, emergem categorias ontológicas eminentemente humanas que se formam nas relações sociais.

A concepção de homem adotada para este trabalho está apoiada nos ideias de Marx, parafraseadas por Sánchez Vázquez (2011, p. 291):

Segundo Marx, o homem real é unidade indissolúvel, um ser espiritual e sensível, natural e propriamente humano, teórico e prático, objetivo e subjetivo. O homem é, antes de tudo, práxis [...]. Ademais, o homem é um ser social [...]. O homem é também um ser histórico.

Apreender a ética como categoria do ser social é considerá-la diante da relação dos homens com a realidade e a história. Assim, para se apropriar desse movimento, é necessário considerá-lo no campo das mediações e como parte da práxis humana que emerge nas relações sociais.

1.1.1 A ética e suas categorias

Para iniciar o estudo da ética e suas categorias,³ é necessário identificá-las no campo de mediações, contexto sócio-histórico, cultural, político e econômico que se forma nas relações sociais e, a partir deste contexto, as manifestações das alternativas possíveis que se entrelaçam entre a liberdade e a necessidade na formação da consciência do sujeito histórico. Para isso, essa apreensão das categorias dar-se-á por meio da reflexão da ética e da moral a partir de concepções de diferentes autores e da apreensão da ética pelos sujeitos de pesquisa.

A ética, como capacidade eminentemente humana, apresenta-se no campo das mediações, o teórico ou reflexão de um fenômeno concreto, prático — a moral. A passagem do plano prático moral para o ético, nos dizeres de Sánchez Vázquez (2011), está na apropriação da moral, ou ato moral prático, como objeto de reflexão e pensamento. Assim, a apropriação da moral pela ética está no campo das mediações, momento em que emergem as categorias intrínsecas, tais como a liberdade, a autonomia e a linguagem, entre outras. A ética está além da imediatez, pois se encontra na totalidade do ser social enquanto gênero humano. Neste mesmo caminho de interpretação da ética está a reflexão de Mariana (sujeito de pesquisa):

Eu entendo a ética como um momento de reflexão sobre os atos que o conjunto da moral coloca para a gente.

Diante do exposto pelo sujeito de pesquisa, é relevante considerar que a moral e a ética são categorias intrínsecas aos homens, mutáveis na história,

³ As categorias são modos de ser objetivos; expressam o processo de (re)produção do ser social na história (BARROCO, 2006, p. 25).

manifestam-se apenas nas relações entre esses, consideradas assim, como categorias do ser social. Como bem trata Forti (2010, p. 97), ao compreender a ética como "Fruto da sociabilidade, a ética é resultado da passagem da posição que meramente se restringe às experiências vividas na esfera moral para uma postura reflexiva diante das mesmas."

A ética tem a função de explicar, esclarecer determinado fato (a moral), diante de determinado contexto histórico. A ética acompanha o dado moral de uma sociedade, o comportamento humano na história; não traz julgamento ou juízo do ato moral fora de seu contexto histórico, mas busca esclarecer as mudanças da moral frente às transformações sociais, pois "[...] o valor da ética como teoria está naquilo que explica." (SILVEIRA, 1999, p. 91).

As origens das palavras "ética" e "moral", de acordo com Silveira (1999), podem assim ser definidas: ética vem do grego *ethos* (modo de ser) e moral vem do latim *mos, moris* (costume, maneira de se comportar).

Sánchez Vázquez (2011, p. 23) define a ética como "[...] a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade." Mas ao reportar a origem epistemológica da palavra "ética", verifica-se que *modo de ser* está intrinsecamente agregado ao modo de ser num contexto real, ação e pensamento e retorno à ação diante de um ato prático, concreto. Este ato prático ou a moral é a expressão dos valores, normas e princípios que, regulados pela relação entre os homens, se manifestam na sociedade. Como moral, considera-se

[...] um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 84).

É mister refletir que outros autores compartilham deste pensamento, tal como Silveira (1999, p. 91), para quem "A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana, ou uma forma de comportamento dos homens, o da moral, considerada porém na sua totalidade, diversidade e variedade". A ideia do autor permite ir além das percepções imediatas sobre a ética e a moral, a partir do momento que esta relação está na totalidade.

A moral, como objeto da ética, expressa a ação prática, e esta representa o comportamento, conjunto de normas, atos humanos voluntários e conscientes, como apresentado na citação acima. Presente em todo contexto histórico, desde a antiguidade até a contemporaneidade, os atos morais são atos humanos que diretamente influenciam as relações entre indivíduos, grupos, comunidades e sociedades. *Marta* (sujeito de pesquisa), ao expor sua compreensão sobre a ética, diz:

A ética concebida como uma normatização de valores, em determinada sociedade, em determinado espaço histórico, que socialmente determinam, como conjunto de valores de relações humanas, de relações interpessoais.

Partindo da reflexão do sujeito de pesquisa, a ética é manifestação do homem como ser social e histórico frente aos fenômenos morais. Para isso, concebe sua relação com as categorias humanas, tais como a liberdade, a necessidade, o trabalho, pois esse homem é criador e transformador da sua realidade — complexa e contraditória —, e como tal recria sua natureza humana. Forti (2010, p. 39) contribui com essa análise ao afirmar:

[...] esses elementos [a ética e a moral] têm como função social a atuação no espaço que se torna aberto pela contradição entre o gênero e o particular, permitindo aos homens a escolha de valores, sejam os referentes às necessidades humano-genéricas, sejam os referentes aos interesses apenas particulares de indivíduos ou grupos sociais.

Partindo desta concepção, a ética e a moral apresentam-se no campo objetivo e subjetivo, teórico e prático, ultrapassam o caráter apenas filosófico e se apresentam na totalidade do ser humano. "O presente é contraditório, está sempre sobrecarregado de passado, mas ao mesmo tempo está sempre grávido das possibilidades concretas de futuro." (KONDER, 1992, p. 123).

Na perspectiva da ética como totalidade *Marta* (sujeito de pesquisa) observa:

Mas aí pensar em um ser social em sua capacidade, na sua totalidade, na sua potência, ser ético e pensar ética é me situar neste contexto enquanto sujeito, enquanto potência, enquanto agente potencializador, e aí não individual e sim coletivo, de buscar uma construção humana.

Os apontamentos de *Marta* caminham para a análise da ética como categoria do ser social, de forma coletiva e não mais individual. Percebe-se que o sujeito de pesquisa compartilha a visão do homem como ser social diante das relações sociais

e interpessoais que se estabelecem. "A ética contemporânea se baseia nas potencialidades de cada ser humano, qualificando de ético tudo aquilo que colabora para sua realização." (SILVEIRA, 1999, p. 94).

Para compreender a relação entre a ética e a moral na totalidade do ser social, a análise segue, então, para o campo das mediações. Com isso, a ética será compreendida no movimento dialético com a moral, relação considerada como parte de uma práxis humana, pois essa relação expressa a síntese de um movimento humano, não de um objeto acabado. "A concepção dialética determina a intenção e a ação de compreender as condições que engendraram os processos históricos e os sujeitos destes processos nas suas particularidades e potencialidades." (PONTES, 2010, p. 66).

Barroco (2008) compreende a ética na relação prática dos homens, nas objetivações que emergem na cotidianidade, apresentadas como parte da práxis social. Segundo a autora, "A ética diz respeito à prática social de homens e mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana." (BARROCO, 2008, p. 16). Neste mesmo caminho de análise, *Carolina* (sujeito de pesquisa) diz:

Ela [a ética] é determinante para a gente visualizar o que a gente tem como ideal e buscar nossas objetivações, construção da práxis. A gente tem que analisar a questão histórica, tem que se ver enquanto homem e mundo, a partir destas dimensões é que a gente consegue compor esta ética de maneira global, visando à totalidade.

Compreendendo a ética a partir desta análise, ela será, assim, concebida como parte da práxis, pois a ética está nesta relação direta entre o prático e o teórico, o ato moral e a reflexão crítica. Assim, compreender-se-á a ética em meio à realidade e às objetivações humanas,⁴ pois a realidade se manifesta como processo histórico e social mediado de complexos contraditórios. Como práxis, Sánchez Vázquez (1977 apud BARROCO, 2006, p. 26), compreende a "[...] ação do homem sobre a matéria e criação — através dela — de nova realidade humanizada."

Frente às reflexões trazidas pelo sujeito de pesquisa e por Barroco (2008), é necessário aprofundar a análise da práxis. De acordo com Sánchez Vázquez (1977)

⁴ Pontes (2010, p. 49), em nota de rodapé, parafraseia Marx e diz que "A objetivação consistiria na necessária transformação que a espécie humana, na natureza e na sociedade, imprime à sua teleologia, humanizando os objetos e as relações sociais."

toda práxis é ação transformadora. Não existe transformação sem atividade prática que provoque mudanças concretas na realidade e com isso chega a dizer que não existe práxis teórica, uma vez que a teoria por si só não transforma. Mas, ao aprofundar seu estudo, este autor traz a unidade entre teoria e prática, pois toda prática exige um conhecimento teórico (cognoscitivo e teleológico), e essa unidade entre teoria e prática denomina-se práxis humana total.

A dependência da teoria em relação à prática, e a existência desta como últimos fundamentos e finalidade da teoria, evidenciam que a prática — concebida como uma práxis humana total — tem primazia sobre a teoria; mas esse seu primado longe de implicar numa contraposição absoluta à teoria, pressupõe uma íntima vinculação com ela. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 234).

A teoria e a prática mantêm uma relação mútua, que engendram o processo de transformação da realidade, com isso considera-se também que ao transformar a realidade o homem também se transforma.

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. (KONDER, 1992, p. 115).

Diante do exposto tem-se a ética como parte da práxis humana, social, que emerge das relações do homem concreto, o ser social imerso a realidade e sua necessidade de superar as contradições determinadas. Esta análise entre os autores supracitados permite um debate crítico que enriquece o conhecimento, pois na atualidade é pertinente e necessário o debate sobre a ética, uma vez que a atual sociedade determinada pela sociabilidade capitalista provoca inflexões no cotidiano e na apreensão de caminhos e possibilidades de ultrapassar o que está posto. Assim, "A ética atual procura recuperar o homem concreto, o homem inteiro, ou seja, a totalidade do seu ser que no passado era visto como uma série de abstrações." (SILVEIRA, 1999, p. 95).

Partindo da reflexão da ética e da moral e sua relação cognoscitiva/teleológica e prática na realidade concreta, considera-se que o estudo da ética está além do campo da consciência, já que a manifestação do seu objeto se dá na realidade concreta. A ética é parte da vida humana, em todas as suas

manifestações, dimensões objetivas e subjetivas, repleta de historicidade, perpassa as esferas sociais, econômicas e culturais.

Marta e Silvia (sujeitos de pesquisa) compartilham da concepção da ética e sua transversalidade nas relações sociais, para elas:

Pensar eticamente, dentro dessa relação humana, é pensar a ética na sua transversalidade. A ética perpassa por todas as esferas constitutivas da vida. A gente percebe a ética como questão de fundo moral, a ética enquanto questão cultural, a ética disciplinadora das relações humanas e das relações profissionais (Marta, sujeito de pesquisa).

Eu percebo a ética em uma perspectiva transversal. Então ela está relacionada à questão filosófica, social, histórica (Silvia, sujeito de pesquisa).

As falas dos sujeitos citados acima demonstram a passagem da ética pelas diversas dimensões, esferas e concepções de homem e mundo, além dos campos do conhecimento. Sánchez Vázquez (2011) esclarece que discutir a ética é essencial em todas as dimensões não somente filosófica, mas também social e econômica, considerando a historicidade que a compõe.

Outra categoria elementar trazida na fala de *Marta* é a cultura. Essa compreensão apresentada pelo sujeito de pesquisa traz determinações sociais, culturais e econômicas para o debate. Determinações que condicionam o homem aos atos morais em certa quadra histórica, como processo contínuo de sua própria história. Para Chauí (2002a, p. 338) "Toda ética está em relação com o tempo e a história, transformando-se para responder a exigências novas da sociedade e da cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo." A ética ultrapassa o tempo e o espaço na construção da cultura, compreendendo-a como campo da diversidade e das manifestações humanas em sociedade presentes na história.

Frente à categoria historicidade despontada neste contexto, Sánchez Vázquez (2011, p. 267) aponta que "[...] as doutrinas éticas não podem ser consideradas isoladamente, mas dentro de um processo de mudança e de sucessão que constitui propriamente a sua história." Este autor aponta ainda a íntima relação existente entre o social e a ética, pois as mudanças radicais da sociedade expressam mudanças na moral, e com isso na própria ética.

O homem presente em determinado contexto histórico vive e expressa suas relações sociais, manifesta na cotidianidade sua totalidade; produz e reproduz suas

objetivações diante da necessidade concreta. Imersas nestas relações estão as questões éticas fundamentais, a liberdade e a necessidade, que dialeticamente se relacionam.

A moral, presente em determinada sociedade, se modifica com a ultrapassagem desta mesma sociedade para outras ulteriores. No processo histórico, certas concepções morais permanecem de uma organização social para outra.

A herança moral do passado da humanidade e a exigência moral da época revelam-se ao homem até mesmo nos usos e normas consuetudinárias da cotidianidade, cuja assimilação pode se produzir de modo inteiramente espontâneo, sem nenhuma motivação moral. (HELLER, 2008, p. 41).

Para Barroco (2008), os valores humanos são construídos na história, estando presentes num determinado grau de hierarquia. Como exemplo disso, a autora traz a liberdade. Pois a liberdade sempre esteve presente nas sociedades, mas com grau de valor diferente e para sujeitos históricos diferentes.

A moral e a ética como categorias históricas e mutáveis apresentam-se na sociedade contemporânea diferentes do que eram nas sociedades anteriores, seus valores expressam significativas mudanças, pois o homem também se modificou no processo histórico-social e também suas ações, percepções, suas capacidades e ideias.

Compartilhando dessa análise Sánchez Vázquez (2011) expõe que a moral e a ética presentes na contemporaneidade apresentam-se não com o mesmo valor, pois as relações sociais se modificaram e com isso a apropriação ética também se alterou. Esse autor toma a moral para explicar sua compreensão sobre as mudanças do valor frente ao desenvolvimento histórico-social-econômico das sociedades. Para ele a moral presente nas sociedades escravocratas não é a mesma da sociedade feudal e ambas são diferentes da moral da sociedade capitalista. A organização social determina a moral e o valor ético de cada grupo.

As sociedades formadas por escravos e nobres elucidavam formas morais diferentes, esses últimos acreditavam que somente sua moral era legítima, assim como os escravos não teriam moral e ética. Diferente em alguns aspectos, o feudalismo trazia a moral, concebida pela nobreza e apoiada pelo clero como única e verdadeira, pois aqui estava presente como verdade única a ética religiosa cristã, com isso submetia os servos às condições de submissão moral.

Com o avanço para o capitalismo, surge a moral dos burgueses que suprimiu a dos nobres. Mas, neste contexto, diferente das anteriores, surge outra concepção moral: a dos homens livres, os proletários (livres por serem trabalhadores e não escravos, pertencentes a outra sociedade, com outro modo de produção que não o escravocrata); esses reconhecem sua condição moral e ética ao tomar consciência de sua capacidade de se organizar como classe social. Para Heller (2008, p. 102) "A configuração do mundo burguês acarretou uma alteração básica da hierarquia moral dos valores — e, de modo mais geral, da hierarquia social dos mesmos — e, ao mesmo tempo, transformou a relação do indivíduo com essa hierarquia", colocando o valor de um homem sob o outro, do burguês sob o trabalhador e com isso imprimindo ao trabalhador a condição de explorado, produtor e reproduzidor das condições materiais e ideológicas da sociedade burguesa.

Intrinsecamente relacionados, a ética e a moral estão presentes nesse processo de desenvolvimento das sociedades. Este processo de mudança das sociedades e concomitantemente da moral e da ética é tratado por Sánchez Vázquez (2011) como progresso moral e histórico-social; este último denominado progresso humano. De acordo com o autor o progresso moral está relacionado com o progresso histórico-social.

O progresso humano está relacionado com o desenvolvimento material, social e cultural, como também o desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de organização e práxis social. Para Sánchez Vázquez, a passagem das sociedades para outras superiores não apresenta uma ação intencional dos homens, pois "[...] o progresso histórico é fruto da atividade coletiva dos homens como seres conscientes, mas não de uma atividade comum consciente." (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 56). Ou seja, o progresso histórico e social acontece de forma coletiva e não individual e planejada.

O progresso histórico-social por não ser realizado de forma livre e consciente pelos sujeitos não pode ser julgado por categorias morais, mas o progresso moral está intimamente consubstanciado ao progresso do homem. Entre os indicadores que permitem reconhecer o progresso moral destacam-se:

[...] a ampliação da esfera moral na vida social; elevação do caráter consciente e livre do comportamento dos indivíduos ou dos grupos sociais e, por conseguinte, pelo crescimento da responsabilidade destes indivíduos ou grupos no seu comportamento moral. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 58)

E ainda, "[...] o grau de articulação e de coordenação dos interesses coletivos e pessoais" (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 59). Explicitando as reflexões do autor, o progresso histórico é coletivo, mas não expressa a vontade de todos em comum, pois a escolha por esse progresso não se dá pela liberdade de escolher participar ou não desta nova sociedade, o homem por estar em determinada sociedade acompanha seu progresso. Heller (2008) explica que os homens que conseguem manifestar sua ideologia, seus valores, suas práticas conscientes pertencem a uma mesma comunidade, mesmo que esta esteja inserida dentro de uma sociedade que contraditoriamente expressa valores, normas, ideologias diferentes.

Neste momento da história, ocorre a divisão de classes sociais. De um lado a burguesia com sua moral individualista que delineia suas ações e ideologias como verdades únicas. Provoca na sociedade a reprodução ideológica de suas concepções, provocando na consciência dos homens a necessidade de as reproduzirem objetiva e subjetivamente para a manutenção do sistema capitalista. "Em todas as épocas, os pensamentos dominantes são os pensamentos da classe dominante, ou seja, a classe que é o poder material dominante é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante." (MARX; ENGELS, 2002, p. 63). No que concerne a este debate é relevante destacar a contradição entre as classes, pois a classe trabalhadora está propensa a esta reprodução ideológica, por ser algo posto, mas ao tomar consciência de classe ela desenvolve alternativas de resistência e enfrentamento, criando possibilidades de mudanças. Partindo da compreensão da ética na divisão de classes sociais, Rosa (sujeito de pesquisa) afirma:

Ela [a ética] se dá a partir de lutas na sociedade. E, a partir disso, você vai estar vinculada às questões culturais, até, que norteiam as questões de convivência, de sociabilidade sobre o que pode ser feito ou não, em geral.

A partir da fala deste sujeito de pesquisa a ética está relacionada às lutas sociais e as formas como elas se manifestam na sociedade, refletindo diretamente nas relações culturais e sociais, e na formação da sociabilidade regida por normas de convivência. A luta social é a expressão do caráter contraditório do próprio sistema capitalista, movente entre as polaridades e potencialidades das classes sociais, produto histórico do capital, que se consubstancia no processo de produção e reprodução material e espiritual dos homens.

No capitalismo, a reprodução subjetiva se manifesta como fetichismo. Leva o homem à alienação e ao preconceito, produtos da realidade que se apresenta como complexo de outros complexos. Ou seja: de fato, as relações sociais de produção material condicionam o homem a produzir e reproduzir sua própria realidade, pertencente a uma sociabilidade de contrários que desapropria este mesmo homem daquilo que produziu e o mantém como ser alienado nas determinações objetivas presentes na reprodução de suas necessidades sociais. "A sociedade, na forma particular por ela assumida, condiciona os indivíduos que a integram, impondo limites à percepção que eles têm da realidade." (KONDER, 1992, p. 121).

Esta reprodução objetiva e subjetiva de forma impositiva da moral de um grupo, comunidade ou sociedade sobre os homens está no plano da moralidade, pois, como se compreende a moral como um conjunto de normas e princípios, a moralidade

[...] seria um comportamento efetivo das relações humanas concretas (entre os indivíduos e a comunidade). Constituiria um tipo específico de comportamento dos homens e, como tal, faria parte da sua existência individual e coletiva, [...] a moral em ação, prática e praticada. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 66).

Desta forma, a moralidade é compreendida como o momento em que a moral é a ação concreta do sujeito diante da coletividade, e vice-versa. Com isso, Chauí (2005b, p. 24) nos diz que "A moralidade, é uma totalidade formada pelas instituições [...], que obedecem, todas, aos mesmos valores e aos mesmos costumes, educando os indivíduos para interiorizarem a vontade objetiva de sua sociedade e de sua cultura."

Não que a moralidade expresse o aspecto negativo da moral praticada, mas ela é o momento em que a moral tem seus valores externados para os sujeitos de forma impositiva e coercitiva. Considerando a atual sociabilidade a moral e seus valores não estão como algo igual para todos, pois as relações sociais são contraditórias, vivencia-se o processo de dominação e alheamento ideológico, cultural e social, a moralidade da sociedade burguesa.

Concebida dessa forma, os homens fazem parte de um contexto que os desapropria sua condição de liberdade e de expressão, pois ao pertencer à determinada sociedade a qual impõem seus valores, nega-se a autonomia do sujeito de manifestar sua condição como ser genérico, pois para se alcançar esta condição

o homem tem que ser livre. Barroco (2006) diz que a liberdade é uma das capacidades humano-genéricas, além da universalidade, a sociabilidade e a consciência. Essas capacidades são elementos da essência do homem enquanto produto histórico.

A negação da diversidade, da concepção de homem e mundo de cada sujeito, inserido na sociedade junto a outros homens, leva a não conceber a moral como categoria do ser histórico e social, que é mutável, mas ao moralismo, que expressa a doença da sociedade livre (SILVEIRA, 1999). O que negaria ainda o progresso ou mudança das próprias sociedades.

O moralismo expressa a alienação moral dos sujeitos na sociedade, pois nega os valores históricos construídos pelos homens. Esta negação reproduz a ideologia de determinada classe social, ou grupo dominante, e com isso os valores são impostos, condicionados, tornando-se abstratos, por não serem realizáveis por sujeitos livres.

Do moralismo emerge o preconceito, que individual ou grupal, impõe as ideias e ideologias para manter a coesão integral (HELLER, 2008). O preconceito inviabiliza a totalidade do homem enquanto ser genérico, pois sua individualidade se sobrepõe ao todo, e com isso a moral torna-se imoral, o que impossibilita o homem a emergir suas categorias éticas como a liberdade e a possibilidade de escolha consciente e a autonomia. Para Heller (2008, p. 84), "[...] todo o preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo."

O ser social, enquanto sujeito de sua própria história, está em meio a todas as determinações do sistema capitalista, a realidade impõe formas rígidas de convivência por meio de normas e valores morais que negam a condição de ser livre desse sujeito, de ser consciente de suas escolhas. Pois, as relações estabelecidas introduzem nesse sujeito as possibilidades objetivas e subjetivas de acordo com a necessária manutenção do sistema, ao "[...] apresentar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, ou seja, a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade, a apresentá-los como os únicos racionais e universalmente válidos." (MARX; ENGELS, 2002, p. 65). Com isso, não permite a autonomia e a possibilidade real de escolha consciente desse sujeito, pois para tê-las tem que ser livre.

A abordagem apresentada aqui permite refletir a mudança da moral frente às transformações sociais. A moral muda seu valor, mas há persistências nos elementos morais. O homem ao mesmo tempo em que pode negar determinado ato moral, pode mantê-lo ou superá-lo, e isso só acontece com a sucessão da própria sociedade.

O ato moral é uma unidade indissociável entre elementos que levam o sujeito à prática moral, tais elementos se formam na intencionalidade, motivo, o fim e o meio proposto. O ato moral se realiza em um contexto normativo e só pode ser considerado como tal se for ato consciente e voluntário de um sujeito livre (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011), sujeito ético ou moral. Para Chauí (2005a, p. 11) o sujeito ético deve "[...] ser consciente de si e dos outros; ser dotado de vontade, de capacidade para deliberar e decidir entre alternativas possíveis, ser responsável, reconhecer-se enquanto autor da ação; e ser livre." Assim, não existe ser ético se não for livre.

Nesta relação íntima que se estabelece entre ética e liberdade, *Silvia* (sujeito de pesquisa) compreende a ética assim:

Para mim a ética perpassa a questão da liberdade. A liberdade de escolha do sujeito, a liberdade de escolha consciente dos sujeitos sociais considerando o sujeito dentro de uma perspectiva de totalidade.

Observa-se na fala do sujeito de pesquisa a categoria liberdade na centralidade da ética, considerando que a ação e a consciência deste ser ético se apresentam diante da realidade na qual ele está inserido; na representatividade de seus valores e no reconhecimento como ser livre.

O valor, portanto, é uma categoria ontológico-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais. (HELLER, 2008, p. 16).

Assim considerados, valor e liberdade são categorias da ética presentes na relação de construção e reconstrução por parte do homem de sua própria natureza e sociabilidade. Indicam e direcionam o homem enquanto sujeito histórico e consciente do pertencimento de classe, quando se trata da sociabilidade nas relações sociais de produção capitalista.

Barroco (2008) diz que a liberdade, como categoria ontológica fundamental da ética está presente desde as sociedades antigas, mas que neste modo de produção, o capitalismo, os valores universais (liberdade, igualdade) tornam-se abstratos, uma vez que os valores são condicionados por uma ideologia dominante, impostos como verdades imutáveis. Mas não descarta a possibilidade de espaço para uma "[...] mobilidade para ações em outras direções, isto é, na direção da contestação, de constituição de crítica e de adoção de outras referências teórico-práticas, de defesa e busca de realização de outras formas de objetivação moral" (BARROCO, 2008, p. 61), pois a liberdade está para escolhas possíveis. Compartilhando desse pensamento Chauí (2002a, p. 336) define e esclarece que,

O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também e sobretudo alguma coisa inscrita objetivamente no seio da própria necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe direção ou outro sentido.

Ao ser questionada sobre a ética na atual sociabilidade, *Marta* (sujeito de pesquisa) respondeu:

Porque nós atualmente, eu não sei se consideraria seres sociais a partir do seu fundamento e conhecimento enquanto ser, porque perpassa a questão da alienação. São mais elementos e categorias que vem do mundo da ética. Vem a questão da alienação, do estranhamento, do não reconhecimento como partícipes do processo capitalista, ou não. Não estou falando de projetos e processos, mas da realidade concreta; deste momento agora. Não necessariamente você pode me perguntar se é possível construir uma sociedade comunista e capitalista; mas uma sociedade diferente da que a gente vivencia hoje.

Considerando os apontamentos do sujeito de pesquisa, pensar em superação da realidade é tomar consciência de ser um sujeito histórico-social-político, se reconhecer como classe e pertencer a sua própria condição humana, ser transformador, o que levaria à possibilidade de alternativa de mudança e de liberdade de escolhas. "O sujeito só pode se libertar das armadilhas de uma continuidade hipostasiada se assumir uma postura crítico-prática que lhe permita identificar as rupturas necessárias e ajudá-las a se concretizar." (KONDER, 1992, p. 123). Nessa mesma direção de análise *Silvia* e *Mariana* (sujeitos de pesquisa)

compartilham com a colocação de *Marta* (sujeito de pesquisa) ao pontuar sobre a forma como a ética e seus valores se manifestam na atual sociedade, mas não descartam a possibilidade de mudanças.

Partindo da compreensão de que o homem é expressão de sua ação e consciência e retorna à ação, a possibilidade de ser um ser livre está no momento em que o homem tem consciência do pertencimento ao gênero humano. Tal condição só acontece na sua relação com os outros homens, ou seja, no plano social. Por consciência considera-se:

[...] especificamente humana só pode nascer em ligação e como efeito da atividade social dos homens (trabalho e linguagem), também a consciência de pertencer ao gênero se desenvolve a partir da convivência e da cooperação concreta entre eles. *E ainda*, [...] a forma de reação (de caráter alternativo) a relações concretas objetivamente diversas no plano social. (LUKÁCS, 1979, p. 145-146, grifo do autor).

O homem, como ser livre, tem consciência de suas necessidades, mas diante do processo histórico e social, a liberdade de escolha de alternativas possíveis e a consciência de tais necessidades estão condicionadas às determinações presentes nas relações sociais, o que na imediatez leva o homem a ter para si suas necessidades enquanto necessidades do Eu.

As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do Eu. O Eu tem fome, sente dores (físicas, psíquicas); no Eu nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual é a satisfação dessas necessidades do Eu. (HELLER, 2008, p. 35).

As necessidades se manifestam no Eu, pois o homem, como sujeito singular, expressa sua realidade imediata, mas para suprir suas necessidades em meio às alternativas possíveis, deve se considerar que o homem não está só, e para tal, a sua relação com outros homens permite que ele se aproprie de certas alternativas ou crie novas. E ainda, partindo desta relação que o homem estabelece com os outros homens e com a legalidade nos processos sociais, (PONTES, 2010) leva o sujeito a sair da imediatez (momento da singularidade) e alcançar a totalidade, pois a consciência das necessidades do Eu tornam-se genéricas, ou seja, sai da individualidade e vão para o coletivo, as necessidades são sociais, pertencem ao gênero humano.

As necessidades no plano social são coletivas, pertencem aos sujeitos, não apenas na individualidade de cada um, mas ao todo. Essas necessidades podem ser expressas de várias formas pelo coletivo, a partir do momento em que elas mediatizam com a universalidade, ou seja, a legalidade social e as leis tendenciais.

Diante da capacidade de tomar consciência do coletivo e da possibilidade de criar novas alternativas, o ser social possui a capacidade de idealizar sua criação e recriar novas possibilidades,⁵ para suprir, então, as necessidades sociais.

De fato, embora todos os produtos do pôr teleológico surjam de modo causal e operem de modo causal, com o que sua gênese teleológica parece desaparecer no ato de sua efetivação, eles têm, porém, a peculiaridade puramente social de se apresentarem com o caráter de alternativa; e não só isso, mas também os seus efeitos, quando se referem a homens, têm — por sua própria natureza — a característica de abrirem alternativas. Tais alternativas, mesmo quando são cotidianas e superficiais, mesmo quando de imediato têm consequências pouco relevantes, são todavia autênticas alternativas, já que contém sempre em si a possibilidade de retroagirem sobre o seu sujeito para transformá-lo. (LUKÁCS, 1979, p. 81).

Assim, compreende-se a liberdade como categoria da ética nas relações dos homens em sociedade, não apenas no ato moral individual, pois suas alternativas de escolhas e possibilidades se manifestam num contexto social de seres mútuos e diversos, e que historicamente se apresentam em seu tempo de forma contraditória. Segundo Lukács (1979, p. 22), "A contraditoriedade se apresenta como motor permanente da relação dinâmica entre complexos, entre processos que surgem de tais relações, [...] a força motriz do próprio processo normal."

A realidade é construída por um complexo formado por outros complexos que contraditoriamente se articulam. Sendo que os grupos menores que formam este grande complexo, são complexos por sua natureza, e que se movimentam nesse grande emaranhado de complexos entre articulações, rebatimentos e contradições. A contraditoriedade é elemento que faz parte da essência da realidade, pois o movimento econômico e social que consubstancia a história traz em seu bojo outros elementos como superação, resistência, persistência, e a negação, sendo esse último fundamental para esse movimento contínuo e mutável.

Diante desse movimento, a liberdade, como categoria possuidora de caráter histórico e social, ultrapassa o campo teórico e se consubstancia nas relações

⁵ "A essência humana, portanto, não é o que 'esteve sempre presente' na humanidade (para não falar mesmo de cada indivíduo), mas a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano." (MÁRKUS, 1996 apud HELLER, 2008, p. 15).

prático-transformadoras, pois "[...] os níveis de liberdade são níveis de desenvolvimento do homem como ser prático, histórico e social." (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 130). Com isso, leva a conceber que a ética está em meio à práxis humana e se manifesta no campo das mediações. "As mediações são as expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e consequentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou." (PONTES, 2010, p. 78).

Para compreender a categoria totalidade nesse estudo sobre ética, pontuada pelos autores e expressa pelos sujeitos de pesquisa, inicia-se com o estudo da mediação e como ela se constitui perante as relações humanas, a partir da dialética existente entre a tríade singularidade-particularidade-universalidade. Pontes (2010) observa que a singularidade expressa o campo da imediatez, que os fatos apresentam-se desistoricizados, como objetos acabados, momento em que o empírico prevalece sobre a representação do sujeito, em que "[...] a legalidade social estão inteiramente ocultas." (PONTES, 2010, p. 85).

É na singularidade que as manifestações dos sujeitos apresentam-se de forma imediata, sem historicidade, um fato acabado, sem ser reconhecido dentro de um contexto, fruto de um processo que está além daquilo que aparentemente foi demonstrado. Os sujeitos realizam seus atos sem até mesmo se perceberem como sujeitos históricos e que há além daquilo que sua falsa consciência mostra uma realidade ainda maior e complexa.

O caminho para ultrapassar o imediato está na capacidade da razão de negar o real aparente, seguindo para uma esfera maior, a universalidade. Aqui estão as determinações e a legalidade social⁶ construídas na história, que se apresentam não de formas segmentadas, mas sim como uma totalidade social (PONTES, 2010). A legalidade do ser social expressa as leis tendenciais que emanam dos homens em sociedade em todo contexto histórico: "As leis inerentes ao ser social são leis históricas, decorrentes das necessidades e conexões internas dos fenômenos, dos fatos e dos processos sociais, por isso são tendenciais." (PONTES, 2010, p. 76).

⁶ É a presença da negatividade (tensão entre as forças que lutam pela manutenção da ordem social e as forças que buscam desestruturá-las) no ser social que explica os processos históricos de mudança e transformação da sociedade. O movimento que resulta dessa processualidade a que está sujeita a totalidade concreta cria uma dada legalidade social que, no dizer de Lukács, é consequência inevitável do fato de viver em complexos reais que interagem de modo complexo. (PONTES, 2000, p. 40).

Esse caminho pode apresentar-se no momento em que o sujeito sai de sua condição individual, de fenômenos singulares e se insere em um contexto ainda maior. Exemplo está nas políticas sociais, quando o sujeito apropria-se de direitos e ou se reconhece como sujeito de direito. Outro momento em que a universalidade se manifesta está na própria divisão social do trabalho e na contradição capital x trabalho. Aqui, os sujeitos estão inseridos nesta realidade, sofrem seus impactos, conscientes ou não, vivem suas condicionalidades e materializam a produção e reprodução, tensionados por uma força maior, as leis tendenciais.

É na dialética do singular para a universalidade e da universalidade para o singular que está a particularidade, pois é na particularidade que está o campo das mediações. Momento em que o singular se universaliza e o universal se singulariza. "O movimento dialético da realidade, tal como ele se reflete no pensamento humano, é assim um incontrollável impulso do singular para o universal e deste, novamente, para aquele." (LUKÁCS, 1978, p. 110).

Lukács (1978) diz que na cotidianidade é comum tratar a particularidade como resultado conclusivo, mas explica que há passagens e conversões dialéticas entre a universalidade e a particularidade, e também entre a singularidade e a particularidade. Para ele "[...] o particular se confunde, em sua determinação e delimitação ora com o universal ora com o singular." (LUKÁCS, 1978, p. 110).

Assim, compreende-se que a particularidade está no campo das mediações, no movimento dialético da universalidade para a singularidade, e vice e versa, conforme explicita Lukács (1978, p, 112) "O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular; ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado." Este campo das mediações, aqui tratado como a particularidade, representa a "[...] totalidade, 'complexo de complexos'." (PONTES, 2010, p. 87).

Na totalidade o real aparente torna-se concreto, pois rompe com a imediatez por meio da negação advinda da razão e isso se dá no momento em que há a superação do aspecto positivo do fato empírico e manifestam-se as múltiplas mediações, presente neste caminho de ir e vir do real aparente para o nível reflexivo e deste de volta para o real concreto, e com isso o objeto enriquece-se por novas mediações, e isso se dá pelo processo de aproximações sucessivas, imperativo para o conhecimento dialético (PONTES, 2010).

A totalidade é o campo das sínteses das determinações (históricas, sociais, culturais, espacial, temporal), momento em que os sujeitos estão inseridos dentro da realidade concreta, em que nas relações sociais repletas de complexos emergem todo o movimento contraditório da própria realidade, contraditório por ser nesse mesmo contexto a possibilidade do sujeito transformar a realidade e a si mesmo, e com isso alcançar sua capacidade de homem genérico.

O estudo das mediações é pertinente para qualquer objeto de estudo, pois permite avançar do aparente abstrato para o real concreto, sair do conhecimento empírico (imediato) para conhecimento científico onde há a essência do objeto, permitindo conhecer o próprio movimento desse objeto na realidade. Assim, evidencia-se a pertinência do estudo da ética a partir do campo das mediações.

Levando para o estudo da ética a singularidade é apresentada no ato moral inconsciente à capacidade de escolha e ação livre. Sujeitos que não se reconhecem como seres sociais intrínsecos no processo histórico da sociedade, e que reproduzem no campo da superestrutura a ideologia de um grupo dominante, ou de uma força maior, que no campo da universalidade rege as leis tendenciais. Cabe aqui destacar o moralismo como ato moral alienado.

Diante do movimento dialético que se faz da singularidade para a universalidade e vice-versa, o sujeito em meio às forças sociais tem a capacidade de se reconhecer como sujeito histórico-social e é nesse momento que a particularidade emerge, criando possibilidades do sujeito romper com a reprodução ideológica, com o moralismo e com isso ter consciência do agir ético e livre, sendo assim considerado como ser ético.

Com isso, na sociedade atual o estudo da ética torna-se um desafio. O homem, nas relações sociais, busca a sua essência como ser livre e de direito, mas as condições apresentadas a ele criam entraves para que a condição de ser ético venha à tona. A sociabilidade na qual vive este sujeito contemporâneo o expõe às determinações sociais e econômicas de um único pensamento, o burguês. *Marta* (sujeito de pesquisa) expõe a concepção de uma ética capitalista, para ela:

Por exemplo: eu posso afirmar que no capitalismo não existe ética? Existe. A ética da apropriação, a ética da propriedade privada, a ética da acumulação. Porque aquilo é um valor para eles. É um valor moral. É um valor ético.

A ética capitalista representa os valores reproduzidos pela ideologia do consumo. Como uma força motriz que movimenta todo esse sistema e o reproduz na esfera global. Compreende-se esse pensamento não de uma forma vulgar e vazia de analisar a realidade, mas sim a partir de todo um contexto histórico de expropriação, violência e negação de tudo aquilo que é inerente a todos os sujeitos, independente de classe social.

Esta é a situação na qual, de forma consciente ou não, hoje produzimos nossa história comum. E embora muito — tudo ou quase tudo — dessa reveladora história dependa de escolhas humanas, as condições sob as quais essas escolhas são feitas não são elas próprias uma questão de escolha. Tendo desmontado a maioria dos limites espaço-temporais que costumavam limitar o potencial de nossas ações ao território passível de exame, monitoramento e controle, não podemos mais proteger da teia global de dependência mútua nem nós nem aqueles que se encontram na extremidade receptora de nossas ações. (BAUMAN, 2011, p. 78).

A ética, a moral e, entre outras habilidades e categorias ontológicas inerentes ao homem como ser social, aqui se evidenciam a liberdade, a universalidade, a arte, a filosofia, o trabalho, a ciência estão distantes de serem alcançadas por este homem nas suas mais naturais e potenciais essências enquanto ser humano, por estarem inseridos e cerceados ideologicamente e materialmente nesta atual sociabilidade. Ao refletir sobre o atual contexto, *Mariana* (sujeito de pesquisa) expôs:

O próprio sistema capitalista. Ele só valoriza o ter e não o ser. E como valoriza só o ter acaba desmerecendo o próprio ser humano. Penso que a ética está intrínseca com a questão humana. Novamente eu digo para você que eu continuo sentindo muito distanciamento da ética e isso eu estou falando em um âmbito maior. É lógico que a gente tem grupos mais específicos que a gente conhece, participa e tem um conhecimento, mas em um âmbito maior, macrosocial parece que esta questão do caráter humano desumanizou.

Mariana traz para o debate o processo de desumanização que os homens estão expostos na atual sociabilidade. Observa-se que as formas de produção e consumo organizadas pelo capital na atual quadra histórica, desencadeia a retomada, uma nova roupagem, das velhas formas de expressões da questão social (IAMAMOTO, 2008a). Para a autora, vivencia-se na atualidade a naturalização da questão social e a desumanização do homem, pois a forma global de financeirização do capital extrapola as margens limítrofes dos países e se reproduz formando uma maior contingência de mão de obra de homens descartáveis para o capital.

Longe de considerar a realidade caótica, como um fim já dado, determinado, Sánchez Vázquez (2011) compreende que tudo aquilo que é determinado, como determinismo absoluto não há mudança, pois o sujeito não tem liberdade.

Com isso, não há como reconhecer a totalidade, dessa atual sociabilidade ao qual os sujeitos estão inseridos, sem considerar que "[...] uma totalidade sem negatividade é uma totalidade morta." (PAULO NETTO, 1994, p. 38). Considerando que "A negatividade realiza-se no marco de um sistema de mediações que responde, no movimento da totalidade social concreta, pelo desenvolvimento desigual das suas totalidades constitutivas." (PAULO NETTO, 1994, p. 38).

Assim, ao negar a atual conjuntura, elucida-se que o homem, enquanto ser transformador, pode alcançar suas potencialidades, se reconhecer como ser livre, ser ético, ao tomar consciência do próprio mundo que o cerca e de si. O homem por meio de ações práticas transformadoras e conscientes cria um caminho de alternativas de mudanças e isso pode levá-lo a provocar uma cadeia de novos elementos que transversalmente transformaria a realidade; caminho construído por uma práxis social.

O grande entrave aqui tratado está na ética e suas categorias (liberdade, autonomia, necessidade) diante da sociedade capitalista. É necessário refletir e agir diante da possibilidade de novas alternativas, mesmo que as condições objetivas e subjetivas dos sujeitos, levem a reprodução social e alienação moral. Não pode ser negado que a ação do homem, indissociável de sua consciência, permite a ruptura de valores negativos no âmbito da ética.

A apreensão histórica e crítica da realidade pode desvelar as formas de ser ético-morais, os modos fetichizados da moral e da ética, rompendo com visões preconceituosas, mecanicistas, unilaterais, ampliando as possibilidades de enriquecimento das exigências éticas. (BARROCO, 2008, p. 216).

Compreende-se que o sujeito inserido em uma sociedade está envolto de morais e moralismos, presentes em seu tempo e espaço. Em uma mesma sociedade o sujeito irá se deparar com diferentes concepções de homem e mundo, e com isso diferentes morais. Considerando a possibilidade de ser livre, o sujeito tem alternativas de escolhas possíveis, com isso pertencer a grupos, instituições, comunidades que influenciam sua visão de homem e mundo e a concepção de vida, individual e coletiva.

Nessa direção, ao ser questionada sobre o que seria ética, como a conceituaria, *Helena* (sujeito de pesquisa) trouxe como resposta:

A ética é uma questão difícil de conceituar porque há a dificuldade das pessoas em entender o que é ética e o que é moralidade, mas em se tratando da discussão da ética dentro do Serviço Social, eu penso que seja um princípio que celebre para cotidianamente lidar com a questão menor, a fim de subsidiar o profissional.

Na resposta apresentada pelo sujeito de pesquisa é clara a vinculação com a perspectiva profissional, uma vez que ela não consegue trazer uma concepção de ética, em nenhuma dimensão seja filosófica, social ou histórica. Barroco (2008, p. 69) explicita que "[...] a partir do momento em que os indivíduos incorporam determinados papéis e comportamentos, reproduzem-nos espontaneamente, evidenciando o fato de que nem sempre as escolhas representam ações conscientes."

As formas como a apreensão da ética e da moral emergem são movidas pelas relações estabelecidas pelos homens, por grupos sociais afins, que extrapolam ou não as situações concretas e subjetivas determinadas na sociedade. A aproximação aos valores de determinados grupos podem provocar a reflexão inconsciente no cotidiano do homem e com isso a sua reprodução inconsciente, afastando-o das alternativas de escolha conscientes e críticas.

É impossível negar que vivemos numa sociedade culturalmente pluralista, cheia de contradições e entrecortada por interesses de classes sociais, às vezes antagônicas entre si. Nesse contexto, as pessoas usam a mesma linguagem mas com acepções discrepantes, e até antagônicas, muitas vezes sem consciência e clareza. (SILVEIRA, 1999, p. 95).

Partindo desta consideração a liberdade e alternativas de escolhas são relativas, com isso os desafios para a efetivação da ética são constantes, uma vez que a própria liberdade de escolha do sujeito pode levá-lo a adormecer na reprodução de falsas ideias ou práticas transformadoras. Pois, inserido na atual sociabilidade, que por sua história tem um movimento complexo e contraditório, leva o sujeito a desconhecer sua condição de ser histórico, político e social, negando sua condição de ser livre, e ainda negar que a liberdade é individual e coletiva, com isso o sujeito poderá pertencer a grupos que em um movimento de cooptação e alienação, reproduz valores unilaterais, negando a diversidade, a própria cultura.

Carolina (sujeito de pesquisa) assim expressou a possibilidade de conceber a ética e seus valores por caminhos diferentes, consciência e pertencimentos distintos:

Eu acho que tanto a ética como o ser social hoje diante da própria ética se encontram de forma fragmentada. A gente tem vários tipos de ética, mas ninguém consegue compreendê-la como uma categoria só. Tem a ética profissional que vai se dividir em cada profissão, a gente tem as determinações éticas na política, de cada pessoa, tem a influência da questão moral também, vinculadas à religião. Na minha visão, hoje a ética é muito segmentada. Hoje a gente pode ser ético enquanto profissional, mas eu não preciso ser ético enquanto pessoa ou o contrário. Eu posso ser ético enquanto pessoa, mas não preciso ser ético enquanto profissional. Enquanto político, ou em qualquer segmento que a gente pode atuar.

O posicionamento de *Carolina* (sujeito de pesquisa) retrata as formas como a ética é apropriada e reproduzida no atual contexto, segmentada por interesses e particularizada nas relações interpessoais; acredita que a ética é pessoalizada aos interesses e o momento. Forti (2010, p. 97) esclarece que:

Dizemos isso porque na cotidianidade efetivam-se basicamente as atividades imediatas, destinadas à reprodução do ser social; atividades que denotam repetição e espontaneidade ou, se preferirmos, que não exigem elaboração reflexiva, pois "mecanizadas" em função do tempo disponível voltado à reprodução da vida social. Isso se relaciona à alienação, fenômeno com forma peculiar e condicionada no mundo do capital.

A autora é clara ao se posicionar frente às formas enrijecidas que se formam diante das condicionalidades do capital, levando o homem à reprodução social. No capitalismo, a ética toma formas várias de se manifestar, provocando nas relações sociais confrontos políticos e distanciamento dos valores éticos como liberdade, autonomia, compromisso. Outro sujeito de pesquisa que salientou a pulverização da ética no capitalismo foi *Rosa* (sujeito de pesquisa), para ela:

A ética no capitalismo ocorre de várias formas. Então a ética hoje é pautada em cargos, dinheiro, relação de poder, e em algum momento isso será superado. Eu acredito que algumas pessoas tentam desviar de uma ética que lute contra a desigualdade social e outros não. Então não apreendem a ética de uma forma adequada.

Assim como *Rosa*, os sujeitos de pesquisa *Helena* e *Marta* também compartilham sobre as formas como a ética é apresentada nesse contexto. Mas outro elemento é citado pelos sujeitos de pesquisa de relevante medida, é a relação de poder. No processo histórico das sociedades o poder representa a

forma de dominação de grupos, materializado na relação entre o econômico, político e social, ou seja, o poder econômico está intimamente relacionado com o poder político, e esse densamente com o poder social, e esse com o poder econômico. É uma tríade que se forma e conduz todo o movimento da sociedade. Com isso, no capitalismo,

[...] a moral tornou-se, basicamente, um mecanismo que se sustenta em parâmetros individuais e cuja função social é a manutenção da ordem, ou seja, a legitimação da ordem social instituída, mediante valores adequados aos interesses daqueles que detêm o poder. Uma regulação da convivência social, que, por buscar legitimar interesses particulares de indivíduos isolados ou de grupos determinados, caracteriza uma universalidade abstrata. Forma de regulação que representa interesses particulares como se fossem gerais (ou até o geral — absoluto), ou seja, interesses próprios ao segmento dos que detêm o poder material como representação de toda a coletividade (universal). (FORTI, 2010, p. 95).

As formas como o poder se materializa na sociedade conduz à negação das objetivações do ser do humano livre, o que provoca na cotidianidade o desafio de avançar, ultrapassar as condições dadas. Para Silveira (1999, p. 98),

[...] porque estamos diante de desvelamento do que está encoberto pelo costume, pelo convencional, pelo poder. Descobrir a verdade é ter a coragem de enfrentar as formas estagnadas do poder que tentam manter o *status quo*, é aceitar o desafio da mudança. Saber para transformar.

Assim, para alcançar sua condição de sujeito ético e livre o sujeito tem que ter consciência diante de seu agir moral e ético, além de pertencimento de classe, pois como já elucidado, é no cotidiano por meio da práxis humana a possibilidade de transformação, não só na estrutura social, mas também na superestrutura.

O pertencimento em grupos políticos, profissionais, culturais expressam os valores e o movimento dos sujeitos coletivos na sociedade, que podem reproduzir ou negar a condição posta, levando a transformação. Tais grupos articulam suas ações e ideologias por meio dos projetos societários e ou profissionais que trazem sua representatividade frente ao contexto histórico e social. Esses projetos emanam os valores éticos e moral desses grupos. E é sobre a ética profissional o tema a ser abordado no próximo item.

1.2 A ética profissional

Esta seção tem o objetivo de discutir a ética profissional em um aspecto geral, ou seja, fundamentar teoricamente o que vem a ser ética profissional, para adiante abordar a ética profissional no Serviço Social.

Compreende-se que as transformações sociais levaram os homens e os grupos aos quais pertenciam a se organizarem, criando suas normas, regras e valores morais, expressos na consciência, como produto de ações práticas. Esses valores morais retratam o próprio pertencimento desse grupo na sociedade, pois é o reflexo desse grupo na sociedade, e inversamente, os valores sociais expressos nesse grupo. Ou seja, ao mesmo tempo em que a sociedade imprime valores para os grupos, esses grupos externam seus valores para a sociedade. Elucida-se para esse trabalho como grupos sociais em tela as categorias profissionais que se formam no processo histórico da sociedade, que estabelecem suas normas e princípios num processo de articulação dentro da própria sociedade.

Considera-se que "A ética profissional é uma forma particular de materialização — de expressão — da vida moral em sociedade." (FORTI, 2010, p. 98). É a partir dessa relação entre os grupos e a sociedade que se constrói a sociabilidade, formada por sujeitos coletivos, histórico-político-sociais. Os sujeitos de pesquisa foram questionados sobre a concepção de ética profissional, entre eles *Silvia* (sujeito de pesquisa) nos diz que:

A ética profissional ela se reflete no exercício profissional cotidiano, e ela se expressa a partir da concepção de homem e de mundo que eu tenho. Da intervenção que eu faço do sujeito, a partir do respeito, as questões culturais, étnicas, religiosas. Do respeito do sujeito social enquanto ser social, enquanto ser humano, enquanto ser de direitos, como sujeito coletivo, dentro desta totalidade.

O sujeito de pesquisa traz em sua fala uma relação entre a ética profissional e sua visão de homem e mundo, além de eleger o respeito a diversidade para com o ser social, em sua totalidade. Com isso, considera-se que as categorias profissionais deparam-se com a construção de valores moral e ético que permeiam as relações, que se estabelecem na cotidianidade, para Barroco (2006, p. 69) "A ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações fundantes extrapolam a profissão, remetendo às condições mais gerais da vida social."

Os valores morais e éticos profissionais são construídos diante do contexto histórico e social na qual determinada categoria pertence. Considera-se que não há um interstício entre a ética profissional e a ética em seu aspecto cultural, filosófico, histórico e social, pois a elaboração dos valores ético-profissional expressa o pertencimento de determinado grupo na sociedade.

Sobre essa relação entra a ética e a ética profissional, todos os sujeitos entrevistados compartilham do pensamento em que são indissociáveis. Destaca-se a fala de *Carolina* (sujeito de pesquisa):

[...] elas devem andar juntas, visando esta questão de totalidade. Ao compreender a ética enquanto uma categoria maior, a gente tem que saber que a ética profissional está dentro desta ética que visa a totalidade.

Intrínsecas, a ética e a ética profissional estabelecem uma relação que se consubstancia nos valores construídos a partir dos homens e as relações que se estabelecem. Há uma aproximação entre os valores construídos pelos sujeitos em sua própria história, como ser humano, e aqueles incorporados pela ética profissional. "Não há, portanto, um hiato entre a ética profissional e a ética social, pois seria cindir a própria vida do homem na sua totalidade, isto é, em seus diversos pertencimentos: trabalho, gênero, família, ideologia, cultura, desejos, etc." (BRITES; SALES, 2007, p. 8).

A ética profissional é a reflexão do grupo (categoria profissional) dentro da sociedade e para a sociedade diante das relações desenvolvidas nessa realidade. Essa ética possui seus valores individuais, mas com direção para o social, pois sua realização só acontecerá no e para o coletivo. *Marta* (sujeito de pesquisa) apreende:

Estabelecer a mediação entre a ética, nesta visão geral, para ética profissional é a atravessar a questão de valores. Valores que nós atribuímos, que a própria sociedade atribui.

A fala do sujeito de pesquisa traz a compreensão de que a passagem da ética profissional para a ética, em âmbito geral, emerge valores pessoais como também aqueles atribuídos pela sociedade. A construção desses valores e sua manifestação expressam a consciência ética desses sujeitos diante das relações sociais, pois, "[...] é na existência ética (ser de consciência, que valora, que projeta sua ação de forma autônoma e responsável) que qualifica, enriquece e torna complexo o processo de (re)produção da coletividade humana." (BRITES; SALES, 2007, p. 8). A ética

profissional expressa os valores construídos pelos sujeitos sociais e políticos, num processo de produção e reprodução da vida material e espiritual, que se entrelaça nos valores sócio-históricos, estabelecidos na formação complexa e contraditória da sociedade.

No processo histórico, as relações de trabalho manifestavam seus princípios morais, em seu espaço e tempo, condizentes as relações estabelecidas. Com as mudanças estruturais tais valores foram mudando; tomando como ponto de partida as sociedades feudais, observa-se que sua estrutura social era dividida entre o clero, nobres, soldados, artesãos, servos e escravos. As relações de trabalho ali existentes aconteciam na submissão dos servos aos senhores feudais. Os artesões produziam a partir da matéria prima que adquiria na troca de produtos por eles produzidos, trabalhavam em suas oficinas alojadas nas suas casas, mantendo o regime de trabalho familiar, e às vezes com um aprendiz de ofício.

Neste período histórico, séculos XV ao XVII, há um processo de expansão e a formação das cidades e dos comércios, momento conhecido como acumulação primitiva, e desse posteriormente emergiria o capitalismo. A ênfase que se deseja neste contexto não é de retratar o processo de transformação da sociedade, do feudalismo — acumulação primitiva — capitalismo, mas sim elucidar os valores éticos e moral que perpassavam todo esse contexto, para assim apropriar da ética profissional na contemporaneidade.

No período histórico supracitado, a ética era aquela imposta pelo clero e vergada pela nobreza, e a reprodução moral era algo comum a ser cumprido. No item 1.1 foi elucidado que a ética, nesse momento histórico, era privilégio de alguns membros, pois ética e moral pertenciam ao clero, a nobreza, os soldados; os escravos não tinham moral; e os servos por manterem uma relação de subserviência ao senhor feudal, também reproduziam seus costumes, hábitos, normas e a moral. Para os artesões a moral do trabalho era a moral da família.

Com isso a moral mantida nessa relação de trabalho era a de obediência, sem contestação. Os camponeses artesões mantinham as relações de trabalho análogas às relações sociais primárias da sociedade, a família. Não se separava tais relações, e com isso os valores e a moral da família era o mesmo do trabalho. De acordo com Simões (2003, p, 62):

As relações de produção eram simultaneamente de parentesco, e estas organizavam a produção. Não havia separação. A divisão do trabalho estava estabelecida por sexo e idade [...] não havia a separação do grupo família, relativamente ao trabalho [...].

Tais relações foram modificadas com o advento do capitalismo que rompe as estruturas sociais, transformando as oficinas em indústrias, os servos e artesões em trabalhadores, e com isso os valores moral e ético são modificados, pois como já discutido, esses valores mudam de acordo com as transformações societárias.

A ética profissional surge na modernidade, com a divisão social e técnica do trabalho fruto do capitalismo, momento em que as profissões se (re)organizam na sociedade de classes e com isso os valores morais coletivo de determinados grupos deparam-se contraditoriamente a uma moral geral da sociedade.

Observa-se que há uma moral geral para justificar as relações de exploração do trabalho, e com isso ocorrer a manutenção do sistema baseada na coerção e cooptação das forças produtivas e intelectuais dos sujeitos. Esta relação está presente na sociedade capitalista e em seus diversos modelos econômicos produtivos.

Tal contradição fez com que certas profissões elaborassem códigos que expressassem seus valores e moral, essas profissões em sua grande maioria são as liberais "[...] cuja natureza social determina a exigência de uma codificação formal de conduta." (SIMÕES, 2007, p. 466). Essa exigência emerge diante das necessidades históricas da própria sociedade que buscam por respostas, com isso, associadas aos valores morais e culturais da sociedade que penetram na profissão, conduz as práticas profissionais a alternativas possíveis, pois face à complexidade da sociedade novas necessidades surgiram e com isso novas alternativas. É um processo contínuo e mutável.

Para Simões (2007) há uma diferença entre a moral do trabalho e ética profissional. Para ele a moral perpassa todas as relações de trabalho, por exigência de padrões normativos. A moral do trabalho emerge em todos os ambientes laborais, elaboradas pelos trabalhadores para estabelecerem um conjunto de normas que devem ser seguidas por todos, mas de forma autônoma, pois não é algo escrito normatizado em lei.

A moral do trabalho é um sistema normativo concreto, de natureza oral, que alguns estudiosos, por isso, classificam como autônomo, porque não é determinado por uma norma escrita heterônoma, formalizada por um órgão público e sim pelos próprios trabalhadores, em suas relações cotidianas de

trabalho, configurando determinados padrões normativos, por meio dos quais estabelecem regras costumeiras de conduta. (SIMÕES, 2007, p. 467).

A exigência ética profissional para os profissionais liberais, aqui tratados como trabalhadores liberais, está condicionada por sua relação com princípios humanísticos que necessitam de respaldo legal. Diferentemente de outras profissões, tais trabalhadores articulam suas ações diretamente com o ser humano, não existe um objeto material específico para manuseio, como o oleiro, o marceneiro, mas sim vidas humanas, que diretamente sofrem as refrações das ações e posicionamento ético desses trabalhadores. "O que é peculiar desses profissionais é que seu trabalho é intrinsecamente mediatizado por um complexo de motivos humanísticos, exigidos pelo conjunto de sociedade. Lidam com a vida." (SIMÕES, 2007, p. 468).

O trabalhador liberal ao lidar diretamente com sujeitos corre o risco de imprimir seus valores pessoais sob a realidade de outros sujeitos, e com isso descaracteriza o princípio de liberdade. Diante de sua autonomia (relativa) profissional, tais trabalhadores ao realizar os processos de trabalho precisam de um norte para que os princípios éticos individuais não sobreponham ao coletivo. Pois os valores pessoais motivados pelos princípios humanísticos devem estar congruentes aos princípios éticos profissionais, mas esses não devem sobrepor como princípios corporativistas sobre a sociedade. As ações dos trabalhadores liberais expressam uma necessidade da sociedade e por ela deve agir eticamente respeitando a particularidade de cada sujeito.

São os códigos de ética profissionais que norteiam as ações profissionais diante dos princípios morais e éticos. Tais códigos expressam a moral que conduz as ações profissionais no cotidiano, "A ética, como expressão da moral, passa a ser a consciência da moral, que toma a moral como seu objeto, já em nível de interação metodológica, que permite a reflexão no sentido da compreensão, da espiritualidade dos profissionais." (SIMÕES, 2003, p. 69).

Ao tratarem da ética profissional, *Carolina, Helena, Mariana e Rosa* destacam a relevância do Código de Ética para a direção social, o vir a ser, do trabalho profissional em seu cotidiano. Elucida-se a fala de *Rosa* (sujeito de pesquisa):

Ética profissional é você ter um direcionamento por determinado princípio profissional. Por exemplo, eu me direciono pelo nosso Código de Ética

atual, que nos guia, nos dá a direção social da ética profissional, do nosso compromisso, pilar central deste compromisso ético.

Compreende-se com a fala do sujeito de pesquisa a importância do Código de Ética na realidade profissional, e os elementos que se destacam como a direção social, o compromisso, o pilar, ou seja, aquilo que sustenta dentro do cariz ético para a profissão. Os códigos de ética são regulamentados pelo Estado e órgãos representativos de cada categoria profissional, pois implicam em normatizar os valores morais e éticos, e direcionar as ações de forma ampla, social, e não corporativista. Apesar desta direção, considera-se que nem todas as profissões que tem um código de ética apresentam-se de forma não corporativista. De acordo com Simões (2007, p. 471):

O código de ética, como todos os códigos, deve ser interpretado com uma norma não contraditória, por sua natureza. É um sistema que unifica e converge valores. Esta concepção é fundamental, em qualquer formação social, pois se for contraditório não exerce sua instrumentalidade.

As ações profissionais devem ter como direção social uma postura ética comprometida com a sociedade e seu desenvolvimento, o que lhe cita o caráter político, esse compromisso ético profissional apóia-se em princípios presentes no código de ética, sendo tais princípios a síntese do conhecimento acumulado da profissão, fruto das transformações da sociedade. Motta (1984, p. 74) diz que há valores que estão presentes em todas as profissões, "[...] constituindo a sua espinha dorsal, tais como: a responsabilidade; a democracia, que permite a liberdade; segredo profissional; a verdade, a justiça e a solidariedade." Além de outros que devem ser construídos durante a articulação profissional com a realidade e os sujeitos, tais como: a criatividade; a comunicação; consciência crítico-reflexiva; colaboração social; e capacitação técnico-científica (MOTTA, 1984).

Tais valores se manifestam nas ações cotidianas dos trabalhadores diante das objetivações do trabalho, "[...] em face das demandas e respostas éticas construídas nesse marco é que se objetiva, se transforma e se consolida como uma das dimensões específicas da ação profissional." (BARROCO, 2006, p. 68). O código de ética é a normatização dos princípios éticos para o trabalho, mas o compromisso profissional está arraigado de valores pessoais de cada sujeito, ou seja, o código de ética é um norte, um instrumento legal para as ações profissionais,

mas sua materialização nos processos de trabalho traz intrínseco a subjetividade de cada trabalhador.

A formação ética, especificamente ligada à profissão, seria a incorporação de novos valores, indispensáveis ao bom exercício profissional, valores estes que viriam reforçar o 'procedimento ético', uma vez que já existe um conhecimento fundamentado dos valores então incorporados, uma convicção na maneira de agir, uma conscientização maior da importância da ética na atuação profissional. Esta incorporação de novos valores só será válida, se eles forem, de fato, aceitos e interiorizados pelo profissional, nunca encarados como meros conceitos abstratos. (MOTTA, 1984, p. 73).

Os sujeitos (trabalhadores) aqui inseridos nesse contexto são expressão de sua objetividade e subjetividade na sociedade, que tem na historicidade uma relação complexa e contraditória, esses sujeitos podem apresentar-se com visões da realidade de formas diferentes. Numa primeira direção, os sujeitos inseridos em determinado contexto absorvem valores éticos e os reproduzem como fim em si mesmo, não reconhecendo princípios fundamentais como liberdade e autonomia, pois esses princípios são reproduzidos diante do individualismo ideológico da própria sociedade do ter.

Em outra direção há sujeitos que exteriorizam uma aproximação dos seus valores individuais com os valores éticos de algumas profissões, pois o despertar da consciência ética social pode estar anterior ao pertencimento a determinada profissão.

Para os sujeitos de pesquisa há uma relação entre os valores construídos anterior a aproximação com a profissão. *Sílvia* (sujeito de pesquisa) destaca que:

Eu penso que a ética ela passa por dois momentos. Em um primeiro momento ela vem da nossa própria formação enquanto ser social, dentro das concepções que a gente está inserido nas relações sociais. No período posterior à formação profissional, a ética profissional traz novos elementos que perpassam e ultrapassam o senso comum que é reproduzido pela sociabilidade burguesa.

Ao analisar a fala do sujeito de pesquisa considera-se que os valores éticos profissionais vêm nortear e clarificar a visão de homem e mundo desses sujeitos, dando assim uma direção social e consciência crítica da realidade. Barroco (2006, p. 68-69) esclarece que:

Dentre as determinações da ética profissional encontra-se o conhecimento, dado pela base filosófica incorporado pela profissão. Esse aspecto também é contraditório e conflituoso, uma vez que a formação profissional, mediante a qual se adquire um conhecimento filosófico capaz de fundamentar as escolhas éticas, não é o único referencial profissional; somam-se a ele as visões de mundo incorporadas socialmente pela educação moral primária e por outras instâncias educativas, tais como os meios de comunicação, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais etc.

Com isso, a construção dos valores éticos presentes no código de ética é o reflexo do próprio processo histórico da profissão na sociedade, profissão formada por sujeitos coletivos que, ao se apropriarem desses valores, possibilitam a legitimação política da profissão, pois sua direção social está voltada para a sociedade num todo.

A ética profissional dá visibilidade a sociedade acerca da direção e da qualidade do exercício profissional. Isto requer a sistematização do posicionamento e dos compromissos políticos da categoria profissional com determinados valores e princípios — assentados em referências teóricas que expressam uma dada concepção de homem e de sociedade —, que se traduzem em normas e diretrizes para a atuação profissional presentes no código de ética. (BRITES; SALES, 2007, p. 9).

As categorias profissionais comprometidas com os valores humanista crítico remetem seus princípios éticos à construção de uma nova sociedade, articulando princípios como liberdade, autonomia, justiça e equidade no agir profissional, criando estratégias, possibilitando aos sujeitos sociais o despertar da consciência ético-política diante da sociedade. Essa articulação profissional entre os princípios éticos e a sociedade está mediada pela intencionalidade do agir ético diante das demandas e as necessidades sociais apresentadas no cotidiano profissional. Com posicionamento crítico busca-se superar a realidade posta, reconhecendo no contexto os valores históricos que se reproduzem de forma contraditória.

A partir do contexto explicitado, observar-se-á como o Serviço Social se emerge na sociedade, enfatizando sua construção ético-político. Busca-se compreender a formação ética da profissão e de seus trabalhadores diante das transformações históricas da sociedade brasileira, em seus aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. E como os códigos de ética expressaram os valores profissionais em meio a cada momento histórico.

CAPÍTULO 2 A ÉTICA PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL

Este segundo capítulo tem como objetivo contextualizar o processo histórico do Serviço Social no Brasil e os Códigos de Ética do assistente social, publicados nos anos de 1947, 1965, 1975 e 1986. Para isso, o texto abordará o contexto histórico, político e social da profissão diante dos acontecimentos da história da sociedade brasileira, pois acredita-se que a profissão está organicamente relacionada com as transformações societárias e a partir dela novas exigências foram apresentadas, concomitante a novas respostas profissionais.

Destaca-se que as mudanças na profissão teve caráter endógeno e exógeno, pois nesse processo histórico em tela, a profissão rompeu com as protoformas teóricas e ideológicas, ampliou a participação no cenário político, elegeu princípios éticos e políticos para fundamentarem a construção do projeto profissional, esses mesmos princípios e valores estão expressos nos Códigos de Ética em estudo.

Com isso, busca-se conhecer e identificar os pontos axiais dessa história recente, seus elementos e valores éticos que articulam e provocam todo o movimento da profissão no Brasil. Com esse estudo, a pesquisa poderá caminhar para a análise do Código de Ética de 1993, os desafios para a materialização de seus princípios no atual cenário profissional.

2.1 O Serviço Social: processo histórico e seus pressupostos éticos

O Serviço Social surge na sociedade brasileira no início do século XX, congruente a transformação econômica, política e social do capitalismo, que ao atingir o amadurecimento, saindo do capitalismo concorrencial para o dos monopólios acentua as refrações da questão social.

A profissão está intrinsecamente relacionada às tensões da sociedade capitalista e a forma como o Estado apropria da questão social como objeto de intervenção, tendo nas políticas sociais públicas o instrumento de articulação econômica, política e social juntamente com o setor privado, o capitalista burguês, para responder a questão social e ao mesmo tempo como instrumento de cooptação e coerção da classe trabalhadora. Para isso, torna-se necessário um agente que se movimentasse em meio à classe trabalhadora articulando os interesses do Estado e

do capitalismo burguês (expresso em sua fase industrial e comercial), aqui se apresenta o assistente social como agente de intervenção e mobilização.

Neste momento da história nacional, início do século XX, a questão social emergia diante das desigualdades sociais e as necessidades da classe trabalhadora, que por meio das manifestações sociais traziam à tona as expressões da questão social. Essas eram expressas pela precariedade das condições de trabalho, a falta de direitos trabalhistas, o não acesso a saúde, educação, habitação, entre outras expressões. É válido lembrar que o capitalismo monopolista brasileiro está intimamente relacionado às transformações e acúmulo de capital rural, que provocaram uma mudança significativa no cenário urbano por meio do êxodo rural.

Como questão social, Iamamoto e Carvalho (2008, p. 77) dizem:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia.

Diante da efervescência das refrações capitalista, da formação de um Estado e da aliança que se firmava entre esse mesmo Estado e o monopólio capitalista (industrial e comercial), o Serviço Social se fez presente. Sua origem está no seio das transformações sociais, ídeo-políticas e econômicas da sociedade brasileira, mas o caminho que a profissão percorreu passando por sua profissionalização até a contemporaneidade é marcado por persistências, resistências e rupturas, por vieses diferentes que se apresentaram desde ações de filantropia e caridade à militância ídeo-políticas; a ação executora de políticas sociais, a inserção na divisão social e técnica do trabalho e seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora, mas que se estreitam na própria realidade e na questão social e na multiplicidade das formas que ela se manifesta.

O Serviço Social tem na realidade, complexa e contraditória, o cerne de sua intervenção e legitimação política e de consciência de classe. E é nesse caminho tortuoso que a Ética se apresenta e modifica-se frente a cada realidade histórica da profissão, pois o Serviço Social, como produto da própria sociedade, acompanha as mudanças sociais e a partir delas se faz presente a cada contexto.

Com a proposta de responder a emergência da questão social no Brasil, o Estado juntamente com a organização capitalista articulam formas de conter as

manifestações sociais que se tornavam frequentes. Neste momento outra instituição alia-se à proposta do Estado, a Igreja Católica, que com a intenção de recristianizar a população assume ações caritativas e filantrópicas para amenizar as mazelas cada vez mais acentuadas na sociedade e ao mesmo tempo reproduzir sua ideologia baseada nos princípios neotomistas.

Diferente do que Iamamoto e Carvalho (2008) trataram sobre a questão social, no contexto idealizado pelo Estado e Igreja, ela é tratada como questão moral, com isso as ações desenvolvidas pelos agentes sociais da Igreja estavam voltadas para o ajuste moral dos sujeitos, a coerção política, e a imposição ideológica a partir de valores conservadores. Qualquer forma de manifestação ou contestação era vista como imoral, e os sujeitos deveriam ser ajustados ao sistema, e na maioria das intervenções eram consideradas casos de polícia.

A Igreja Católica brasileira, com o apoio da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), passou a desenvolver ações assistenciais tendo seus agentes a missão de ajustar a moral da família e dos sujeitos individualmente por meio da recristianização. A partir da Ação Social a Igreja ampliou seu espaço de intervenção e o número de agentes sociais, o que exigiu uma formação condizente a realidade. Com isso surge o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e com ele a formação profissional daquelas que seriam as futuras assistentes sociais.

A formação profissional desses agentes no Brasil está intimamente relacionada com a Igreja Católica, seus princípios e valores, reproduzidos na ação profissional, tendo todo o apoio do Estado e das organizações capitalistas.

Para isso a Igreja adotou o dogma preconizado pela Encíclica Papal *Rerum Novarum* como verdade que esteava a formação desses agentes, e reproduzia a sua ideologia como verdade. A concepção da questão social como questão moral negava o processo de produção e reprodução contraditória do capitalismo. E com isso o trabalho desenvolvido por esses agentes não ultrapassava a realidade imediata, refreavam as ações através de práticas caritativas e filantrópicas, acentuado por um caráter messiânico.

Com a intensificação das intervenções e as formas como a questão social ia se modificando e tomando outras dimensões, surge então a necessidade de adequar a formação à realidade e com isso a Igreja e a UCISS levam agentes do CEAS para uma nova formação profissional em Bruxelas. Lá realizaram a formação

em Serviço Social e posteriormente retornaram ao Brasil, e com elas a proposta de criarem as Escolas de Serviço Social.

Foi em 1936 quando na cidade de São Paulo surge a primeira escola de Serviço Social, que posteriormente seria a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP); em seguida em 1937 na cidade do Rio de Janeiro surge a segunda escola. A formação adotada nestas escolas era de cariz ideológico cristão e com ele uma formação restrita aos dogmas da Igreja Católica. O perfil dos alunos era formado por mulheres, burguesas, fieis as doutrinas da Igreja, um exemplo de moral a ser reproduzido à população atendida por elas.

A Igreja acreditava que a mulher, ser dócil, mãe, responsável pelos cuidados dos filhos e do lar, era a pessoa ideal para reproduzir seus ensinamentos, conter qualquer ato imoral e conscientizar as pessoas diante da necessidade de se adequarem à sociedade. Entendiam por ato imoral qualquer forma de manifestação social ou reivindicação da classe trabalhadora. Presente entre as assistentes sociais deste período histórico, compreendido entre as duas primeiras décadas da profissão no Brasil, havia uma ala de profissionais que formavam um perfil militante diante da ação do Estado e a ideologia cristã. Essas profissionais atuavam de forma participante nas ações políticas o que caracterizava o perfil ídeo-político dessas profissionais.

Com o advento da divisão social e técnica do trabalho no Brasil, congruente ao capitalismo monopolista, o Serviço Social se profissionaliza, os agentes sociais se deslocam para outras instituições, atendendo a expansão que a profissão tomara, mas a concepção moral continuou a mesma.

Tal concepção moral apreendida na prática profissional e na formação acadêmica apresentava vieses que a consubstanciava, formada pelas doutrinas cristãs neotomista e os valores conservadores, adotava como base científica o positivismo. Tal perspectiva teórica era o aporte da formação profissional no Brasil, que era a reprodução da formação europeia e que é reafirmada com a aproximação do Serviço Social norte-americano. O positivismo no Serviço Social brasileiro é elucidado por meio das técnicas apropriadas por seus profissionais diante dos métodos de caso, grupo e comunidade. Para Ammann (1984, p. 146), nesta fase (1930-1945),

O Serviço Social sofre uma influência... da corrente neo-tomista de caráter conservador, ortodoxo e tradicionalista [...] dessa fase o Serviço Social traz uma herança marcada pela corrente positivista, com ênfase na questão metodológica e na instrumentalização técnica (métodos de caso, grupo e comunidade).

Yazbek e Silva (2005, p. 27) apontam que a aproximação do Serviço Social brasileiro à corrente positivista acentua o perfil de manipulação da prática profissional, de uma leitura da realidade que não ultrapassava aquilo que era imediato.

Essa busca da matriz positivista e de sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social vai abordar as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos (dados) que se apresentam em sua objetividade e imediatez. É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Especialmente em sua orientação funcionalista, esta abordagem é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com metodologias de ação [...].

Os métodos supracitados eram utilizados nos Estados Unidos, e desconsiderando a particularidade histórica do Brasil, foram reproduzidos pelo Serviço Social brasileiro. O Serviço Social europeu e o americano traziam em sua bagagem uma formação específica de cada realidade, enquanto o Serviço Social europeu caminhava por uma perspectiva de adequar o sujeito pelo viés da consciência, o americano trazia uma perspectiva funcionalista sociológica para a profissão, ou seja, adequar o sujeito a sociedade, estabelecendo a ordem e sua manutenção. Essa perspectiva funcionalista é introduzida no Serviço Social brasileiro, na sua formação acadêmica e no trabalho profissional.

Entre os métodos utilizados pelo Serviço Social aquele de maior destaque foi o Desenvolvimento de Comunidade (D.C.). Esse foi a maior influência norte-americana sob os países "subdesenvolvidos" daquele momento histórico, pois o mundo vivenciava o pós Segunda Guerra Mundial e com ela suas sequelas. Os Estados Unidos, na busca por aliados diante da Guerra Fria,⁷ estabelecida contra a União Soviética, utilizou o Desenvolvimento de Comunidade para infiltrar, influenciar

⁷ Por Guerra Fria compreende-se a luta ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. Era uma guerra "sem armas", pois os Estados Unidos lutavam contra a expansão da ideologia comunista. Mas a imagem de uma guerra sem armas é falsa, uma vez que vários militantes comunistas foram presos e torturados.

e manipular governos e a população desses países. Com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentava o D.C. como a solução para a devastação provocada pela Guerra, e o resultado desse trabalho seria a ajuda entre os povos. Iniciou suas ações nas áreas rurais, com interesse na produção agrícola brasileira e depois na área urbana.

Com o avanço do Serviço Social brasileiro alguns órgãos representativos da profissão foram criados no ano de 1946, entre eles destacam-se a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) e a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). A ABAS era responsável pela organização e legitimação do trabalho profissional, orientava as práticas profissionais e estabelecia as articulações políticas naquela época. A ABESS representava a unidade acadêmica no Brasil, desenvolvia ações direcionadas à formação acadêmica, escolas e currículos.

Legitimando o teor moral neotomista e ultraconservador do Serviço Social nas primeiras décadas, a ABAS criou o primeiro Código de Ética da profissão em 1947. Este Código é a expressão dogmática presente na profissão, para Barroco (2006, p. 95-96) neste Código de Ética "[...] a ação profissional é claramente subordinada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa."

O apontamento feito pela autora está sustentado no próprio Código de Ética que em sua Introdução no inciso primeiro cita que a "Moral ou Ética, pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal." (ABAS, 1947 apud SILVEIRA, 2011, p. 18). E traz que é dever do assistente social "[...] cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus [...]." (ABAS, 1947 apud SILVEIRA, 2011, p. 18).

Mesmo com o avanço da profissão e as transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil a profissão manteve a ideologia neotomista e conservadora por anos, como a imagem da profissão que por décadas manteve aquele da profissional messiânica e ou fatalista, aquela com uma moral integra de pudor e compromisso moral com os votos religiosos acima de tudo. "O assistente social deve ser um exemplo de integridade moral, o que, concebido a partir do conservadorismo ético, irá se expressar em normas de conduta que abrangem inclusive sua vida pessoal, impondo-lhe deveres e normas de comportamento." (IAMAMOTO, 2006, p. 93).

Ter este perfil era ideal para o Estado, a Igreja e o conjunto capitalista industrial, pois o assistente social conseguia cooptar e coagir a população usuária,

por meio do *ethos* profissional humanista conservador e com princípio ético-moral cristão, reproduzindo assim o *ethos* burguês.

Os assistentes sociais nesta quadra histórica expande consideravelmente as áreas de atuação, segundo Iamamoto e Carvalho (2008), podem ser apresentados entre instituições estatais, para-estatais e particulares: Juizado de Menores, Prefeitura do Distrito Federal (R.J.), na Policlínica de Botafogo, Imprensa Nacional, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Hospitalar, Ministério da Aeronáutica, Casa da Empregada, Casa do Comércio — A Exposição —, Ação Social Aquidiocesana, Sistema S, entre outros, mas o perfil desejado e assumido pelos profissionais ainda estava arraigado ao conservadorismo. Diante desse avanço, a profissão é legitimada pela Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

O Serviço Social durante as três primeiras décadas (1930/40/50) manteve sua formação acadêmica congruente as exigências do Estado. Por atender suas expectativas, o Estado passa a agenciar a formação de novos profissionais. De acordo com Vieira e colaboradores (1987, p. 104):

Fala-se então, em ampliação dos conhecimentos e técnicas, em competência do assistente, sua formação técnico-prática, de forma a interagir efetivamente com outros profissionais, prestar consultoria administrativa, propiciar otimização de recursos.

Uma formação acadêmica apta a atender as novas demandas e adaptar os profissionais as exigências postas, sob as normas das diretrizes educacionais (Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953), com alterações em 1961 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o qual acentua o caráter descentralizado da educação. Vieira e colaboradores (1987) expõe que esta LDBEN propiciou o controle social e político, sob os interesses econômicos, o que permitiu o avanço das Escolas de Serviço Social anos seguintes.

A década de 1960 expressa um novo momento para a profissão, um novo olhar diante da apreensão do *ethos* profissional. Categorias éticas emergem no debate endógeno da profissão, como liberdade e coletividade, e com isso projetos coletivos passam a ser elementos de discussão. Os profissionais começam a questionar a reprodução do *ethos* burguês pela profissão, e com isso uma tentativa de ruptura com seu projeto ídeo-político.

Barroco (2006) explicita que essa década promove uma nova moralidade para a profissão, esteada na dimensão da vida cotidiana da profissão, em que surgem os conflitos éticos diante do moralismo em face da mulher; e na dimensão das intervenções práticas, momento em que emerge a consciência ético-política e a possibilidade de avançar juntamente aos projetos democráticos e uma nova moralidade. Para ela, "[...] a liberdade é parte de uma teleologia orientada para a superação dos seus limites objetivos; esse veio político libertário é particularmente importante para a análise do processo de construção de uma nova moralidade profissional." (BARROCO, 2006, p. 104).

Este processo de possibilidade de construção de uma nova moralidade profissional, de um novo *ethos*, no início da década (1960) não é homogêneo e nem hegemônico na profissão, é um movimento tênue que somente no final desta década e na próxima é que alcançará novas proporções. Pois alguns profissionais e principalmente as Instituições envolvidas com a profissão reafirmavam a necessidade de acentuar o caráter moralista cristão conservador, natural à gênese do Serviço Social naquele momento, fato é a publicação do Código Moral de Serviço Social em 1962 pela ABESS. Esse Código foi publicado inicialmente na Europa e depois reproduzido em outros países em que a UCISS participava juntamente com a Igreja Católica da expansão e promoção do Serviço Social.

Esta década expressou significativamente não só para o Serviço Social, mas para toda sociedade brasileira e para outros países latino-americanos, pois representa um marco na história cultural, econômica, política e social diante da imposição de governos ditatoriais e também o Movimento de Reconceituação do Serviço Social em âmbito latino-americano. Marco na história por representar a emersão da consciência de classe trabalhadora diante da cooptação ídeo-política, de movimentos sociais de categorias profissionais e estudantis frente questões culturais, econômicas, sociais e de direitos; período de movimentos de lutas, resistências, persistências, caminhos contínuos e descontínuos da sociedade, fruto de uma realidade complexa e contraditória.

No Brasil, a ditadura civil-militar foi imposta em 1964. Promoveu na sociedade brasileira um colapso cultural e educacional diante do avanço que se fazia presente por meio das artes e da expansão das universidades públicas; além da expansão industrial provocada pela abertura de novas indústrias internacionais no país. Este período é marcado pelo retrocesso na pesquisa nas universidades públicas e um

crescimento desenfreado das universidades privadas, este posicionamento do Estado tinha como aporte a Lei nº 5.540/1968, que provocou uma mudança considerável.

A reforma universitária combina medidas autoritárias com uma suposta democratização do ensino, pois, na verdade, várias ações adotadas serviram para ampliar o número de vagas, através da racionalização de recursos materiais e humanos. (VIEIRA et al., 1987, p. 108).

Para Paulo Netto (2005a), o aumento das universidades privadas representou um processo de mercantilização da educação universitária que, seguindo as normas ditatoriais, adotava uma cariz de neutralidade diante da relação teoria-pesquisa-extensão, como também para a prática social o que levou a considerar um esvaziamento cultural. Com as salas de aula cheias, as universidades demandavam mão de obra docente, e para atender esta demanda contratavam profissionais sem qualificação, que apenas reproduziam o formato engessado de educação proposto pelo governo. Isso acarretou em uma formação totalmente neutra diante da realidade e a imposição ídeo-política.

Em meio a todo o contexto o Serviço Social re-elabora o seu Código de Ética em 1965 na busca de reafirmar uma concepção ética que trouxesse respostas as demandas emergentes de sua época. Esse Código manteve sua base filosófica neotomista cristã, com viés humanista, mas acrítica diante da realidade e as exigências às práticas profissionais, com isso reproduz a perspectiva liberal e tomista presente no Código de 1947.

No Código de 1965 surgem elementos diferentes do Código anterior, mas que não foram considerados em sua totalidade. Explicitados por Barroco (2006), em síntese traduz: o pluralismo frente a diferentes concepções e credos; relaciona as demandas do mundo moderno ao avanço técnico e científico da profissão; o compromisso profissional apresenta-se ante a legislação vigente a profissão e não ao compromisso religioso; aponta como dever a busca pelo bem comum e a ordem social reafirmando o tradicionalismo ético. Mesmo com apontamentos éticos diferentes, esse novo Código não ultrapassa o conservadorismo presente na profissão, avança em aspectos como justiça social, democracia e a vida cívica profissional, mas, intrínseco em suas entrelinhas está a moral conservadora necessária para manter a organização da sociedade e dos indivíduos.

Este Código manteve a ética que tradicionalmente envolve o Serviço Social aos laços liberais e neotomista de sua origem. A moral era interpretada como condição para dignidade humana, isso demonstra como neste momento da história as relações sociais e suas manifestações contraditórias eram negadas. Reafirmava-se a questão social como questão moral, e com isso a ética profissional estava alicerçada em concepções anacrônicas a realidade da sociedade e da própria profissão nela inserida.

Frente as transformações societárias e o Serviço Social nelas inserido, o Movimento de Reconceituação expressou um movimento de novas possibilidades e resistências e tentativas de rupturas endógenas da profissão, segundo Paulo Netto (2005a) nesse período apresentam-se três direções a considerar: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, que expressam o momento da profissão no cenário nacional e suas articulações.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social elucidou a necessidade da profissão de romper com o conservadorismo endógeno, na busca por uma fundamentação teórica que atendesse a realidade da profissão e a dinamicidade das expressões da questão social presentes no cotidiano profissional. A busca por essa nova fundamentação teórica aconteceu inicialmente nas academias, e dentro delas permaneceu por anos. Apoiados na Teoria Crítica Marxista alguns profissionais adotaram tal vertente teórica para fundamentar a concepção e leitura de realidade, o que permitiria romper com o conservadorismo na profissão, promover uma formação acadêmica crítica, possibilitar uma intervenção condizente aos acontecimentos políticos, levar a formação de consciência crítica enquanto classe trabalhadora, ultrapassar o imediatismo das práticas profissionais, possibilitar uma nova visão de homem e mundo aos assistentes sociais.

Em um primeiro momento essa apreensão teórica aconteceu de forma enviesada, para Iamamoto (2006) um marxismo sem Marx. Apoiado em pensadores estruturalistas como Levi-Strauss e Althusser, à militância política de Che Guevara, Mao Tse-Tung, Lênin e Trotsky.

Devido à amplitude desse movimento, órgãos internacionais articulavam juntamente com os nacionais formas de coagir o próprio movimento profissional. Entre esses órgãos estavam presentes o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), Associação Latino-Americana

de Escolas de Serviço Social (ALAESS), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) (AMMANN, 1984).

Mas, diante do momento histórico-político-social brasileiro, esses diferentes órgãos atuantes começam a apontar tendências contrárias as perspectivas adotadas. De um lado, os órgãos nacionais promoviam encontros para capacitar os assistentes sociais, a promulgar e desenvolver a ideologia e técnicas desenvolvimentistas, o que foi considerado como perspectiva modernizadora para uma prática emergente a realidade nacional. Enquanto isso, os órgãos internacionais, preocupados com o Movimento de Reconceituação que despontava na América Latina, desenvolviam eventos com outras projeções.

Os eventos conduzidos por esses diferentes organismos têm contribuído não somente para a consolidação da profissão, mas também para o avanço da pesquisa e da teorização do Serviço Social, na medida em que o leque dos temas abordados vai desde a formação doutrinária nas Escolas de Serviço Social, os aspectos teórico-metodológicos, o confronto das técnicas e valores do Serviço Social, a análise de experiências nos diferentes campos de atuação profissional, até o planejamento para o bem-estar social e a visualização das tendências da Política Social a nível continental e internacional. (AMMANN, 1984, p. 150).

Os encontros de maior relevância desenvolvidos no Brasil com o apoio da UCISS foram o de Araxá, Teresópolis, Sumaré e o do Alto da Boa Vista.

O encontro de Araxá aconteceu em 1967, com a proposta de discutir a natureza do Serviço Social, enfatizando a teorização da profissão, e ainda a possibilidade de romper com os métodos de caso, grupo e comunidade, introduzindo novos métodos. De acordo com Paulo Netto (2005a) o documento produzido ao final do evento deixou transparecer que o tradicionalismo foi mantido sob novas bases do método a ser utilizado e não alcançou a teorização desejada.

Três anos depois aconteceu em Teresópolis (1970) o segundo encontro que apresentou a proposta de discutir a metodologia para o Serviço Social e refletir sobre o Documento de Araxá. O Documento de Teresópolis, resultado deste encontro, manteve os métodos supracitados, mas buscou a definição do perfil profissional, a requalificação profissional condizente a regulação do Estado capitalista.

Após os eventos citados, entre os anos de 1972 a 1975, a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais desenvolveu o Método de BH. Este

trabalho buscou uma nova relação entre a teoria e a prática. Foi o primeiro trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais brasileiros a partir da Teoria Crítica. De acordo com Grave (2004 apud ORTIZ, 2010a, p. 173), "[...] o Método de BH consistiu efetivamente no primeiro projeto para a profissão, que pretendia romper com o Serviço Social tradicional, do ponto de vista teórico-metodológico, formativo e interventivo."

Outros eventos de relevância para o processo histórico profissional são elucidados nas bibliografias da profissão, foram eles, o evento em Sumaré, que aconteceu em 1978, com a proposta de debater a cientificidade, a fenomenologia e a dialética no Serviço Social. Seis anos depois aconteceu o encontro do Alto da Boa Vista em 1984, esse teve como objetivo a busca da identidade, a historicidade e o cariz político da profissão. Mas de acordo com Paulo Netto (2005a) este debate se apresentava anacrônico a realidade do Serviço Social, pois, no cerne da profissão, principalmente nas universidades, as discussões e reflexões sobre os aspectos teóricos e ídeo-políticos já estavam avançados considerando as propostas apresentadas no evento.

A crítica à fenomenologia presente neste contexto da profissão acontece devido a interpretação enviesada ao objeto fenomenológico, pois os profissionais que apropriaram desta fundamentação teórica buscaram sua interpretação sem utilizar seus precursores, como Hurssel, Heidegger, entre outros; não alcançando o objeto fenomenológico e suas categorias. (CARVALHO NETO; SANTOS, 2010)

Segundo Triviños (1987, p. 48), "A fenomenologia ressalta a ideia de ser o mundo criado pela consciência, a sociedade é construída socialmente, ultrapassa o positivismo por haver elevado a importância do sujeito no processo da construção do conhecimento." Mas este autor ressalta que a ênfase a consciência dada por esta perspectiva distanciava da historicidade dos fenômenos, e com isso seu objeto de estudo não traz respostas concretas ao contexto econômico e social ao qual o país vivia naquele determinado período histórico. Sua crítica fundamenta-se na perspectiva de uma corrente teórica que alcançasse todo o processo histórico-social da sociedade brasileira, algo que ao desvelar o processo contínuo e contraditório da realidade avançasse e trouxesse respostas para sociedade (CARVALHO NETO; SANTOS, 2010).

O Movimento de Reconceituação no Brasil apresenta suas particularidades, mas comum como em outros países da América Latina, era um movimento que

expressava uma reação contrária ao governo ditatorial. Além de apresentar uma oposição dos assistentes sociais da época aos projetos desenvolvimentistas "[...] foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise de precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica." (ORTIZ, 2010a, p. 162).

O Movimento de Reconceituação aconteceu de forma heterogênea nos países latino-americanos, principalmente no que tange à crítica ao Serviço Social tradicional, nos dizeres de Paulo Netto (2005a, 148) "[...] o conjunto de renovadores era um leque extremamente heterogêneo, que necessariamente articulava uma renovação caleidoscópica." Essa interpretação sustenta-se pelas diferentes vertentes presentes nesse contexto, como já apresentado, pois na busca de uma prática que atendesse a realidade houve uma apropriação de metodologias e técnicas de trabalho importadas dos Estados Unidos, em meio a concepções ideológicas, políticas e teóricas que não alcançavam a realidade econômica e social brasileira.

Com isso, imerso a esse contexto está o ecletismo que representa esse caleidoscópio de vertentes e perspectivas que faziam parte do Movimento de Reconceituação, além de uma ala de profissionais que contrários a introdução da Teoria Crítica marxista no Serviço Social sustentavam uma reatualização do conservadorismo. Para esses profissionais a Teoria Crítica não alcançava o propósito de uma renovação no Serviço Social, pois indicavam que era necessário algo que respondesse as necessidades por meio de novos instrumentais técnico-operativos para a prática profissional; com isso, consideravam que esse Movimento era um modismo na profissão organizado por uma ala jovem (recém-formados) do Serviço Social.

A apropriação da Teoria Crítica marxista no Serviço Social teve ênfase com o Método de BH e principalmente com a criação do curso de Mestrado na PUC/SP e posteriormente de Doutorado, que na busca constante de superar o conservadorismo na profissão, juntamente com órgãos representativos e profissionais, buscavam na própria história a sustentação para tal apropriação. Essa leitura da própria história possibilitou um novo olhar da profissão diante dos desdobramentos que o Movimento de Reconceituação trouxera para o Serviço Social brasileiro, que segundo Iamamoto (2006) foi marcado por continuidades e rupturas, mas é inegável o avanço da profissão diante do conservadorismo. Paulo Netto sobre o trabalho desenvolvido pela equipe de Belo Horizonte diz que:

[...] foram eles que estabeleceram, no final da década, as bases para a retomada da crítica ao tradicionalismo; das formas as mais variadas, deram a esta retomada a ressonância que lhe coube no período da transição democrática; e tiveram um papel significativo quando se põem as circunstâncias para que a linha da ruptura transcenda os muros da academia e penetre a categoria profissional. (PAULO NETTO, 2005a, p. 270)

O marco das continuidades do conservadorismo na profissão pode ser apresentado na revisão do Código de Ética profissional em 1975. Esse Código representa a retomada dos princípios tradicionais e ideológicos conservadores. Características presentes no Código de 1965 como o pluralismo e a democracia são negados diante de uma força ídeo-política ditatorial. Esse Código expressou uma tentativa de coerção política diante das novas frentes político-partidárias que se formavam na profissão e ainda enfraquecer a apropriação teórica crítica que ultrapassava os muros das academias e emergia na profissão frente às ações, o trabalho profissional.

Na história da profissão, a aproximação da Teoria Crítica marxista aos assistentes sociais da época promoveu a articulação desses profissionais às arenas políticas, pois desde o "[...] momento de sua emersão, o projeto da ruptura aproxima-se da tradição marxista especialmente pelo viés posto pela militância política." (PAULO NETTO, 2005a, p. 268). Com uma nova concepção ídeo-política que emergia no seio da profissão, alguns assistentes sociais tomam consciência enquanto classe trabalhadora e juntamente com outros trabalhadores e estudantes assumem uma nova posição diante da realidade nacional, fins da década de 1970, marcada pelo "[...] colapso da ditadura militar e da transição democrática." (ORTIZ, 2010a, p. 185).

Concomitantemente, aconteceu em 1979 o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS). Este evento ficou conhecido como o Congresso da Virada devido o posicionamento dos profissionais envolvidos com sua organização que, contrariando a programação já criada, formou uma nova bancada de palestrantes que articuladamente opunham-se ao sistema ditatorial vigente no país. Oportunamente os palestrantes formavam um grupo crítico de profissionais engajados na política, fosse ela partidária ou de categorias profissionais. Este posicionamento dos assistentes sociais representou um marco na profissão, e como consequência alavancou uma nova frente de enfrentamento à ditadura civil-militar, que já estava em declínio, e na participação na democratização do país. Destaca-se

a criação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) que representou a força política sindical da profissão até 1983, ano que foi criado a Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais (ANAS).

Com apoio dos órgãos representativos como Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), ABESS e CENEAS, posteriormente ANAS, os assistentes sociais engajaram-se nos movimentos sociais presentes naquele contexto político; e particularmente o CENES/ANAS que assumiram participação junto os movimentos sindicais, o que Ortiz (2010a) denomina de novo sindicalismo. É marcante o apoio profissional e órgãos como CENEAS/ANAS a outros órgãos representativos da classe trabalhadora que se formavam na época, como mostra a própria fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O novo posicionamento do Serviço Social no cenário brasileiro seguia rumo a uma nova realidade cultural, econômica, política e social que emergia junto às lutas sociais pela democratização. Ao mesmo tempo em que profissionais articulavam um posicionamento ideológico contrário ao tradicionalismo, buscavam uma mudança endógena na profissão, mas para isso, trabalho e formação deveriam caminhar juntas.

Dos meados da década de 1970 ao início da década de 1980, o Brasil passou um processo de mudança em sua estrutura econômica e de produção, momento em que o mundo passava por uma crise e os Estados Nacionais sofriam uma contrarreforma frente a suas funções (ORTIZ, 2010a). A onda neoliberal que emerge nesse contexto tece sua crítica frente a interferência do Estado nas relações produtivas, na prestação de serviços, no gasto com as políticas sociais. Desde as duas primeiras décadas do século XX, a produção capitalista e sua organização econômica foram conduzidas pelo fordismo-taylorismo, formas de produção representadas por uma produção em massa, diferenciação entre a execução e elaboração, entre outras características.

Esse modelo de produção foi acompanhado após a Segunda Guerra Mundial pela política econômica denominada de keynesianismo. Esta política econômica desenvolvida em países centrais como Alemanha e o New Deal nos Estados Unidos promoveram uma política de direitos sociais como o Pleno Emprego, moradia, educação saúde, além de seguridade social, conhecida como Bem-Estar Social, ou Welfare State, o Estado era o principal agente de intervenção na economia e no social.

No final da década de 1970, com a intensa intervenção do Estado e o alto gasto com as políticas sociais, uma forte corrente neoliberal tenciona o Estado diante desses gastos. No âmbito industrial, surge um novo modelo de produção, o toyotismo, que desenvolve uma nova forma de produção, sendo suas principais características: a polivalência, a terceirização, a flexibilização da mão de obra. Todo esse processo de flexibilização provocaram transformações nos meios de produção, nas relações de trabalho, nas políticas sociais e diretamente na classe trabalhadora.

No Brasil o rebatimento dessas mudanças está na transformação dos modelos de produção e nas relações de trabalho, já que no Brasil não houve Estado de Bem-Estar Social. O país viveu mudanças expressivas face à crise que se instala no final da década de 1970, fim dos anos de ouro das políticas e do crescimento econômico. Com a adoção de novas formas de produção e uma corrente neoliberal que invade todo o globo, o país passa a apresentar seus piores reflexos, são eles: o desemprego estrutural, a precarização da mão de obra, as poucas políticas desenvolvidas pelo Estado foram assoladas, e um aumento considerável nos índices inflacionários.

Com essa realidade de reestruturação produtiva, econômica, política e social no país; com as expressões da questão social acentuadas; e um período de declínio da ditadura civil-militar provocaram no Serviço Social uma nova postura no enfrentamento das demandas sociais, na participação nas arenas políticas e igualmente uma formação consonante a realidade social.

Diante desse posicionamento, os profissionais em 1979 em conjunto com a ABESS, promovem a XXI Convenção Nacional de Ensino de Serviço Social e aprovam uma proposta para o novo currículo que foi aprovado em 1982. Para o conjunto profissional a formação acadêmica deveria atender as demandas que eram postas à profissão. Carvalho e colaboradores (1984 apud MARTINS, 2004, p. 64) ressaltam:

Trata-se de preparar cientificamente e tecnicamente profissionais capazes de atender não só às demandas vigentes no mercado de trabalho, mas de conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, estabelecidas pelo próprio processo de desenvolvimento da sociedade, seja a nível das instituições públicas e privadas que atuam no campo da prestação de serviços sociais, implementando políticas sociais específicas, seja a nível dos movimentos e organizações de classes sociais subalternas.

Como pode ser observado na citação acima, intrínseco à necessidade de atender as demandas apresentadas a profissão, de capacitar os novos profissionais para novas alternativas de intervenção e espaços de trabalho, existia uma exigência

mercadológica. Paulo Netto (1996, p. 123) diz que a concepção adotada nas relações de trabalho pelo viés capitalista era clara, "Os indicadores empíricos das necessidades do mercado devem ser os determinantes da formação profissional; numa palavra a esta caberia responder ao mercado de trabalho." Para ele este processo repleto de contradições e resistências marca a profissão até o final da década de 1980.

Para Ortiz (2010a, p. 190), o currículo de 1982 estava apoiado no chamado marxismo vulgar, e que "[...] enfatizava a dimensão política da intervenção profissional e o papel do assistente social como educador informal [...]", na busca para superar o perfil profissional da ajuda ou do cuidado, promovia a socialização do conhecimento com objetivo de autoconscientizar a vida social do sujeito, considerado como educador social. Esse currículo inseriu novas disciplinas com a proposta de superar os métodos de caso, grupo e comunidade, são elas: Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social, mas ao separar tais disciplinas emergiu uma nova dicotomia, segmentando tais eixos eles eram vistos separadamente sem se articularem diante do todo da vida social (ORTIZ, 2010a).

No seio da categoria profissional eram latentes os vieses ideológicos: de um lado, as persistências éticas diante de intervenções moralizantes, a coerção do sujeito e a preservação da ordem; de outro, um grupo crítico que se formava baseada em uma leitura marxiana, assistentes sociais pesquisadores que inseridos nos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) buscaram uma leitura nos escritos de Marx para apreender a realidade social e junto a ela construir uma visão de homem e mundo que ultrapassasse os condicionantes postos a profissão, tanto no aspecto teórico-metodológico como técnico-operativo.

Essas pesquisas foram significativas para o processo de renovação da profissão. Possibilitaram um avanço para o Serviço Social junto as Ciências Sociais, a qual sempre foi suporte teórico para sua fundamentação. Os resultados das pesquisas apontavam para uma nova realidade que emergia no Brasil, e com ela a necessidade de avançar e trilhar novos caminhos no cenário político.

Diante da efervescência ideológica que emergia no debate profissional, associada às novas e antigas concepções teóricas, a ética profissional ainda se apresentava apoiada a um Código de Ética que não atendia mais a realidade da profissão no contexto brasileiro. Era necessário rever o Código de Ética e com ele

uma nova concepção ídeo-política, o compromisso profissional com a classe trabalhadora, uma reflexão do coletivo, a superação da visão de homem e mundo até aquele momento adotada, acrítica ao ser social.

Tais características estão presentes no Código de Ética revisto em 1986, quando supera o cariz religioso e conservador presente nos Códigos anteriores, assumindo o compromisso com a classe trabalhadora, mas o avanço teórico-metodológico já evidenciado naquela mesma década não está presente, como também a teorização marxista.

A reflexão teórica marxista forneceu as bases para uma compreensão crítica do significado da profissão, desvelando sua dimensão político-ideológica, mas não a desvendou em seus fundamentos e mediações ético-morais; explicitou os fundamentos do conservadorismo e sua configuração na profissão, o que não se desdobrou numa reflexão ética específica. A prática política construiu, objetivamente, uma ética de ruptura, mas não ofereceu uma sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos. (BARROCO, 2006, p. 177).

Pode ser observado neste contexto um posicionamento crítico da profissão frente às práticas profissionais metodologicamente apoiadas em técnicas importadas dos Estados Unidos, às articulações políticas; mas o esvaziamento teórico presente nesse Código diante da concepção marxista adotada por muitos profissionais expressa a heterogeneidade no Serviço Social, e com ela uma fragilidade a ser superada.

Em meio às transformações societárias, enfatiza-se o declínio da ditadura civil-militar e a reestruturação produtiva, que permearam as décadas de 1970 e 1980, o Brasil parte para uma nova fase da história na busca pela redemocratização. Em 1988 é promulgada a Constituição Federal (CF) considerada como Constituição Cidadã, por expressar os direitos sociais como nunca haviam sido citados nas Constituições anteriores.

É significativa a promulgação deste conjunto de leis, mas sua efetivação ainda está em processo. A Constituição Federal de 1988 trouxe para os assistentes sociais um alicerce político legal que orientou o trabalho profissional e a partir dela novos espaços de atuação, como pode ser observado com a municipalização das políticas sociais e serviços.

O processo de redemocratização do país passa por um momento de colapso com a adoção da perspectiva neoliberal pelo governo brasileiro. O Estado articula junto com empresas privadas internacionais um processo de americanização do

capital e serviços públicos. Várias empresas públicas foram privatizadas e com ela o domínio de parte do capital estatal brasileiro; como também as políticas públicas, que reestruturadas diante dessa nova organização política tomam uma nova direção.

Para Paulo Netto e Reis (2010), o neoliberalismo traz características que retratam a própria organização monopolista do capital, para eles este conjunto ideológico instaurou um processo de contrarreforma que levou a supressão de direitos sociais e garantias de trabalho diante da flexibilização; desregulamentação das atividades econômicas; livre mobilidade comercial; um Estado mínimo para ações voltadas para os direitos sociais, mas com máximo de esforço para a articulação de novas estratégias que possibilitariam a expansão e o livre comércio. Os autores tecem uma crítica ao protecionismo dos grupos monopolistas e Estado, aqui tratando dos países centrais, frente o mercado nacional e as barreiras criadas para as práticas alfandegárias das relações internacionais. Sobre o Estado neoliberal dizem:

O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho (a flexibilização) e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs 'reformas' que retiraram do controle estatal empresas e serviços — trata-se do processo de privatização, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros [...] e serviços de primeira importância [...]. Essa monumental transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para o controle de grupos monopolistas operou-se nos países centrais, mas especialmente nos países periféricos — onde, em geral, significou uma profunda desnacionalização da economia e se realizou em meio a procedimentos profundamente corruptos [...]. (PAULO NETTO; REIS, 2010, p. 228).

Perante todo o contexto econômico, social e político que se consubstanciava em crises e (des)regulações dos direitos sociais, as novas demandas que emergiam dessa fase capitalista brasileira exigiam do assistente social uma intervenção que respondesse à real necessidade dos sujeitos, manifestada por desemprego, falta de acesso a políticas sociais como educação, saúde e habitação, o que, para Iamamoto (2008a), representou uma renovação da velha questão social. São novas roupagens oriundas das novas condições sociais e históricas. Yazbek (2001 apud IAMAMOTO, 2008a, p. 187-188) ressalta que "[...] a questão social se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma dimensão estrutural." E considera ainda

que, "[...] em uma sociedade de classe, a questão social é um elemento central da relação entre profissão e realidade." (YAZBEK, 2001 apud IAMAMOTO, 2008a, p. 188).

Frente a todo contexto de lutas e resistências foi evidente e necessária uma reforma na própria profissão, articulando formação e trabalho, apoiados em uma legislação que definisse o papel do assistente social e com isso as atribuições privativas, competências, além dos pressupostos éticos, pois aqueles previstos no Código de Ética de 1986 já estavam superados diante da realidade.

A década de 1990 representou um momento histórico relevante para a profissão, diante dos aspectos sociais e políticos, de reestruturação nas relações produtivas, dos direitos sociais e com isso novas exigências profissionais. Consequência de todo o processo histórico em que a profissão estava imersa, em 1993 a profissão avança consideravelmente no aspecto legal com a promulgação da Lei 8.662, que regulamenta a profissão, e a revisão histórica do Código de Ética profissional.

Diante de um conjunto hegemônico da profissão, mas não homogêneo, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) instituem a Resolução 273 de 13 de março de 1993, que dispõe sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. Este Código representa uma ruptura com o conservadorismo ético profissional, como também articula a teorização marxista aos princípios e pressupostos éticos. Aponta a liberdade como categoria central, e elenca a democracia, a justiça social, a equidade, a oposição a qualquer forma de preconceito, constrangimento, coerção entre outros como valores, distribuídos em 11 (onze) princípios fundamentais; e ainda evidencia o compromisso com a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Além desses princípios o Código traz em seu texto a competência do CFESS pela efetivação desse Código, e os direitos, deveres e aquilo que é vedado aos profissionais na relação com os usuários, instituições, com a categoria e outros profissionais; sigilo profissional e as penalidades pelo descumprimento dos valores éticos nele impressos. O Código de Ética de 1993 será objeto de estudo no próximo capítulo.

Em 07 de junho de 1993 é promulgada a Lei 8.662 que dispõe sobre a profissão regulamentando-a, com isso revoga a Lei 3.252 de 1957. Essa lei traz à tona o compromisso profissional, o que é atribuição privativa e competência profissional, além de evidenciar o papel do CFESS e dos CRESS.

Relevante a ser destacado frente toda essa transformação na profissão, foi a revisão das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social de 1994,

proposta resultante da XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) realizada em 1993. Após encontros e oficinas realizadas com a participação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), foi aprovado em novembro de 1996 a nova Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. Momento relevante para a história da Educação Nacional, pois promulgava-se a nova LDBEN (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que propiciou o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social:

Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (CRESS, 2006, p. 31).

Iamamoto evidencia o quanto este momento marcou o processo de formação em Serviço Social, como a educação nacional, para ela este momento representou:

[...] a mais ampla e profunda reforma do ensino superior no Brasil, após a ditadura, tem seu arcabouço legal na polémica Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Sua regulamentação vem permitindo uma veloz e radical alteração da educação no país e, em especial, da universidade brasileira. (IAMAMOTO, 2000, p. 35).

É necessário apresentar que esse contexto não foi harmonioso, uma vez que essa nova LDBEN alavancou o processo de privatização do Ensino Superior e com ela uma nova estrutura de educação precária, mas rentável ao capital. "O que era direito social adquire uma outra natureza: transforma-se em mercadoria, em serviço privado, mediado pela compra e venda. A sociedade capitalista, na sua maturidade, afirma-se como a sociedade da 'mercantilização universal'." (IAMAMOTO, 2000, p. 45).

A formação que se buscava com essa nova proposta de Diretrizes Curriculares era aquela desejada para responder a realidade social e suas refrações. Com todas as transformações sociais, precarização das relações de trabalho e o desmantelamento dos direitos sociais, as expressões da questão social

que emergem na sociedade brasileira reacendem velhas manifestações como o trabalho escravo, subemprego, trabalho infantil, diferença entre gêneros nas atribuições e pagamentos. Com esse leque de manifestações que estão no cerne do movimento capitalista, a base teórica adotada para fundamentar as novas diretrizes foi a Teoria Crítica.

Na concepção histórico-crítica, a educação, aqui, em nível superior, é compreendida como instrumento de luta, pois a partir do conhecimento sistematizado da realidade é possível agir sobre ela, inclusive transformando-a. A educação é entendida portanto, como uma atividade mediadora da prática social global, que contribui para um movimento maior de alterações/superação das relações sociais como estão postas. (OLIVEIRA, 2006, p. 70).

As transformações ocorridas após a ditadura civil-militar e principalmente nas crises cíclicas do capital nas três últimas décadas deste milênio (século XX), emergiram velhas demandas com novas faces, e com isso a (des)regulação dos direitos sociais, políticas públicas fragmentadas e compensatórias que resgataram um viés de culpabilização dos sujeitos frente a sua própria realidade. Acentua-se a questão social e a precarização das relações de trabalho fantasiada e sustentada por um discurso de flexibilização, polivalência, expansão desmedida a favor do capital e na mesma medida degradante a classe trabalhadora. A partir desta realidade apresentada, o projeto de formação profissional tem que estar em consonância com essa realidade e seus mais variados complexos.

Para alcançar a proposta de superar uma formação anacrônica à realidade e distante da perspectiva teórica adotada, as diretrizes curriculares trazem a categoria trabalho como eixo central para a análise das relações sociais e a questão social como categoria para a formação e atuação.

Pois é necessário que o projeto de formação estabeleça uma relação junto ao projeto profissional em discussão desde a década de 1970, junto ao Movimento de Reconceituação, em consonância a perspectiva teórica adotada pela categoria. Para isso, a formação acadêmico-profissional tem que elucidar elementos essenciais que foram abordados no currículo de 1982, mas que se tornaram necessários, seriam a questão social no cerne do capitalismo e o trabalho como categoria fundante do ser social. Para Iamamoto (2008a), a questão social, como elemento transversal no processo de formação, permite evidenciar a própria história da profissão e do Brasil, e com isso superar os desafios presentes; (re)conhecer na questão social a

possibilidade para novas pesquisas e desvelar suas manifestações que se apresentam como desafios a profissão, e com isso construir respostas condizentes. Além de atribuir a relação formada entre questão social e política social, pois,

As razões que levam a atribuir prioridade à questão social sobre a política social como eixo fulcral da formação acadêmica-profissional — ainda que a política social seja uma mediação incontornável na constituição do trabalho profissional —, decorrem, fundamentalmente, da leitura das relações entre Estado e a sociedade nesse campo teórico. Trata-se da prioridade ontológica da sociedade de classes em relação ao Estado, embora, na expansão monopolista, o Estado também seja determinante na constituição da sociedade [...]. (IAMAMOTO, 2008b, p. 185).

A categoria trabalho apresentada nas diretrizes curriculares de 1996 evidencia o movimento da profissão diante da realidade social e as transformações nas relações de trabalho e suas formas precarizadas. A reestruturação, como abordado, traz à tona novas relações de trabalho e seu rebatimento na questão social. Além, é claro, de que é por meio da apreensão da categoria trabalho que há a possibilidade de reconhecer o homem como ser social e identificar as categorias que emergem neste contexto (mediação, totalidade, práxis). Como o Serviço Social está diretamente ligado a realidade e suas formas complexas de manifestação, é relevante a compreensão e apreensão deste debate na formação acadêmico-profissional.

Assim, integrante do projeto profissional, a proposta de formação, materializada nas diretrizes curriculares, também compartilham de seus principais desafios como a necessidade de se efetivar e fortalecer mediante um contexto maior marcado pela crise do capital e seus principais desdobramentos — a contrarreforma do Estado; a flexibilização do mundo do trabalho, a tendência ídeo-político expressa no chamado campo pós-moderno. (ORTIZ, 2010a, p. 204).

Com isso, frente mudanças significativas na sociedade brasileira o Serviço Social, seus profissionais, alunos e órgãos representativos elucidam o debate para o projeto ético-político da profissão (PEP). O PEP do Serviço Social nasce durante o Movimento de Reconceituação, principalmente no momento em que a categoria tentava a ruptura com a formação tradicionalista, ações funcionalistas, e uma ideologia marcada pelo conservadorismo moral religioso; influenciado por um marxismo estruturalista e ou militante, vieses ideológicos antagônicos; ecletismo e dicotomia teoria/prática; características que marcaram este período da profissão no Brasil.

Mas como a profissão acompanhou o processo de desenvolvimento do país, tanto da ordem cultural, econômico, política e social, a renovação da profissão, principalmente em seus fundamentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo e pressupostos legais, possibilitou na década de 1990 reacender o debate sobre o PEP da profissão. Agora com um Código de Ética consonante ao referencial teórico adotado pela categoria; uma lei de regulamentação que define o papel do assistente social e conselhos representativos da categoria; diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social que, a partir dos núcleos de fundamentação, elaboram uma formação com elementos indissociáveis (homem, mundo e história); e, um crescimento relevante nas pesquisas e construções de conhecimento, frutos das pós-graduações. O PEP apresenta-se com uma nova perspectiva.

Assim, o tensionamento das expressões da 'questão social' e, de modo inverso, o esvaziamento das políticas públicas sob o contexto da crise do capital, por um lado; e por outro, o redimensionamento do mundo do trabalho com importantes consequências para os trabalhadores em geral, impôs ao Serviço Social, nos anos 90, o fortalecimento de um projeto profissional com clara direção social e política, significando não apenas o amadurecimento interno da profissão, mas principalmente sua posição de resistência em face ao contexto de crise do capital e do neoliberalismo (ORTIZ, 2010a, p. 196-197).

O PEP do Serviço Social traz características de um projeto profissional, mas o compromisso assumido com a população na luta pelos princípios de cidadania, liberdade e democracia de forma ampla, coletiva, permite que seja considerado como projeto societário. Paulo Netto (1999, p. 106) evidencia que "[...] este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes possuidoras e exploradoras, tem raízes na vida social brasileira." Nesta direção o PEP "[...] se apresenta abrangente e inacabado, pois, é algo em construção concomitante à realidade do país." (CARVALHO NETO, 2009, p. 42).

No século XXI esse projeto mantém sua direção social, reafirma o compromisso com a classe trabalhadora e a busca incessante por repostas as expressões da questão social, além de articular junto a outras áreas do conhecimento novas propostas políticas e participações nas respectivas esferas do governo.

O debate neste início de século está na materialização desse projeto. Reis (2005) indica três dimensões que articuladas constituem a materialidade do PEP: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; a dimensão político-organizativa da categoria; e a dimensão jurídico-política da profissão.

Essas dimensões articuladas transitarão entre as práticas profissionais e as pesquisas, na representatividade políticas das entidades da categoria profissional e acadêmica, e também no aparato legal e jurídico representado pelas legislações específicas e as mais abrangentes. Mas as articulações acontecem diante de tensões e conflitos que recrudescem a própria efetivação do PEP.

Tais tensões e conflitos estão exteriores e endógenos na profissão, mas para Iamamoto (2008a, p. 233) o maior desafio ao PEP é torná-lo "[...] um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada."

Destarte, considera-se que entre tensões e embates, o Serviço Social apresenta-se maduro diante da própria sociedade, alicerçado em sua própria história repleta de contradições, lutas, resistências e persistências; encontra-se legitimado diante da história da sociedade e em conjunto com a classe trabalhadora conduz a luta social pelos princípios éticos e políticos que sustentam sua proposta de emancipação humana.

A ética se objetiva na intervenção profissional, teoricamente (através de uma dada concepção ética crítica e histórica); praticamente (através das ações que viabilizem a apropriação, por parte dos indivíduos, de suas capacidades e potencialidades, de suas necessidades e direitos). Na medida em que a ética profissional vincula-se a um ideário emancipatório, objetiva contribuir para a preservação desse ideário, buscando alargar as suas bases sociais na sociedade, junto aos movimentos e sujeitos defensores destes valores e desse projeto, o que é evidentemente um objetivo ético-político. (BARROCO, 2008, p. 230).

Os desafios éticos presentes para a profissão neste período histórico, meados da segunda década do século XXI, são apresentados frontalmente às demandas sociais dos usuários; na despolitização dos direitos sociais; na precarização do trabalho; no enfraquecimento dos órgãos representativos da classe trabalhadora e órgãos de direitos (conselhos e sindicatos). Essas manifestações expressam a forma coletiva de como os desafios éticos podem ser apreendidos.

Mas outros desafios emergem neste contexto, como a própria efetivação dos princípios éticos presentes no Código de Ética de 1993. Diante de embates ideológicos, a institucionalização do Serviço Social e a precarização das formas de implementação das políticas sociais públicas, o assistente social está em constante enfrentamento com a legitimação do projeto societário que o Serviço Social adotou

como projeto ético-político. Os desafios e embates para a efetivação desses princípios serão abordados no próximo capítulo.

2.2 Os Códigos de Ética do Serviço Social, 1947 a 1986

O objetivo deste item é trazer à tona uma análise dos Códigos de Ética do Serviço Social criados e revistos em 1947, 1965, 1975 e 1986, os pressupostos éticos e seus fundamentos, tecer uma análise dos elementos presentes em cada um e seu impacto na profissão. Além disso, reconhecer as alterações presentes frente às transformações societárias e as endógenas na profissão que estão refletidas nos Códigos de Ética.

Os Códigos de Ética representam a configuração das normas, moral e valores da profissão, princípios éticos, diante de determinado contexto histórico-social, político e econômico; expressam a visão de homem e mundo, e assim, a direção social da profissão e de seus trabalhadores. Formados por elementos que variam entre princípios, deveres e direitos, tais diretrizes éticas se apresentam de forma transversal no processo de trabalho, na relação com a população usuária, as instituições e entre a própria categoria profissional.

Os Códigos de Ética são reflexos da própria profissão diante de determinado contexto histórico, representam o posicionamento ético/moral da categoria nas objetivações do trabalho profissional, a mediação entre as categorias históricas-sociais-políticas da profissão, com isso a própria práxis presente na realidade do Serviço Social.

Observa-se que, presentes nos Códigos de Ética estão elementos que perpassam todo o contexto histórico da profissão, interpretados e absorvidos pela categoria a partir da apropriação teórica e da realidade de determinado contexto. Esses elementos norteiam a direção social da profissão, no enfrentamento às expressões da questão social como também no posicionamento ídeo-político.

2.2.1 Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1947

O Código de Ética de 1947, aprovado em 29 de setembro pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais, foi o primeiro código da categoria. Centrado nas protoformas da profissão apresenta princípios éticos inerentes àquele contexto

histórico. Sua fundamentação teórica e o posicionamento político estão coerentes a direção social dada a profissão neste momento histórico da sociedade brasileira, sua base ídeo-política está consubstanciada com princípios éticos religiosos, tendo os valores humanista neotomistas, com influência positivista para a interpretação e posicionamento interventivo frente as transformações sociais que emergiam naquele período histórico.

Esse Código é formado por alíneas introdutórias e cinco seções que se subdividem em Deveres Fundamentais, Deveres para com o Beneficiário do Serviço Social, Deveres para com os Colegas, Deveres para com a Organização onde Trabalha e Disposições Gerais. Observa-se que para o assistente social é apresentado apenas deveres, diferente dos códigos a partir de 1975 que apresentarão deveres e direitos. Isso expressa a forma rígida e coerciva para o próprio assistente social.

Já na Introdução o respectivo código apresenta em seu inciso Iº que a "Moral ou Ética, pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal." (ABAS, 1947). Ao analisar a colocação dada sobre a moral e a ética, observa-se que não há dissociação entre elas, ambas são dadas como ciência e que se direcionam para o aspecto comportamental. Como apresentado no primeiro capítulo, ao ter como referência Sánchez Vázquez (2011), a moral expressa os valores e normas que direcionam as relações entre os sujeitos, a ética é a ciência ou a teoria que explica a moral, ou o ato moral. Essa análise do autor não traz uma indissociabilidade das categorias, pois não existe ética sem a moral.

O aspecto comportamental está presente pela própria concepção de ética e moral adotada para esse código, pois nesse momento, evidenciam-se as décadas de 1930 e 1940, com a efervescência do capitalismo e o emergir da questão social e suas manifestações e a origem da profissão, a questão social foi moralizada, ou seja, suas multiformas eram consideradas como falta de moral dos próprios sujeitos diante da ordem social que o Estado e o conjunto capitalista positivista determinavam para a organização da sociedade. Como também para a Igreja que via nestes sujeitos uma falta de princípios morais.

Essa reflexão pode ser vista também no inciso III que traz para o Serviço Social uma profissão que "[...] não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou transgressão comercial ou monetária: trata com

peças humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade." (ABAS, 1947). As formas de manifestação da questão social eram consideradas como mal físico, os sujeitos eram desajustados frente a organização do Estado e sociedade. Outro elemento importante a se destacar era o trato a personalidade do sujeito, característica psicologizante da profissão, influência do Serviço Social europeu, que se afirmará posteriormente com a fenomenologia.

O primeiro dever fundamental dado ao assistente social era o de "[...] cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus [...] inspirando seus atos ao bem comum [...]" (ABAS, 1947). Este trecho traz a perspectiva ética neotomista presente na profissão. Com participação direta da Igreja Católica no processo de formação e trabalho profissional, o Serviço Social tinha como diretrizes os dogmas da Igreja apresentados nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Com isso a intervenção profissional na direção social da Igreja era a de recristianizar os sujeitos e readaptá-los a sociedade.

O bem comum presente nesse código "[...] é vinculado a um projeto social de bases reformistas que visa assegurar um consenso entre as classes, tendo em vista a aceitação, por parte dos indivíduos e das classes sociais, de sua condição 'naturalmente dada'." (BARROCO, 2006, p. 84). A diferença entre as classes sociais era interpretada não como fruto do capitalismo, mas sim como algo natural da própria sociedade, e com isso, ambas as classes deveriam manter um consenso de sua condição dada e assim viverem harmoniosamente, sem conflitos.

A visão humanista neotomista está evidenciada na ação profissional frente o dever do assistente social em "[...] respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã." (ABAS, 1947). E "[...] manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e bons costumes da comunidade." (ABAS, 1947). Aos assistentes sociais eram exigidos princípios comportamentais como boa aparência, bons modos, atitude discreta frente à realidade, ser o espelho para o beneficiário do Serviço Social. Tais valores estavam presentes nas mulheres, pois acreditavam que a mulher era um ser dócil, obediente, com virtudes morais que sustentavam a constituição da família, representavam os padrões morais necessários para manter a conservação da ordem social, no enfrentamento da questão social por "[...] via da naturalização, moralização e psicologização dos problemas sociais." (ORTIZ, 2010a, p. 123).

A caridade cristã era a imagem da intervenção profissional, pois as práticas profissionais estavam diretamente ligadas às ações sociais da Igreja Católica. Nessa época (1940) já se instalava um conflito diante das ações caritativas afirmadas pela Igreja e a militância profissional, essa característica é evidenciada com a inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. Quando as profissionais assumem novos espaços de trabalho, tornam-se assalariadas e sofrem todo o rebatimento do capitalismo que se moldava na sociedade brasileira. Segundo Ortiz (2010a) a inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho aconteceu para responder a reprodução do capitalismo, com a inserção das assistentes sociais nesses espaços legitimou-se o trabalho profissional junto as primeiras grandes instituições socioassistenciais, mas que a intervenção mesclava-se entre as práticas interventivas e ações filantrópicas.

No Código de Ética de 1947 apresentam-se elementos relevantes que apontam aspectos positivos legalmente à profissão, que nos subseqüentes estarão presentes com outra redação e interpretação. Destaca-se o posicionamento sobre o sigilo profissional, trata o código: "[...] guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos judiciais, sobre o que saiba em razão do seu ofício." (ABAS, 1947). Diante do contexto social ao qual o assistente social estava inserido afirmar o sigilo nesta concretude diante de um posicionamento ético deve ser considerado como desafio, já que a profissão estava inserida em um contexto de cooptação moral, social e política, subalterna aos mandos do Estado e das instituições empregadoras.

Aponta ainda que não fosse permitido ao assistente social "[...] aceitar funções ou encargos anteriores confiados a um assistente social sem antes procurar informar-se da razão da dispensa deste, de sorte a não aceitar a substituição desde que esta implique em desmerecimento para a classe" (ABAS, 1947), neste texto observa-se que, a substituição do cargo de um profissional poderia ser assumido por outro assistente social se a dispensa do anterior não comprometesse o interesse e a integridade da categoria profissional, como também os pressupostos éticos contidos neste código.

Não era permitido aos assistentes sociais "[...] alterar ou deturpar intencionalmente depoimentos, documentos, relatórios e informes de natureza vária, para iludir os superiores ou para quaisquer outros fins"; "[...] valer-se da influência de seu cargo para usufruir, ilicitamente, vantagens de ordem moral ou material"; e, "[...] prevalecer-se de sua situação para melhoria de proventos próprios em detrimento de

outrem." (ABAS, 1947). Apreende-se neste trecho que os profissionais deveriam ater-se ao compromisso ético diante do processo de trabalho, os sujeitos usuários (naquele momento chamados de beneficiários) e para com o grupo de trabalho, não se beneficiando com fraudes, injúrias e negligências, tanto no aspecto material como moral.

Esses elementos estão expressos nos códigos seguintes com outra redação, formulados com outro posicionamento ídeo-político e frente a outro contexto histórico da sociedade brasileira. Objetiva-se neste momento destacar a essência do referido código e sua materialização por meio do trabalho profissional. Não negando o posicionamento tradicionalista, conservador expressos pelo viés positivista e religioso, mas compreender que esse código era a expressão da profissão dentro um determinado contexto, em sua primeira década de existência. Elucida-se que o código em estudo é de extrema relevância para a legitimação da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho o que permitiu o avanço do Serviço Social brasileiro.

2.2.2 Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1965

A década de 1960 é marcada por acontecimentos relevantes na história cultural, econômica, política e social do país. Como uma profissão intrinsecamente relacionada às mudanças no contexto nacional, esta década representa para o Serviço Social o momento de várias transformações, reflexo de uma profissão estritamente marcada pelas possibilidades, exigências e necessidades de respostas às demandas sociais.

Neste contexto assinalado por uma transformação relevante diante do papel da mulher na sociedade, das acentuadas manifestações sociais reflexos do despertar da sociedade latino-americana no cenário político, o Serviço Social engendra uma possibilidade de mudança marcada por uma nova postura, o despertar de uma consciência crítica, que será o eixo condutor da profissão para o processo de renovação.

Articulado ao contexto sócio-político do país e suas mudanças, o Conselho Federal de Assistentes Sociais em 08 de maio de 1965 aprova a revisão do Código de Ética de 1947. Este código mantém teoricamente o viés tradicionalista e conservador imbricado na profissão pela concepção tomista e pela corrente

positivista, mas demonstra claramente uma alteração significativa ao tratar da democracia e do pluralismo.

Entre os aspectos mantidos do Código de 1947 no Código de 1965, destaca-se já na introdução que o desempenho profissional está direcionado a "[...] concepção de vida, baseada na natureza e destino do homem" (CFAS, 1965). E como no código anterior, esse é aprovado diante da exigência de manter o "bem comum" da sociedade (CFAS, 1965). Verifica-se o pensamento religioso presente neste código ao assumir que as condições materiais do homem estão relacionadas ao destino e não as transformações societárias, além de reafirmar o bem comum, o que leva a naturalizar a realidade e as contradições presentes naquele contexto.

Ainda na introdução, o Código de 1965 inova ao considerar que "[...] um Código de Ética se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos." (CFAS, 1965). Este posicionamento elucida o pluralismo presente na profissão e na sociedade ao considerá-la em meio à "[...] complexidade do mundo moderno." (CFAS, 1965). Evidenciar o pluralismo neste contexto representa o reconhecimento da diversidade, principalmente no posicionamento político assumido pelas mulheres.

Ao dispor dos deveres fundamentais observa-se que os artigos 4º e 5º retomam o compromisso profissional com a dignidade da pessoa humana considerando-a um ser inteligente e livre; e que o respeito à diversidade de credo, posições filosóficas e políticas devem ser mantidas aos clientes (terminologia adotada nesse momento) atendidos pelo assistente social (CFAS, 1965).

Nos artigos subsequentes dos Deveres Fundamentais destaca-se a colaboração do assistente social intervindo a partir de princípios democráticos, este apontamento é relevante para a profissão diante da atual conjuntura do país, anos iniciais da ditadura civil-militar. Mesmo considerando estes princípios democráticos, a direção social dada ao trabalho profissional era para contribuir com o bem comum, estabelecer a ordem social, defender a correção dos desníveis sociais e colaborar com os programas nacionais e internacionais (CFAS, 1965), aqui evidencia os programas de caso, grupo e comunidade adotados dos Estados Unidos, que serão apresentados neste código no capítulo IV como deveres, segregando o trabalho profissional e reproduzindo uma técnica criada para outro contexto.

A forma como são apresentados os aspectos desses deveres fundamentais evidencia a influência positivista na concepção de sociedade, ao considerar que o

trabalho profissional contribuiria com o estabelecimento da ordem social, contendo as manifestações sociais que se acentuavam no cenário político; além de considerar a divisão de classes sociais como desníveis sociais, Barroco (2006) aponta que o Código de Ética de 1965 não considera criticamente as contradições sociais e isto é consequência da permanência do tradicionalismo, da perspectiva "[...] despolitizante e acrítica em face das relações sociais que dão suporte a prática profissional." (BARROCO, 2006, p. 126).

Entre os deveres profissionais é relevante o posicionamento do Conselho Federal de Assistentes Sociais frente o dever com o aperfeiçoamento do conhecimento profissional e o respeito às normas éticas de outras profissões como também exigir de outras profissões respeito sobre as normas éticas do Serviço Social (CFAS, 1965).

O sigilo profissional tratado no Código de Ética de 1947 é apresentado em 1965 como segredo profissional, compartilham da obrigação do profissional em guardar segredo sobre todas as confidências recebidas; a obrigação pelo segredo profissional está apoiado pelo Código de Ética e também pelo artigo 154 do Código Penal⁸ brasileiro de 1940. Em comum está disposto que a quebra do sigilo/segredo somente acontecerá caso for "[...] para evitar um dano grave, injusto e atual ao próprio cliente, ao assistente social, a terceiros e ao bem comum." (CFAS, 1965).

Apesar de considerar o assistente social como profissional liberal, no capítulo V que dispõe sobre dos deveres para com os empregadores é transparente o caráter de subordinação dado a profissão diante da exigência à lealdade, à imagem da instituição que o emprega, zelo pela eficiência e produtividade. Este perfil de uma profissão subalternizada, de acordo com Ortiz (2010a, p. 148) está na "[...] suposta ausência de especificidade claramente posta no exercício da profissão como um aspecto subalternizante, que retira do profissional os argumentos técnicos e políticos para conduzir por si suas atividades e ações." Para a autora a falta de especificidade profissional está relacionada a capacidade dos profissionais em dizer o que é o Serviço Social, e quando questionados a resposta está sempre ligada ao agir. Essa resposta está vinculada ao caráter interventivo da profissão, pois nesse momento o trabalho profissional busca por respostas na prática profissional para atender as

⁸ O Código Penal brasileiro foi instituído em 7 de dezembro de 1940 sob o governo do presidente da República Getúlio Vargas. Está em vigor até este ano (2012), mas já fora acrescentado outras leis que o complementam.

demandas, suas objetivações são plasmadas nas intervenções e toda a subjetividade, a consciência do profissional, é substituída e/ou suprimida pelo resultado concreto da ação (GUERRA, 1995 apud ORTIZ, 2010a).

Os elementos tratados aqui demonstram como a essência do Serviço Social brasileiro, a sua raiz está umbilicalmente ligada à sociedade. Apesar do Código em análise expressar uma vertente neotomista, um posicionamento tradicionalista e conservador regada pela perspectiva positivista, não pode ser negado os avanços presentes nele. A direção adotada pela profissão exposta pelo Código de 1965 aponta as mudanças na própria profissão, tanto pelos programas de Caso, Grupo e Comunidade e o anseio por respostas às necessidades do contexto brasileiro, como também pela busca da teorização da profissão, esse momento é considerado por Paulo Netto (2005a) como perspectiva modernizadora, toda essa discussão está presente no Encontro de Araxá apresentado na seção anterior. Todo esse processo faz parte da história da profissão, marcado pelas reminiscências tradicionalistas, mas relevante para a compreensão das resistências, permanências e tentativas de rupturas que levaram a profissão a desvelar outros caminhos.

Esse momento da história nacional é marcado pelo início da ditadura civil-militar (1964), pelas repressões às manifestações sociais, censura à cultura, a implantação de programas internacionais, a relação subordinada do Estado às entidades internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Todo esse contexto, que não somente no Brasil, mas com semelhanças em outros países latino-americanos, colocaram o Serviço Social frente a uma realidade que exigiu outro posicionamento da categoria. A forma de manifestar, a resposta apresentada pela categoria para toda essa transformação está no Movimento de Reconceituação. Como exposto na seção anterior esse Movimento é permeado de contradições, tanto no âmbito da discussão teórica como também prático, isso devido ser um movimento não homogêneo. De extrema relevância para a história da profissão, movimento que permitiu avanços diante da necessidade de mudanças endógenas e exógenas, mas que foi marcado pelos embates ideológicos e culturais da categoria.

2.2.3 Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1975

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por significativas manifestações expressas por dois vieses, de um lado o Estado ditatorial que se apresenta estruturado a partir de uma articulação político-militar que engendra caminhos e descaminhos, rompendo as possibilidades democráticas de um Estado de direito. E de outro lado a população que se organiza em grupos, fazendo das manifestações sociais a arena para as vozes reprimidas diante da coerção, a censura e outras faces da violência.

O Serviço Social na primeira metade da década de 1970 já experimenta outros caminhos teóricos e práticos na articulação da profissão com as exigências apresentadas na cotidianidade, repleta de contradições. Como apresentado na seção anterior, neste período há a aproximação da profissão com as correntes fenomenológicas, estruturalistas, marxistas e sistêmicas que se apresentam no interior das academias e nos programas de intervenção, como foi o Método de BH e o Desenvolvimento de Comunidade.

Frente os avanços vividos pela profissão no debate da possível teorização da profissão, intrinsecamente articulada com as Ciências Sociais, como também para outras práticas profissionais, o Código de Ética de 1975 aprovado em 30 de janeiro representa um retrocesso para a categoria, pois princípios como democracia e o pluralismo apresentados no Código de 1965 foram suprimidos. Distante da mão invisível⁹ do Estado, vivenciava-se neste contexto um Estado interventor, coercivo e que buscava organizar a sociedade utilizando todos os caminhos necessários, inclusive as profissões, como pode ser visto na Introdução do Código de 1975:

Exigências do bem comum legitimam, com efeito, a ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais — formas de vinculação do homem à ordem social, expressões concretas de participação efetiva na vida da sociedade. (CFAS, 1975).

O posicionamento do Estado neste momento é de total intervenção sobre qualquer forma de manifestação social, seja ela formada por grupos políticos, vertentes culturais, por segmento e/ou categorias, pois representavam a degradação da sociedade e da moral. Para conter essas manifestações e estruturar o Estado e a

⁹ Termo criado por Adam Smith em sua obra *A riqueza das nações*. O termo referencia o mercado que diretamente conduz todas as dimensões econômica, política e social.

sociedade civil foram criados os Atos Institucionais, leis desenvolvidas como normas a serem seguidas e cumpridas por todos.

O Código de Ética de 1975 traz em suas linhas a força do Estado e a reatualização do conservadorismo (PAULO NETTO, 2005a). A categoria profissional está diante da possibilidade de outras perspectivas teóricas que possibilitariam a articulação entre o trabalho prático profissional e o debate teórico condizente a realidade social e a apreensão da questão social e sua particularidade brasileira. Mas à categoria é apresentado nesse código o personalismo como concepção que "[...] permite ver a pessoa humana como centro, objeto e fim da vida social." (CFAS, 1975).

Para Barroco (2006) o personalismo, representado por Emmanuel Mounier, apresenta uma perspectiva teórica eclética que apropria de vertentes como o neotomismo, o existencialismo, a fenomenologia e o marxismo para interpretar e se posicionar diante da realidade social. Sua finalidade "[...] como movimento das ideias se propõe à humanização da existência, ou seja, a uma ação ética valorizada da pessoa humana." (BARROCO, 2006, p. 132). O que leva a compreensão da existência no campo da metafísica, com isso "[...] não aceita a fundação material da existência humana; por sua herança fenomenológica, recusa a objetividade da razão teórica." (BARROCO, 2006, p. 134).

A fenomenologia está presente na profissão como uma alternativa de intervenção, uma metodologia baseada na psicologização da prática profissional. O Código de Ética de 1975 traz como dever do assistente social "[...] esclarecer o cliente quanto ao diagnóstico, prognóstico, plano e objetivos do tratamento, prestando à família ou aos responsáveis os esclarecimentos que se fizerem necessários." (CFAS, 1975). Para Barroco (2006, p. 139) esta proposta traz implicações ético-políticas,

[...] ao abstrair os usuários de sua sociabilidade e das determinações históricas que são concretude à sua existência social e ao abordar aos seus problemas a partir das representações dos profissionais, permite que a intervenção seja subordinada aos juízos de valor do profissional, que julga e encaminha a solução dos problemas segundo avaliações subjetivas e abstratas.

O debate sobre a fenomenologia no Serviço Social foi levado para o Encontro de Sumaré em 1978, como apresentado na seção anterior. A busca por repostas diante da prática profissional e uma fundamentação teórica era constante, a

categoria profissional expressava de forma diferente a visão de homem e mundo e a apreensão da realidade social. Enquanto parte da categoria buscava o retrocesso em práticas conservadoras, retomando pressupostos éticos e morais numa base tradicionalista; outra parte amadurecia o debate da Teoria Crítica, não apenas no campo acadêmico, mas também no exercício profissional como desenvolvido no Método de BH.

É relevante apontar alguns elementos apresentados no código em estudo que estiveram nos códigos anteriores, como também estarão nos subsequentes, elementos que expressam compromisso com a categoria e com os usuários. Destacam-se o sigilo como direito do assistente social e acesso ao aprimoramento profissional (CFAS, 1975); além de "[...] participar de programas de socorro à população, em situação de calamidade pública." (CFAS, 1975). É vedado ao assistente social "[...] exercer sua autoridade de forma a limitar o direito do cliente de decidir sobre sua pessoa e seu bem-estar." (CFAS, 1975).

O contexto histórico em que se promulga esse código era marcado por embates políticos e ideológicos, que para a profissão expressou o momento de levar adiante uma tentativa de romper com as amarras postas por um Estado ditador, que ao final da década de 1970 encontrava-se em crise, e de uma camada profissional que buscava reviver os conceitos tradicionalistas que estiveram (e ainda estão) no cerne da profissão.

Esse contexto repleto de contradições inerentes a sociedade, e assim como ela presentes na própria profissão, considerando que a profissão é expressão de uma necessidade da própria sociedade que surge envolto da contradição capitalista que se modela tardiamente no cenário brasileiro, o Serviço Social é movido pelo anseio de mudanças estruturais na sociedade e para isso é necessário outro posicionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que atendesse as demandas apresentadas à profissão, partindo da apreensão da questão social como eixo constituinte da desigualdade socioeconômica e da divisão de classes sociais.

O posicionamento profissional nessa perspectiva é elucidado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, momento em que a categoria assumi o compromisso com classe trabalhadora e seus interesses e "[...] a decisão pela construção de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro, implicando na consolidação de um perfil profissional diferenciado [...]." (ORTIZ, 2010a, p. 186).

Desencadeando a aprovação do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social em 1982 e a revisão do Código de Ética em 1986, documentos que expressam a materialização do acúmulo teórico da categoria e da consciência política frente à realidade brasileira.

2.2.4 Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1986

O Código de Ética de 1986 (Resolução CFAS nº 195/1986) foi promulgado em 9 de maio daquele ano, em meio às transformações societárias que marcavam o processo de democratização do país. Momento histórico que exigiu e ao mesmo tempo contribuiu para a revisão do Código de Ética profissional frente à possibilidade de elucidar um projeto profissional que evidenciasse o compromisso ético-político, a direção social da profissão e principalmente romper com os vieses tradicionalistas e conservadores presentes nas relações profissionais.

Esse Código expressa o amadurecimento teórico e o posicionamento ídeo-político profissional diante da articulação entre as entidades representativas da própria categoria como também da classe trabalhadora. Categorias éticas são apontadas e aproximam a profissão da construção de "[...] uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe." (CFAS, 1986) A superação desses valores estão presentes ao considerar que "[...] as ideias, a moral e a prática de uma sociedade se modificam no decorrer do processo histórico." (CFAS, 1986).

O ponto axial da legitimação do referido código está no compromisso profissional com a classe trabalhadora, ao assumir sua condição como classe trabalhadora que se entrelaça e vive as refrações sociais provocadas pelo capitalismo. Este debate profícuo é legado da inserção profissional nas instituições e arenas políticas, na formação da consciência política.

Barroco (2006), ao analisar o referido código, aponta que sua base ético-teórica reproduz o marxismo tradicionalista¹⁰, que emerge no debate do Serviço Social a partir das décadas de 1960 e 1970, adentrando em 1980, e tendo como

¹⁰ "A ética marxista tradicional deriva a moral dos interesses de classe, reduzindo seus fundamentos a ideologia. De modo geral, não consegue apreender as bases ontológicas — da ética e da moral — na práxis e na vida cotidiana; não desvela a relação ente a ética e a alienação moral; não apreende as mediações ente os interesses de classe e as escolhas ético-morais, entre o valor ético e o econômico. Isso evidencia uma ausência da dialética na sistematização ética [...]" (BARROCO, 2006, p. 158).

aporte vários marxismos, desde a vertente leninista-stalinista até Trotsky, Che e o marxismo estruturalista de Althusser.

Barroco elabora sua crítica por apreender que a forma como a ética está contemplada no Código de Ética de 1986 é mecanicista e idealista, por se fundamentar apenas ao interesse da classe trabalhadora, considerando que somente os valores éticos expressos por essa classe seja positivo. E mais:

A reflexão teórica marxista forneceu as bases para uma compreensão crítica do significado da profissão, desvelando sua dimensão político-ideológica, mas não a desvendou em seus fundamentos e mediações ético-morais; explicitou os fundamentos do conservadorismo e sua configuração na profissão, o que não se desdobrou numa reflexão ética específica. (BARROCO, 2006, p. 177).

Apesar da crítica, a autora citada não desconsidera o avanço que representou o Código de 1986, pois condicionou a ruptura da ética conservadora presente nos códigos anteriores; possibilitou negar o tradicionalismo presente nas práticas profissionais e com isso buscar uma nova moralidade profissional, a busca por um novo *ethos*.

Outros elementos devem ser elencados, ao tratar os sujeitos como usuários, rompendo com a perspectiva de beneficiários e clientes. Destaca-se o artigo 2º, que dispõe sobre os direitos dos assistentes sociais:

[...] livre acesso aos usuários de seus serviços; participação na elaboração das Políticas Sociais e na formação de programas sociais; acesso às oportunidades de aprimoramento profissional; participação em manifestações de defesa da categoria e dos interesses da classe trabalhadora. (CFAS, 1986).

Dos direitos dispostos nesse código, o artigo 8º que dispõe sobre as relações com as instituições destaca que "O assistente social no exercício de sua profissão em entidade pública ou privada terá a garantia de condições adequadas de trabalho, o respeito a sua autonomia profissional e dos princípios éticos estabelecidos." (CFAS, 1986).

Observa-se que os direitos tratados nesse código para os assistentes sociais expressam as possibilidades de materialização do trabalho profissional rompendo com as práticas segmentadas, pois reconhece a capacidade dos profissionais em participar da elaboração de políticas sociais e não apenas como executores terminais (PAULO NETTO, 2001). Diferente do Código de Ética de 1975, o assistente social tem o direito em participar das manifestações da categoria e da

classe trabalhadora em geral. Esses elementos são significativos na compreensão da profissão na quadra histórica em estudo, na articulação política, no reconhecimento da autonomia (relativa) e no aprimoramento intelectual. Sobre esse último é tratado como um dos deveres do assistente social, "[...] aprimorar de forma contínua os seus conhecimentos, colocando-os a serviço do fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora." (CFAS, 1986).

O Código em análise traz claramente o compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora, esse posicionamento é a expressão de uma nova atitude profissional frente à realidade e a população brasileira, reconhecendo no trabalho profissional a possibilidade de articular coletivamente com outras categorias na direção social de uma mudança sociopolítica na sociedade.

As transformações societárias provocaram na profissão o despertar de sua consciência ético-política crítica, marcadas pelas manifestações da população, o acirramento das expressões da questão social, o desmantelamento das políticas públicas garantidas pela Constituição Federal de 1988 e contraditoriamente a articulação sindical da categoria ao mesmo tempo o enfraquecimento de outros sindicatos. Presenciaram o emergir de uma nova ideologia política que apresentou um Estado em colapso, que passou a utilizar da máquina administrativa para articular novos arranjos econômicos, reforçando os acordos com órgãos internacionais. Fazendo da privatização o slogan da salvação econômica do país, da crise socioeconômica que teve a classe trabalhadora em seu cerne, entre aqueles que sofreram diretamente o impacto dos planos do governo estavam os trabalhadores, os pequenos comerciantes e principalmente a parcela da população que se encontrava à margem da sociedade que formava e ainda forma o exército industrial de reserva.

Nessa transição política que marca as décadas de 1980 e 1990 apresenta-se o neoliberalismo que seguinte à reestruturação produtiva provocaram na sociedade brasileira uma transformação significativa. O neoliberalismo marcou e marca a sociedade pelos acordos econômicos entre Estado e empresas capitalistas, por políticas públicas compensatórias e culpabilizadas de esgotarem os cofres públicos. Este é o cenário em que o Serviço Social esteve e está presente e que provocou uma revisão do Código de Ética.

Vários foram os fatores que levaram a categoria profissional a se articular e rever o Código de Ética, tais como a crise política do Estado marcada pelo impeachment do então presidente da República Fernando Collor de Melo em 1992,

acompanhada por uma recessão política e orçamentária, subordinando os direitos sociais à lógica orçamentária, para Iamamoto (2008a, p. 149) "[...] observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos [...]", comprometendo o repasse de verbas via Fundos para os estados e municípios.

Além de fatores endógenos como a necessidade de apropriação teórica que respondesse e sustentasse uma fundamentação ética e moral condizente ao amadurecimento ídeo-político e teórico da profissão; a construção de um projeto profissional que atendesse as exigências da categoria e a direção social adotada entre os profissionais diante do compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico com a população, e concomitante a uma formação acadêmico-profissional pautada nessa perspectiva. Para Paiva e Sales (2003, p. 178) "[...] a perspectiva é, então, buscar fortalecer uma clara identidade profissional articulada com um projeto de sociedade mais justa e democrática."

Esse contexto marcou o processo de renovação do Código de Ética dos assistentes sociais em 1993, vigente até o momento (2012) passou por uma revisão em 2010, mantendo seu embasamento dentro da Teoria Crítica, articula valores éticos humanistas crítico com uma concepção política que dá margem aos profissionais se apresentarem nas esferas socioinstitucionais e se posicionarem, em constante enfrentamento à desigualdade socioeconômica, ao preconceito e a qualquer sinal de barbárie contra o ser humano.

Desse modo, cabe ao assistente social aliar sua vontade, iluminada pela ética profissional — como intencionalidade de associação, de coletividade, de compromisso — com seu saber teórico-prático crítico e, ainda, com as necessidades e possibilidades das circunstâncias, do que resultará o produto de sua ação. (PAIVA; SALES, 2003, p. 179).

Com isso, as exigências e necessidades para a revisão do Código de Ética em 1993 estão diante da articulação da dimensão ética do trabalho profissional e dos elementos ídeo-políticos que compõe a maturidade profissional neste momento histórico, presente na mediação que emerge entre as singularidades profissionais regadas de historicidade, compondo a totalidade. O estudo desse código será o objeto de análise do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DE 1993

Neste terceiro capítulo, apresentar-se-á uma análise do Código de Ética de 1993, seus pressupostos éticos, políticos, filosóficos; valores que extrapolam a normatização de um código ao eleger valores humanistas críticos para fundamentar a direção social do projeto ético-político da profissão. Observa-se que o Código em tela é fruto de um avanço teórico-metodológico e ético-político da profissão, de um acúmulo teórico que acompanhou o processo de renovação da profissão nos últimos 30 anos.

O Serviço Social, como expressão da sociedade capitalista, engajou-se no enfrentamento das refrações provocadas por essa mesma sociedade. Diante das modificações econômicas, sociais e políticas que emergiram nas duas últimas décadas do século XX, a profissão articulou e organizou uma revisão necessária no Código de Ética de 1986. O Código que surge em 1993 traz elementos essenciais para uma nova direção social da e para a profissão para os anos seguintes e para o próximo milênio. A promulgação dos princípios fundamentais desse Código de Ética traduz uma mudança na própria profissão, elege elementos que norteiam os processos de trabalho do assistente social, e de encontro aos valores hegemônicos da sociabilidade capitalista avançam numa outra direção, compondo assim um projeto antagônico ao projeto neoliberal. Mas, os desafios presentes nesse movimento são constantes, assim esse capítulo tencionará uma análise dos desafios apresentados no cotidiano profissional. Para isso, serão elencadas falas dos sujeitos de pesquisa, o que permitirá uma análise partindo de uma visão e experiência empírica, apoiada numa fundamentação teórica a partir de autores do Serviço Social.

A análise a seguir promoverá uma compreensão de uma relação íntima que se consubstancia entre o Código de Ética e o projeto ético-político da profissão. Em seguida esse trabalho anunciará suas considerações finais, compreendendo que o tema e objeto de pesquisa não se esgotam com esse trabalho.

3.1 Aspectos históricos e sociais do Código de Ética de 1993

Na década de 1990, o Serviço Social brasileiro, vive um momento de materialização do processo de renovação, que se iniciou com o Movimento de Reconceituação e que se estende até a atualidade (2012), consubstanciado no

acúmulo teórico e na construção de conhecimento; na participação na arena política concomitante a visibilidade política das entidades representativas da categoria profissional e de formação; na culminação de aportes legais fundamentados teoricamente e que expressam a direção social da profissão (Código de Ética, Lei nº 8.662, Diretrizes Curriculares).

A realidade da sociedade brasileira nesse mesmo período se apresenta pós ditadura civil-militar, do processo de democratização dos direitos sociais com a Constituição Federal de 1988; o impeachment do presidente Collor permeado com a invasão neoliberal, o desmantelamento das conquistas políticas e de direitos, levando a naturalização da questão social e a banalização do homem (IAMAMOTO, 2008a); o crescimento desenfreado da privatização das empresas estatais, e os escândalos representados pelos rombos da previdência, formação de cartéis e esquemas fraudulentos no Congresso Nacional que ganham visibilidade, vindo à tona pela mídia tornando-se de conhecimento da população.

A categoria profissional em meio a todo esse contexto, que representa uma crise ética na política nacional, é levada a rever o Código de Ética de 1986 e reafirmar os valores éticos fundamentais já apresentados nele como o compromisso com a classe trabalhadora e seu acesso aos direitos sociais e a participação nos movimentos de classe, articulando-os aos princípios constitucionais como democracia e cidadania. Para o CFESS (1993):

A necessidade da revisão do Código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma programática da gestão 1990/1993 do CFESS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro de 1992), envolvendo, além do conjunto CFESS/CRESS, a ABESS, a ANAS e a SESSUNE. O grau da ativa participação de assistentes sociais de todo país assegura que este novo Código, produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos profissionais.

Essa revisão torna-se necessária, ainda, pelos processos de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos, que exigem compromisso ético-político e uma direção calcada aos princípios humanistas críticos. Pois esses processos articulam as relações entre a profissão, os usuários e as instituições contratantes, com isso, o profissional necessita de um aporte legal que lhe dê direção e sustentação ética para realização de seu trabalho.

Reafirmando o compromisso com a classe trabalhadora, a revisão "[...] partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho." (CFESS, 1993). Compreende-se assim que o processo de trabalho permite que o ser social desenvolva suas objetivações e que em meio a sociedade projete sua capacidade de ser livre, tencionando a criação de novos valores e outra sociabilidade. Nesse processo está o assistente social, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, assumindo sua condição de trabalhador e reconhecendo a necessidade de um aporte ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo que fundamente seu agir profissional.

Em 1993 o CFESS promulga a Resolução 273, de 13 de março de 1993, que dispõe sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. Considerando que o Código de 1986 apresentava insuficiências; que houve um avanço no debate sobre questões éticas frente as relações sociais e "[...] a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados da definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social;" (CFESS, 1993), o CFESS resolve instituir esse novo Código, com o objetivo de efetivar princípios éticos que possibilitem, nos processos de trabalho dos assistentes sociais, aguçarem o compromisso ético e a qualidade dos serviços prestados.

O Código de Ética de 1993 traz em seu bojo onze (11) princípios éticos que norteiam o trabalho profissional. Esses princípios perpassam por todos os processos de trabalho, em todas as esferas, mas a interpretação e apropriação dos mesmos não acontecem de forma homogênea, considerando os valores anteriores construídos na própria história desses sujeitos, além do esvaziamento do conteúdo crítico e da herança conservadora na profissão (ORTIZ, 2010b).

Os princípios éticos do Código em tela foram elaborados a partir da apreensão dos valores humanistas críticos, tendo como pano de fundo outras legislações que o subsidiaram, como a Constituição Federal de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sobre os princípios,¹¹ o CFESS (1993) traz:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes — autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

¹¹ Texto original do Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1993.

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Reconhecer a liberdade como valor ético central é um avanço na e para a profissão e sua relação histórica com a sociedade. A liberdade entendida como capacidade de escolha e pertencimento nas relações sociais construídas pelo homem a partir do convívio em grupo, projeta e objetiva-se enquanto produto das relações e das condições históricas do homem, como isso, produto da práxis humana. Para Forti (2010, p. 73), a liberdade se dá,

[...] como condição e possibilidade, mediante a práxis, de conquista da humanidade, de construção das relações sociais, uma vez que a sociedade é produto e o espaço do processo de construção do mundo humano, no qual, por meio de suas escolhas, de suas projeções e de suas ações, os Homens são produto e autores da história, constituem e dão sentido à vida humana, em condições determinadas.

Refletindo sobre a fala da autora, observa-se o sentido dado ao homem e sua projeção na história e a construção da própria vida em condições determinadas. O sentido à vida humana é algo inerente ao ser social, que diante de sua capacidade teleológica e ação concreta constrói a sociabilidade a qual está inserido, mas a autora é clara ao enfatizar o homem como construtor e produto da história em condições determinadas.

Partindo da análise das determinações presentes na atual sociedade, a liberdade repleta de individualidade conduz o homem aos interesses singulares que são expressos nas condições materiais, realizáveis nas relações de consumo, assim o sentido à vida humana está no ter e não no ser. A liberdade individual na sociedade capitalista contrapõe aos princípios de autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais tratados no primeiro princípio do Código de Ética, pois compreende-se que para alcançá-los em sua plenitude é necessário a liberdade, não no sentido individual naturalizado pelo espírito burguês para as satisfações apenas materiais, mas sim como meio de elevação ao homem genérico.

Barroco (2012) explica que o Código não trata da efetivação da emancipação humana por meio do trabalho profissional, uma vez que não expande para os níveis de emancipação, como a sociopolítica. Orienta que "A emancipação social e a política, realizável em graus diversos nos limites da sociabilidade burguesa, não se desconectam do horizonte da emancipação humana no Código de Ética." (BARROCO, 2012, p. 60).

A emancipação humana é compreendida como a capacidade do homem estar como homem genérico, aquele que realiza suas objetivações, resultado de sua capacidade teleológica que se manifesta como práxis humana. Ser homem genérico é estar e pertencer, como sujeito coletivo, a uma sociedade sem divisões de classe, em que o gênero humano prevalece sob as determinações estruturais e superestruturais produto das relações materiais. Não desvencilhando da emancipação política que se expressa pela capacidade de resistência e luta nas arenas de poder, espaços deliberativos e de articulações nas agendas políticas que se formam na relação entre Estado e sociedade civil, e na possibilidade de realização de parte das necessidades coletivas.

A emancipação política diz respeito à possibilidade de satisfação de parte ou de grande parte das necessidades particulares das classes e de grupos presentes na sociedade, enquanto a emancipação humana refere-se à plena realização e expansão dos indivíduos sociais, o que requer autonomia e liberdade. (VINAGRE, 2010, p. 111).

A liberdade, no âmbito político, está expressa na Constituição Federal de 1988 em vários momentos no Título que dispõe sobre os Direitos e Garantias Fundamentais. Fruto de um processo de democratização política e de direitos do país, seus elementos nortearam a revisão e a elaboração do Código em análise.

Mas na sociedade desigual contemporânea a maior liberdade de alguns é significada como perda de liberdade de outros e, portanto, a liberdade daqueles não é senão privilégio, eis que a noção de igualdade está restrita à igualdade jurídica em termos formais. (VINAGRE, 2010, p. 112).

Mesmo com um aporte legal que garante a liberdade para a população brasileira, o atual sistema politicoeconômico traça diretrizes que move a sociedade aos interesses individuais e à lógica do mercado. Com isso, a expansão dos indivíduos sociais na atual sociabilidade está condicionada a capacidade do sujeito em produzir e reproduzir, na órbita do capital, bens materiais de consumo, sendo a mola propulsora das relações sociais de produção que em nível globalizado introduz na consciência do sujeito a naturalização de sua própria reprodução. Distanciando-o das possibilidades de autonomia como ser livre.

Assim, a real expansão dos indivíduos sociais enquanto sujeitos históricos e de direitos entrelaçasse a construção de outra sociabilidade, superando o sujeito real, alienado, individualista, "[...] uma vez que a ética ultrapassa a dimensão da contingência e da legalidade [...] e atinge a dimensão da universalização e da elevação do sujeito ao nível do humano genérico." (VINAGRE, 2010, p.113).

No processo de revisão do Código de Ética de 1986 a categoria profissional buscou articular elementos que assegurassem o teor humanista e ao mesmo tempo formado por uma perspectiva teórica que direcionasse a categoria profissional em prol da população.

Por isso mesmo, a defesa intransigente dos direitos humanos extrapola a visão de classe e avança para uma proposta ética de defesa aos direitos coletivos e não restritos a uma única classe. Direitos que se movem e estabelecem uma relação intrínseca entre a liberdade, a cidadania e a democracia.

Diante da história recente, o assistente social esteve intimamente ligado as mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais que o país viveu com a ditadura civil-militar instalada a partir de 1964. Esse período da história é marcado por constantes mobilizações contrárias ao regime que destituía a população brasileira dos direitos políticos, civis e sociais.

No contexto ditatorial pós golpe militar de 1964, os direitos civis e políticos foram brutalmente subtraídos pelas medidas de repressão mais sombrias da história do país. Com amparo em "instrumentos legais" — os atos institucionais —, foram cassados os direitos políticos de lideranças sindicais e partidárias, de artistas e intelectuais; foram fechadas as sedes das representações estudantis e dos trabalhadores. O direito de opinião e

organização foi restringido e adotada a censura aos meios de comunicação. Práticas de prisões arbitrárias, torturas e execuções sumárias de opositores de regime eram frequentes. Direitos tais como o da inviolabilidade do lar e da correspondência eram sistematicamente desrespeitados, assim como o direito à vida e à integridade física, em nome da ideologia da 'segurança nacional', que legitimava a autonomização do aparato policial, inclusive, frente o Estado. (VINAGRE; PEREIRA, 2007, p. 37).

Este contexto exigiu da profissão um posicionamento ético-político transversal, que abarcasse não mais uma classe e uma categoria, mas sim o coletivo, a sociedade de forma geral, com representatividade nos debates políticos, nos movimentos sociais, no trabalho desenvolvido pelos profissionais da base.

Esteado nos princípios constitucionais e em diretrizes éticas que estão presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Código de Ética em tela trouxe elementos e valores semelhantes para o seu texto. Destaque para a liberdade que se apresenta em todo texto da DUDH, além de apresentar as mais variadas possibilidades do homem em participar das manifestações culturais, sociais e políticas; recusar qualquer forma de tortura, tratamento desumano, escravidão, discriminação e arbitrariedade (UNESCO, 1998).

A recusa ao autoritarismo elencado pelo Código de Ética de 1993, expressa o movimento contrário da profissão diante do abuso de poder transformado em barbárie as quais muitos sujeitos foram acometidos no período da ditadura civil-militar, e que nas décadas posteriores emergem na forma de violência, intolerância e exploração. Para efetivar esse posicionamento, a categoria "[...] deve se colocar criticamente em prol do humanismo. Isso inclui posicionamento contrário às formas de degradação das condições de vida, dado o acirramento da 'questão social', e suas múltiplas expressões." (FORTI, 2010, p. 148-149).

As transformações presentes nas últimas três décadas rebatem diretamente nas relações de trabalho, desde a desarticulação das entidades sindicais, a precarização das formas de trabalho — direitos ao trabalho —,¹² e dos direitos do trabalho.¹³

Para Marques (2010) o direito ao trabalho avança para além da possibilidade do homem em desenvolver qualquer atividade laboral, para manutenção e sustento, mas sim como conquista e luta política o que não o desvencilha do direito do

¹² "O direito ao trabalho envolve o direito ao acesso e à manutenção de uma ocupação produtiva, o que confere uma dimensão promocional à atividade do Estado, mas não atribui aos indivíduos um instrumento judicial específico para assegurá-lo." (MARQUES, 2010, p. 92).

¹³ "O direito do trabalho, comporta elementos de direito público e privado, ainda que de mercado assento contratual, como a disciplina que envolve a pessoa do trabalhador nas relações possíveis no mundo do trabalho." (MARQUES, 2010, p. 90).

trabalho, que nas últimas décadas está entre a desregulamentação das novas formas flexibilizadas de trabalho e a instituição jurídica das leis específicas do trabalho. A autora salienta ainda que "[...] o direito do trabalho oscila entre o interesse do capital e do trabalho com avanços e recuos." (MARQUES, 2010, p. 93). O que pode ser observado nas articulações políticas para o trabalho que nem sempre estão exclusivamente voltados para os interesses da classe trabalhadora, mas também para as instituições públicas e privadas empregadoras.

O Serviço Social, neste cenário de avanços e persistências do direito ao e do trabalho (MARQUES, 2010), mobiliza-se a favor da classe trabalhadora, nos espaços políticos e deliberativos, com intuito de avançar e promover os direitos trabalhistas, alguns já promulgados, mas também trazer para o debate os direitos fundamentais da classe trabalhadora, o que tenciona à democracia, entendida como "[...] padrão de organização política." (ORTIZ, 2010b, p. 132).

Para o Serviço Social, a democracia se estabelece diante da socialização da participação política, mas também da riqueza socialmente produzida (CFESS, 1993). A profissão empenha-se na socialização dos bens, uma vez que a desigualdade do acesso a esses mesmos bens é recrudescida nas relações sociais de produção e reprodução capitalista, consubstanciada no antagonismo eminente do sistema econômico e político vigente, acentuada na contradição capital/trabalho, quando mais riqueza se produz com o trabalho maior será a pobreza daqueles que a produz. Iamamoto (2008a) explica que o trabalho só é realizado quando o trabalhador está inserido na lógica do mercado, especificidade da relação de produção e reprodução do capital, que antagônica eleva o trabalhador a condição de "[...] excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência." (IAMAMOTO, 2008a, p. 159).

O desenvolvimento do capital e suas refrações nas dimensões econômicas, políticas e sociais rebatem diretamente na realidade da classe trabalhadora e com isso intensifica as demandas, emanadas das necessidades coletivas, exigindo do Estado sua intervenção. Para isso criam-se as políticas sociais públicas como meio de intervir e amenizar as mazelas acentuadas nessa sociabilidade.

O Estado em meio a tensão entre as classes sociais, utiliza as políticas sociais como mecanismo de contenção das forças contraditórias e de resistência que emergem da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que torna as políticas

sociais, principalmente as assistenciais e de redistribuição de renda, uma alavanca para tirar parte da população da extrema pobreza.

A crítica para esses modelos de políticas está assentada na forma histórica do capitalismo em alegar o gasto elevado dos cofres públicos, principalmente em sua fase neoliberal, concomitante a não efetivação da cidadania e da democracia considerando que essas políticas não modificam a realidade dos grupos beneficiados, não há uma alteração na estrutura da realidade. O aumento de R\$ 2 no Programa Bolsa Família, na visão do atual governo brasileiro, retira a família da situação de miséria, e tecnicamente a eleva a uma situação de pobreza. Ora, é preciso afirmar que a saída da pobreza, efetivamente, é quando a pessoa tem condições de moradia, vestuário, educação, saúde e emprego para poder se autofinanciar.

Na constante tensão entre a criação e efetivação de políticas sociais e o acesso aos direitos fundamentais, compreendendo-os como conjunto dos direitos sociais, civis e políticos, a relação entre Estado e capital estreita-se e na atual sociabilidade "[...] constata-se uma progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas sociais." (IAMAMOTO, 2008a, p. 206).

O Estado apresenta-se na dupla direção, numa em garantir o acesso aos bens e serviços expressos pelas políticas sociais, e na contramão dessa, assegurar que o mercado continue a desenvolver, e para isso reforça as estratégias do capital nas relações de produção e trabalho, refletindo automaticamente na economia do país, com isso "O Estado tem o papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção." (IAMAMOTO, 2008a, p. 120).

No atual cenário socioeconômico, de um Estado intervencionista, as expressões da questão social emergem em suas formas históricas como desemprego, acirramento da pobreza e precarização no acesso aos direitos sociais e civis, isso leva o Estado a articular formas de intervenção, por meio das políticas sociais, como resposta a essas demandas, como citado anteriormente. O Estado neste contexto deve ser considerado como a "[...] condensação material de uma correlação de forças entre classes e frações de classe." (POULANTZAS, 1980 apud COUTINHO, 1999, p. 57).

Partindo dessas premissas, o desenvolvimento da cidadania e da democracia está diretamente relacionado aos avanços dos direitos sociais, como também dos direitos civis e políticos, leis que dentro de determinado contexto histórico

avançaram, movendo-se entre ampliações e recuos, para as possibilidades da classe trabalhadora de desenvolver habilidades e posicionamentos nas arenas de disputas políticas. Para Coutinho (1999, p. 57), o Estado contemporâneo,

[...] parece ligado organicamente aos processos de ampliação e construção da cidadania [...]. Foi porque se desenvolveram os direitos de cidadania, tanto políticos quanto sociais, que se tornou possível essa nova configuração do Estado, que o faz permeável à ação e aos interesses das classes subalternas.

Para o autor, o Estado articula entre as classes sociais promovendo ações que atendam ambos interesses, não desconsiderando o Estado neoliberal e seus arranjos políticos, mas um Estado que promove a abertura para novas ações e articulações políticas, o que permite a classe trabalhadora participar e reivindicar por meio das entidades representativas.

Nesta direção o Serviço Social posiciona-se a "[...] favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática." (CFESS, 1993). A profissão avança ao direcionar seu trabalho na perspectiva de apoiar a participação da população na elaboração, implementação e gestão das políticas e programas sociais.

Essa direção adotada pela profissão permite ampliar a participação das classes sociais nos espaços deliberativos de poder, tais como conselhos, associações e sindicatos, além de mobilizar os grupos interessados a se inserirem nos fóruns, congressos e movimentos sociais. O Serviço Social considera que a participação deva ser dos segmentos populacionais conjuntamente com as categorias profissionais, permitindo assim a legitimação da sociedade civil nas discussões no âmbito político e econômico.

Nas últimas décadas os movimentos sociais brasileiros tomam visibilidade no cenário político diante das demandas que emergem na sociedade, os grupos sociais (étnicos, de gênero, identidade) e as categorias profissionais mobilizam-se no enfrentamento da desigualdade social e na luta pela conquista e efetivação de direitos sociais. Os movimentos sociais, na atualidade (2012) expressam a diversidade, mobilização de grupos heterogêneos que buscam a efetivação de direitos em todas as áreas, sejam sociais, ambientais, políticos. Para Coutinho (1999, p. 44) "Os direitos têm sempre sua primeira expressão sob a forma de expectativas, de direito, ou seja, de demandas que são formuladas, em dado

momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais." O Serviço Social em conjunto com a classe trabalhadora empenha-se na eliminação de qualquer forma de preconceito e ainda incentiva "[...] o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças." (CFESS, 1993).

Objetiva-se com os movimentos sociais alcançar esferas políticas que compartilhem ou não do objeto de manifestação, tornando-o elemento central de debate e possíveis propostas. O resultado destas manifestações e reivindicações torna-se instrumento político ou até mesmo estratégia política de projetos societários visando novas possibilidades de mudança e construção de uma nova ordem social.

Na mesma direção, os fóruns e congressos tornam-se espaços significativos de reivindicação de direitos, mobilizando grupos e ou segmentos na participação política dos municípios e estados. Esses espaços possibilitam a participação do assistente social, juntamente com "[...] os movimentos de outras categorias profissionais; [...]" (CFESS, 1993), nos debates e deliberações, de novas políticas que venham ao encontro do interesse da classe trabalhadora.

A perspectiva ético-política adotada pelo Serviço Social aponta para a construção de uma nova sociabilidade. Os caminhos e a participação adotados pela categoria nos fóruns, conselhos, congressos, entre outros, para articular politicamente, fazem parte de uma conquista da própria categoria.

Como citado no primeiro capítulo, a partir do Congresso da Virada em 1979, a categoria profissional trouxe à tona o compromisso com a classe trabalhadora e a presença no cenário político nacional. Essa participação se estende até a atualidade (2012), momento de constantes embates ídeo-políticos, de manifestações e crises éticas nas esferas da União, nos estados e municípios.

As crises éticas e ídeo-políticos que marcam o solo histórico nacional refletem uma construção político-estatal de interesses individuais, classista, que remetem a uma sociedade estratificada. Para Ianni (1984 apud IAMAMOTO, 2008a, p. 130):

Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração de soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas.

No bojo das contradições históricas que se assentam nesse cenário, o Serviço Social busca a legitimação de um projeto profissional contrário ao projeto

societário que se forma das oligarquias até o neoliberalismo, orquestrado pelo interesse do capital. A ordem social expressa o interesse do mercado, momento em que a objetivação do trabalho é expropriada de seu produtor; a ação transformadora do trabalho e seu produto tornam-se mercadoria na relação de compra e venda. À rigor deste processo, o homem é transformado em mercadoria descartável, desumanizado de suas condições objetivas e subjetivas, seus valores são expropriados, sendo peça fundamental de um ciclo de produção e reprodução.

No mundo dominado pelos interesses do capital, os vínculos morais foram se deteriorando, pela substituição dos valores humanos pelos valores próprios da coisificação e mercantilização das relações: o individualismo, o egoísmo, a competição, a propriedade privada. Nessa lógica, o indivíduo tem valor pelo que tem. (VINAGRE, 2010, p. 110)

Na orbita dessa sociabilidade o Serviço Social apresenta-se em oposição, desenvolvendo ações práticas e políticas contra a maré neoliberal, na busca por uma nova sociedade construída "[...] sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero." (CFESS, 1993).

A possibilidade de outra sociabilidade está condicionada a superação do capitalismo, ou seja, uma mudança na estrutura da sociedade, nas relações sociais de produção. Além de uma mudança nos valores nela intrínsecos. De acordo com Tonet¹⁴ (s/d [c]), ética e capitalismo estão dissociados, contexto em que as relações estabelecidas germinam individualidade, a propriedade privada prevalece sobre o ser humano, são valores impregnados pela ideologia do capital. Para ele o desafio está em transformar a atual sociedade em uma sociedade sustentada numa ética que eleve o sujeito ao humano genérico.

Autoras como Barroco (2006, 2008, 2012), Forti (2010) e Vinagre (2010) compartilham com o autor supracitado em dizer que para elevar o homem ao humano genérico é necessário a superação do capitalismo, mas as autoras apontam para as possibilidades a partir de alternativas possíveis. Valores como liberdade e autonomia são relativas, da mesma forma que a liberdade está para escolhas possíveis.

As formas como os valores são expressos na sociedade refletem um processo histórico marcado por intolerâncias, submissões e várias formas de violência. Mulheres, negros, homossexuais, crianças, idosos e deficientes, viveram

¹⁴ Refere-se ao conjunto de obras escritas pelo filósofo indicadas nas Referências deste trabalho.

as crueldades de uma sociedade formada pelo preconceito. Cada segmento aos poucos foi tomando visibilidade no cenário político e conquistando direitos. Cada qual em momentos históricos diferentes, dentro de uma mesma sociedade.

Nesse processo histórico de lutas, conquistas e resistências, o assistente social transitou de forma articulada ao próprio momento histórico, pois como foi explicitado no capítulo dois, a profissão em suas protoformas era arraigada de valores conservadores e tradicionalistas. Na contemporaneidade há uma direção social para o enfrentamento de qualquer forma de preconceito, sustentada em princípios éticos fundamentados a partir de uma Teoria Crítica.

O Serviço Social no final do século XX, momento de revisão e promulgação do Código de Ética, depara-se com as exigências que a sociedade, complexa e contraditória, emana na forma de expressões da questão social, absorvidas pelas esferas públicas e privadas, chegam à profissão como demandas institucionais e requisitam da categoria um posicionamento interventivo.

Diferentemente de apenas intervir na realidade apresentada, a profissão, com base no acúmulo teórico adquirido nas últimas décadas, objetiva seu trabalho a partir da mediação, considerando-o como parte de uma práxis. Para alcançar essa mediação, e com ela a qualidade dos serviços realizados, do assistente social espera-se o compromisso com o aprimoramento intelectual, o que refletirá na competência profissional (CFESS, 1993).

A busca por aprimoramento intelectual passa pelo processo da formação continuada, ao qual o assistente social pode e deve realizar. Atualmente (2012) existem cursos de nível *stricto sensu*¹⁵ e *lato sensu* oferecidos por universidades públicas e privadas em todo país; além de cursos de capacitação e grupos de pesquisas. Há uma demanda por cursos em áreas afins, em nível de especialização, tais como: Gestão em Recursos Humanos, Saúde, Educação, Meio Ambiente, entre outros; além de cursos referentes aos segmentos, como idoso, criança, adolescente, família, pessoas com necessidades especiais, pois representa uma formação que atende a área de trabalho dos profissionais. Essas especializações não estão voltadas para o Serviço Social, mas sim para uma formação genérica e plural.

¹⁵ De acordo com o sítio da CAPES (2012), os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social (mestrado acadêmico e doutorado) totalizam 31 programas, 17 de mestrado e 14 de doutorado. O total de cursos de pós-graduação é 45: 31 de mestrado acadêmico e 14 de doutorado.

Desde a criação dos cursos de pós-graduação em nível de mestrado em 1972 na PUC-RJ, e no mesmo ano na PUC-SP; e doravante em 1981 o doutorado na PUC-SP (o primeiro em Serviço Social na América Latina), reconhecido pelo CNPq e pela CAPES,¹⁶ registra-se um significativo aumento na construção teórica em Serviço Social, reflexo de um compromisso que se acentua com a pesquisa, trabalho, formação e construção científica.

As pesquisas realizadas nos cursos de nível *stricto sensu*, desde a criação dos cursos de mestrado e doutorado transitam no período pré e pós-revisão do Código de Ética em 1993. É dentro deste contexto que surge o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da UNESP, campus de Franca. De acordo com o profº. Dr. Ubaldo Silveira, o Programa foi autorizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP em reunião do Conselho Universitário em 21 de novembro de 1991, nos níveis de mestrado e doutorado. Reconhecido pela CAPES de acordo com o disposto na Portaria Ministerial nº 1.762, de 16 de dezembro de 1999, publicada no DOU de 17 de dezembro de 1999, com duas linhas de pesquisa: "Serviço Social: Mundo do Trabalho" e "Serviço Social: Formação e Prática Profissional".

A pesquisa no Serviço Social, considerada como trabalho, é constituinte e constitutiva da práxis profissional, permite que os assistentes sociais desvelem a realidade e a partir dela construa novas estratégias de intervenção e mediação.

O conhecimento é mutável assim como a realidade e isso exige um compromisso constante do profissional, ao qual deve se por como sujeito na pesquisa, romper a neutralidade e considerar a relação espaço-tempo e as formas complexas tais como os objetos emergem. A pesquisa realizada pelo Serviço Social está historicamente relacionada com o ser social, sujeito histórico e político partícipe desse processo. A relação que se constrói durante a pesquisa entre sujeito e objeto (realidade social) permite o pesquisador alcançar a totalidade. Para Bourguignon (2007, p. 51), "A pesquisa deve não só compreender as questões estruturais, mas também a perspectiva de totalidade do processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social."

¹⁶ "Embora o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tenha sido criado em 1951, somente nos anos 60 e, sobretudo, em 1968, com o desenvolvimento das pós-graduações na área de Ciências Sociais, é que esta se torna presente nesta área. Antes, o CNPq não apoiava as ciências sociais, porque a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tinha um perfil mais docente, desempenhava este papel." (KAMEYAMA, 1998, p. 35).

Nos contextos em que os assistentes sociais estão inseridos há um leque de conhecimentos que são apresentados cotidianamente, o que permite o avançar do profissional para novos saberes e aproximações teóricas. Essa pluralidade deve ser garantida e respeitada, como também as correntes profissionais e expressões teóricas (CFESS, 1993).

Desde sua gênese até a contemporaneidade, várias correntes teóricas perpassaram pelo Serviço Social, destacam-se o neotomismo, o positivismo, a fenomenologia, o estruturalismo, a teoria sistêmica e o marxismo, cada qual em determinado momento histórico contribuindo com a formação da profissão no Brasil. As especificidades destas correntes foram apresentadas no capítulo dois, cabe aqui sinalizar apenas que, num movimento de renovação da profissão, a categoria buscou romper com aquilo que considerou superado pela própria realidade e aproximou novas perspectivas que atendesse a atual sociabilidade.

Não se nega que dentro do próprio projeto profissional existem outros projetos que se articulam no seio da profissão, o que denota a pluralidade teórica da profissão.

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente *indivíduos diferentes* — têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um *espaço plural* do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (PAULO NETTO, 2008, p. 145, grifo do autor).

Esta pluralidade teórica é motivo de tensões que enriquecem o debate da e na profissão, desde que movidos sem coerção. Os sujeitos coletivos devem tencionar o debate de forma ética, atento às formas ecléticas que podem romper com as especificidades profissionais. Paulo Netto (2008) relata ainda que a pluralidade é factual na profissão, mas os sujeitos devem caminhar numa mesma direção projetada pela categoria de forma hegemônica. Como exemplo está o Código de Ética, que traz uma direção social para a profissão e que compõe o projeto profissional do Serviço Social, com isso seus princípios éticos não devem ser contestados, pois eles são transversais, ou seja, não se esgotam num sujeito e apenas em determinado contexto.

É nesse cenário repleto de diversidade que o Código de Ética de 1993 traz como princípio fundamental o "Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física." (CFESS, 1993).

Esse princípio revela a maturidade profissional diante das transformações societárias e o reconhecimento do homem como ser no mundo, sujeito movido por objetivações e subjetividades, que almeja liberdade e respeito, que vive os desafios de ser e estar no mundo, que reconhece na própria história sua necessidade e possibilidade de transformação.

Os avanços da profissão no novo milênio acompanham a mutação da sociedade, novas formas de agir e articular com a realidade são exigidas pelos sujeitos coletivos que estão presentes nas dimensões culturais, econômicas, políticas e sociais. A profissão regida por uma direção social que se formou nesses últimos anos alcança uma visão de homem e mundo que extrapola as formas conservadoras antes experimentadas pela categoria.

A materialização dessa perspectiva está na Resolução CFESS nº 594, de janeiro de 2011, que "[...] altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero." (CFESS, 2011a).

As mudanças apresentadas nessa Resolução e acrescentadas no Código de Ética profissional trazem em seu bojo elementos relevantes que demonstram o avanço da profissão no seu compromisso ético-político e a visão diante da diversidade de gênero, pois ao adotar a forma masculina e feminina na escrita textual do Código de Ética "[...] expressa, para além de uma mudança formal, um posicionamento político, tendo em vista contribuir para a negação do machismo na linguagem, principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres." (CFESS, 2011b, p. 13).

O XI princípio fundamental do Código sofreu alteração com a Resolução, o termo opção sexual foi substituído por orientação sexual e foi incluída a expressão identidade de gênero, ao tratar das questões que envolvem o exercício profissional sem ser discriminado/a e nem discriminar.

O Código de Ética em tela representa um norte para o assistente social, mas longe de ser unilateral, voltado apenas para a categoria profissional, pois sua direção ético-política "[...] fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção

de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista." (CFESS, 2011b, p. 14).

Frente ao movimento contraditório da sociedade capitalista, o trabalho profissional do assistente social é selado por avanços e retrocessos, passos (des)contínuos no processo de transformação da atual sociabilidade. A direção social da profissão, hoje, tem raízes na própria história da sociedade brasileira, calcada por aportes legais como o Código em estudo, a Lei 8.662/1993, as diretrizes curriculares e outras legislações genéricas. Apreender o percurso deste movimento da profissão na sociedade é (re)conhecer todas as expressões culturais, políticas e sociais dessa categoria não homogênea na sociedade, marcada por constantes desafios e respostas que emergem no cotidiano profissional. Os desafios presentes cotidianamente no trabalho profissional que se entrelaçam aos princípios éticos da profissão será o assunto a ser tratado no próximo item desse trabalho.

3.2 Os Desafios para a materialização dos princípios éticos da profissão na dimensão do trabalho profissional

Os processos de trabalho profissional do assistente social (IAMAMOTO, 2006) são mediatizados por realidades, que se materializam como demandas que emergem da sociedade e para respondê-las é exigido do profissional diferentes alternativas e/ou estratégias. Essas demandas são manifestações que se apresentam no cotidiano e que na própria cotidianidade há a possibilidade de transformação. Carvalho (2005, p. 24) expõe que "O cotidiano e a cotidianidade existem, penetram eternamente em todas as esferas da vida do homem. A história e o progresso transformam continuamente sua paisagem, mas não o exterminam."

O Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho é partícipe da construção da realidade. Movido por fatores endógenos e exógenos articula propostas interventivas e ídeo-políticas projetando uma direção social aos assistentes sociais, a classe trabalhadora e a outros sujeitos que compartilham dessa mesma direção.

O assistente social, como trabalhador assalariado, vive continuamente as refrações do capital imprimidas como perversidade e barbárie, precarização das formas materiais e subjetivas do trabalho e desmantelamento das garantias legais

promulgadas para atender a classe trabalhadora. Com sua ação institucionalizada, desenvolve seu trabalho diante do compromisso ético-político da profissão, articulando-o aos interesses da instituição, digladiando ou não aos interesses majoritários do capital. Pois o trabalho profissional reproduz tanto os mecanismos de exploração e reprodução do capital, como também às respostas as necessidades da população usuária (IAMAMOTO, 2008a).

O trabalho profissional é realizado no cotidiano, pois "[...] a vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social." (BARROCO, 2012, p. 73). E é nesse momento que a objetivação emerge como resultado da práxis, trabalho não só interventivo, mas também ídeo-político. O produto desse trabalho, ação primária da práxis social, é composto por elementos que consubstanciam a competência e compromisso profissional, tais como os técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos. Apreender esse movimento é compreendê-lo nas ações concretas desenvolvidas pelos assistentes sociais (FORTI, 2010) e nos debates políticos da categoria (BARROCO, 2012).

Em seu processo de trabalho, o assistente social depara-se com constantes desafios para a materialização dos princípios éticos do Código de Ética profissional. Esses desafios estão presentes no cotidiano profissional, como explicitado, assim como as respostas profissionais, apontamentos que podem ser vistos na fala dos sujeitos de pesquisa. Para *Carolina* (sujeito de pesquisa):

Eu visualizo esta ética a partir do momento em que a gente tem claro este compromisso com o este usuário. Porque como eu trabalho na assistência, a visão que eu tenho é que quando o usuário chega ele já teve negado todos os direitos que ele deveria ter, então ele busca pela qualidade no atendimento, e meu compromisso ético seria de compreender qual seria a real demanda dele, porque nem sempre a demanda inicial é realmente o que ele veio buscar, trabalhar a questão da orientação de onde ele pode ir, o que ele pode fazer, e diante do atendimento e acompanhamento continuado com esta família. Eu sei que isso hoje é muito difícil de se pensar, mas buscar fornecer para ele caminhos que possam alterar a situação que eles se encontram hoje.

Observam-se na fala de *Carolina* (sujeito de pesquisa) categorias relevantes para análise, ao compreender que elas relacionam-se as questões da ética profissional em seu espaço de trabalho, tais como os direitos negados, qualidade no atendimento, ir além da demanda imediata e o acompanhamento. Essas categorias apresentam-se em outros espaços de trabalho, pois outros sujeitos da pesquisa compartilham com *Carolina*, assim como *Mariana*, *Rosa* e *Helena*. Os processos de

trabalho desses sujeitos de pesquisa têm como sujeitos de intervenção usuários dos serviços sociais que em sua maioria encontra-se com seus direitos negados, ou estão em busca de acesso a esses direitos que são desenvolvidos por meio de políticas, programas e projetos sociais. O assistente social é chamado para intervir em situações em que os usuários encontram-se em situação de risco e vulnerabilidade social, e a ele é depositado a responsabilidade de resposta, mas,

Vale ressaltar que a vinculação da profissão aos direitos, e mais precisamente à sua garantia, pode gerar uma interpretação falaciosa dos reais limites da profissão, tendo em vista que a efetiva garantia de direitos sociais não se circunscreve a uma categoria profissional, mas a alteração do padrão político-econômico de determinada ordem societária. Lutar pela defesa, e até pela garantia dos direitos é bastante diferente de garanti-los imediatamente ou mediatemente. A vinculação direta e indireta à garantia de direitos, sem o reconhecimento e a incorporação das devidas mediações, tende a gerar uma compreensão messiânica e voluntarista da profissão, processo este historicamente, e em especial, rechaçado por suas vanguardas. (ORTIZ, 2010a, p. 210).

A busca por direitos marca os processos de trabalho da profissão, assim como as formas de acesso. Mas além de desenvolver suas atribuições e competências, o assistente social tem o compromisso de que o acesso e permanência dos usuários nas políticas, programas e projetos sejam de qualidade. Não retrocedendo ao viés messiânico e ou fatalista de tomar para si a responsabilidade do processo como citado pela autora, uma vez que esses serviços são multiprofissionais, e com isso formados por diversos projetos profissionais.

O Serviço Social brasileiro hoje tem como orientação para a ação profissional princípios-valores não convenientes aos interesses do capital, mas sim a qualidade dos serviços profissionais desempenhados e prestados em correspondência às necessidades da população. (FORTI, 2010, p. 147).

As necessidades pelos serviços sociais demandados pelos usuários do Serviço Social estão além da necessidade do Eu, pois se tornou coletiva a massificação da desigualdade socioeconômica e suas injunções imprimem à população subalterna, estando essa parcela da população na classe trabalhadora, as formas precárias e naturalizadas da falta de acesso aos direitos sociais como saúde, habitação, educação, entre outros. Com isso, tais necessidades materializam-se na forma de pobreza e criminalização, depositado nessa população a responsabilidade pela desordem social, a responsabilização pela atual conjuntura

deficitária e o não acesso aos bens e riqueza socialmente produzidos, a moralização da questão social.

O assistente social, ao avançar das formas imediatas como tais necessidades se manifestam, articulando ao conhecimento acumulado e sua competência e compromisso, está realizando a mediação entre a singularidade e a universalidade, sendo esta última representada pelas leis tendenciais, tais como apresentadas nas políticas sociais, criando a possibilidade de alcançar a particularidade do contexto ao qual o usuário está imerso.

O profissional cria possibilidades de articular e desenvolver seu trabalho de forma que alcance a totalidade, rompendo com as formas abstratas de materializar os princípios éticos que compõe seu projeto profissional, manifestadas apenas na intencionalidade, apenas no plano ideal (FORTI, 2010), pois a ética profissional objetiva-se nas ações profissionais concretas articuladas com direção ídeo-política da profissão (BARROCO, 2008).

Para alcançar ações concretas nos processos de trabalho é relevante o acompanhamento do profissional ao usuário.

O assistente social tem o direito de manter contato direto com a população usuária, junto aos seus locais de moradia e de organização, o que permite estabelecer vínculos com os seus movimentos e apreender as suas demandas, O assistente social detém informações, tem conhecimento sobre os programas que devem ser postos a serviço dos usuários, reforçando o seu poder reivindicatório junto às instituições responsáveis pelas políticas e programas. (BARROCO, 2012, p. 83)

O acompanhamento permite que o profissional estabeleça vínculo junto ao usuário, avançando para além da demanda imediata. Esse vínculo permite ainda a aproximação do usuário a outros espaços deliberativos como conselhos e fóruns, o que promove a participação dos usuários nas decisões deliberadas nesses espaços. É relevante destacar que o trabalho profissional deve promover ainda o reconhecimento desse usuário como sujeito de direitos, e os espaços citados acima permitem essa aproximação e o despertar dessa consciência. Com isso, "Um projeto democrático se constrói no jogo de poderes e contrapoderes, na receptividade às diferenças, na transparência das decisões, com publicização e controle constante dos atos de poder e na afirmação da soberania popular." (IAMAMOTO, 2008b, p. 166).

Nas relações estabelecidas entre o assistente social e o usuário, formadas no cotidiano profissional, é necessário identificar o limite profissional para que as ações

não sejam impositivas ao usuário, cerceando-o de sua liberdade de escolha. Os profissionais que não reconhecem esse limite avançam para além da privacidade e liberdade de escolha dos usuários, reproduzindo os interesses institucionais, classistas e ou da própria categoria profissional. Pois, "A objetivação ética do compromisso profissional com os usuários supõe uma postura responsável e respeitosa em relação às suas escolhas, mesmo que elas expressem valores diversos dos valores pessoais do profissional." (BARROCO, 2012, p. 87).

A partir dessa compreensão da reciprocidade e alteridade, do agir ético perante o outro, *Helena* (sujeito de pesquisa), ao refletir sobre seu trabalho, diz:

Ser assistente social em qualquer espaço é saber as possibilidades e limitações da instituição. Isso faz a gente questionar a questão da ética como um todo. E eu me questiono muitas vezes: até que ponto o assistente social acaba sendo ético? Porque você acaba invadindo a vida pessoal do outro e de alguma forma faz o que o Estado determina. Por um lado são pessoas que não tem condições de responderem e não são protegidas, mas até que ponto esta proteção não é uma forma de invadir o outro? Será que é ético um profissional poder determinar o que é ideal para o outro?

A reflexão realizada pelo sujeito de pesquisa traz à tona o poder do Estado em direcionar a vida do sujeito (usuário), conduzindo de forma a limitar e projetar o futuro desses usuários, negando sua condição de ser livre e de poder de escolha. Ressalta-se que "as pessoas que não tem condições de responderem" tratadas pelo sujeito de pesquisa referem-se às crianças atendidas no espaço de trabalho, que são sujeitos inimputáveis.

Ao negar aos usuários o poder de escolha, impondo o que deve ou não ser realizável na vida desses sujeitos, a ética profissional caminha para o moralismo, e com isso a objetivação profissional (tendo como norte os princípios éticos profissionais) e a capacidade de idealizar dos próprios usuários são negadas. O moralismo formado pela abstração dos valores pessoais e também profissionais rechaça as possibilidades de avançar para além do imediato, enrijecendo as relações sociais,¹⁷ tendo o Estado o poder soberano sobre todos os sujeitos. Nega-se, então,

¹⁷ Os homens necessitam trabalhar, precisam ter base para a sobrevivência, base esta hoje ameaçada para uma enorme parcela da população brasileira. Aquela reprodução envolve a vida material, mas ao trabalharem os homens estabelecem relações entre si, portanto, relações sociais. Quando se fala em produção/reprodução não se abrange apenas a dimensão econômica — frequentemente reduzida a uma óptica economicista —, mas a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais. (IAMAMOTO, 2006. p. 26).

[...] que toda intervenção na realidade, por parte do ser humano e, particularmente aqui, por parte do assistente social, tem uma dimensão teleológica — isto é, o profissional projeta o resultado a ser alcançado e esse projetar confere uma direção social à finalidade do trabalho. (FÁVERO, 2007, p. 34).

As refrações do trabalho profissional rebatem diretamente no produto do seu trabalho e juntamente nas possibilidades de legitimação dos direitos dos usuários envolvidos nesse contexto, reproduzindo a precariedade dos serviços e acesso aos direitos, Barroco (2012, p. 80-81) explicita que "A rotina cotidiana oculta diferentes faces do desrespeito sofrido pelos usuários nas triagens, nas entrevistas, nas idas e vindas em várias instituições, até ser atendido, na invasão de sua privacidade, na moralização de suas atitudes."

A relação de poder que se estabelece nas mediações entre instituições, usuários e assistentes sociais é reflexo de um solo culturalmente construído sob os interesses do poder. Como explicitado no primeiro capítulo, o poder econômico está intimamente ligado com o poder político, e esse com o poder social, que está conectado ao poder econômico, formam uma tríade de interesses compartilhados aos ditames do capital.

O Serviço Social participa dessa relação conflituosa, na contramão dos interesses do projeto hegemônico do Estado neoliberal. A direção social articulada ao compromisso ético-político da categoria movimenta e articula novos caminhos para responderem às demandas sociais, na promoção dos direitos e construção de outra sociabilidade.

Na realidade, permeada de conflitos de interesses, o assistente social é desafiado a apregoar os direitos sociais às necessidades da população usuária dos serviços sociais. Nesse caminho, os sujeitos de pesquisa apontam para as relações de poder e o jogo de interesses caudatário do processo histórico brasileiro. A categoria de análise — relações de poder —, que surge para análise foi tratada por todos os sujeitos nas entrevistas. Destacam-se as falas de *Silvia*, *Carolina* e *Rosa* (sujeitos de pesquisa):

Ela [a ética] se reproduz a partir das incidências cotidianas mesmo. Ela é o tempo todo colocada em xeque pela própria sociabilidade que nós vivenciamos. E fazer uma afirmação ética, dentro da sociabilidade que nós temos, ela requer a questão da associação do cotidiano profissional, do exercício profissional cotidiano, das exigências institucionais, da reprodução ideológica do capital (Silvia, sujeito de pesquisa).

Eu acho que este nosso agir ético vai se dar na sociabilidade. Devido a própria instituição, a relação de poder, é compreender o que está posto e como a gente pode agir para ser coerente com o que o Código de Ética determina hoje (Carolina, sujeito de pesquisa).

Na relação do dia a dia a gente percebe o quanto é fácil falar, porque em vários momentos eu me questioneei sobre a minha conduta, se não estava sendo ética. Eu estava tentando ser coerente com o meu Código de Ética e durante o atendimento ficou claro os meus princípios profissionais. O meu princípio é que eu não iria atuar no bloco de interesses nos quais eu trabalhava (Rosa, sujeito de pesquisa).

Apreende-se nas falas citadas como os sujeitos de pesquisa relacionam a ética ao agir ético em seus processos de trabalho em meio às relações de poder que se estabelecem nas instituições. O agir ético no cotidiano profissional está condicionado ao desafio de instituir seus princípios éticos sustentados pelo Código de Ética e as determinações institucionais que se movem numa direção contrária.

Embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na condução de seu trabalho — o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional — os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detêm o poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização — salário, jornada, ritmo e intensidade de trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento — o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. (IAMAMOTO, 2008b, p. 182).

A análise realizada demonstra que os valores éticos profissionais presentes no cotidiano vão de encontro às condições materiais e ideológicas das instituições, reafirmando o embate entre os projetos sociais que se formam nas relações sociais (econômicas, políticas e culturais) e também nas contradições das relações de trabalho.

Esta tensão remete ao que eu, enquanto assistente social, posso e quero fazer — logo, refere-se ao meu desejo e à minha adesão aos compromissos profissionais —, e por outro lado, àquilo que devo fazer como algo parametrado coletivamente pelo projeto ético-político da categoria. (PAIVA; SALES, 2003, p. 179).

Compreende-se que é no campo das tensões que o assistente social avança para uma direção social contrária ao posicionamento hegemônico neoliberal. Momento que emergem as mediações repletas de intencionalidades, compromissos e coletividade, ações práticas e políticas no campo da totalidade, pois a ética permeia todas as relações em que o homem está presente e nela desenha sua história.

Sales (1999) ao tratar da ética faz uma metáfora comparando-a a uma moeda. Para a autora a ética representa dois lados de uma moeda, cara e coroa, ao mesmo tempo em que está inscrita no processo de luta e reivindicação de direitos, reproduz processos individualistas e excludentes. E é nesse terreno, formado por objetivações, tencionado de resistências que está à possibilidade dos movimentos sociais e coletivos contraporem aos interesses hegemônicos da classe dominante.

Nesse solo fértil de possibilidades o assistente social desenvolve suas habilidades e competências visando uma direção coletiva, pois seu trabalho extrapola o individualismo liberal, alcançando os sujeitos coletivos.

Anunciar o trabalho profissional e a materialização dos princípios éticos é reconhecer que esse movimento é repleto de desafios, pois os princípios elencados no Código de Ética profissional de 1993 trazem em seu bojo valores humanistas e um caráter político de cunho contra-hegemônico aos denodados do capital.

A materialização dos princípios éticos profissionais está no próprio cotidiano profissional, seja nas intervenções, mediações e debates políticos, como também no processo de formação profissional. Nos últimos 30 anos a profissão vem articulando novas posturas a realidade social, mesclando intencionalidade a ações concretas, produzindo um novo caminho para a efetivação dos direitos sociais, para a emancipação política, criando estratégias para uma nova sociabilidade.

Regado de um acúmulo teórico-metodológico e técnico-operativo, o cariz ético-político que se consubstancia na profissão representa uma nova dimensão, oposta ao conservadorismo e ao tradicionalismo que alimentaram a perspectiva profissional em suas protoformas. O Código de Ética profissional representa na atualidade (2012) um aporte legal para o enfrentamento das expressões da questão social, suas formas materiais e espirituais, que se manifestam na realidade.

Os espaços de intervenção profissional absorvem essas expressões e em forma de demandas são apresentadas ao assistente social, que é exigido resolutividade, competência técnica e aprimoramento intelectual.

Para os sujeitos de pesquisa a materialização dos princípios do Código de Ética reflete uma realidade repleta de desafios, mas também de possibilidades. *Marta* (sujeito de pesquisa) aponta:

A materialização dos princípios profissionais não é uma tarefa individual. Ela é uma tarefa coletiva da própria profissão, dos trabalhadores em geral, e dos usuários em geral. Mas naquilo que é possível de construir, de

pavimentar caminhos, materializar o Projeto Ético Político nesta dimensão que a gente tem de ética conceitual, filosófica, legal e política de direção, eu acredito que é a adesão aos valores desta classe trabalhadora a qual nós fazemos parte, adesão que proporcione, propicie a este profissional, a você, ao colega, eu mesmo, como assistente social, eleger estes valores como valores éticos fundamentais na direção da construção de uma nova sociabilidade.

Para o sujeito de pesquisa, a materialização dos princípios éticos só é possível se apreendidos e absorvidos de forma coletiva, o que demonstra uma visão de que o projeto profissional em construção requer a participação de todos os sujeitos, pois sua legitimação "[...] não depende somente da categoria profissional, mas do conjunto das forças sociais democrático-populares." (BARROCO, 2006, p. 207-208). Os valores destacados pelo Código de Ética ultrapassam o caráter de categoria e classe, o que permite projetar para uma nova sociabilidade, mas é relevante que o conjunto profissional compartilhe dessa direção, legitimando os valores humanista crítico elucidados no Código, além dos processos de trabalho e nos processos políticos, pois as determinações ético-política da profissão avançam para "[...] as dimensões ética, política, intelectual e prática, na direção da prestação de serviços sociais." (BARROCO, 2006, p. 205).

As considerações tecidas por autores como Barroco (2008; 2012); Forti (2010); Brites e Sales (2007) trazem à tona a materialização da ética profissional a partir da relação entre o debate teórico, ídeo-político e a ação concreta dos profissionais. Ressalta-se que *Carolina* (sujeito de pesquisa) ao destacar o processo de materialização dos princípios éticos aponta que:

Eu acho que se materializa o nosso agir ético por meio do cotidiano, em cada atendimento, de cada debate, porque a gente fica muito na questão da "ação". Embora não há dicotomia entre teoria e prática, mas a gente se afasta muito do debate teórico. E esta é uma coisa que eu acredito que não deva acontecer. E faz parte do meu compromisso ético, também, eu estar participando deste debate.

O sujeito de pesquisa ilustra a relação que emerge no cotidiano profissional entre a ação, o agir ético e o debate teórico como relação teoria-prática, negando a dicotomia entre essas categorias. Ela se posiciona a favor da participação da categoria nos espaços de debates, momento de construção e legitimação dos valores éticos, sociais e políticos.

Os valores éticos se objetivam mediante posicionamento e ações práticas e seu conteúdo é resultado da escolha e decisão de um sujeito coletivo: a categoria profissional, daí a importância da reflexão ética coletiva que busque desvelar o significado e fundação dos valores, da discussão que elege os princípios, valores e normas orientadoras da ética profissional configurada no Código de Ética. (BARROCO, 2012, p. 76).

A relevância em participar dessa construção é de legitimar a profissão e seus princípios nos espaços coletivos, tecendo no cotidiano estratégias e possibilidades que avancem para além da imediatez das demandas sociais; articulando com outros sujeitos e projetando a profissão para o debate político mais genérico.

Nesse momento a fala de Rosa (sujeito de pesquisa) trouxe outros elementos relevantes para a pesquisa. Ao ser questionada sobre a materialização dos princípios éticos respondeu:

A materialização dele eu acredito que seja através do posicionamento da categoria. Pelo menos o que eu tenho comigo, é que ele não se materializou 100%. Porque o conservadorismo não acabou. Porque ainda há compromissos profissionais diferentes.

O sujeito de pesquisa indica que a materialização dos princípios éticos do Código em vigência ainda não são totalmente materializados, devido a permanência do conservadorismo na profissão. Paulo Netto (2008, p. 156), ao refletir sobre o projeto profissional em construção, orienta:

[...] a ruptura com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras, a heterogeneidade própria dos corpos profissionais propicia, em condições de democracia política, a existência e a concorrência entre projetos diferentes.

A presença do conservadorismo na profissão indica que outros projetos são desenvolvidos no cotidiano profissional, com valores e objetivações diferentes. Na mesma direção, Forti (2010, p. 145) aponta:

[...] como qualquer outra categoria profissional, os profissionais do Serviço Social têm diferentes projetos (ético-políticos) que objetivam a direção social na profissão. Isso corresponde, em certa medida, aos diferentes segmentos em luta no espaço societário, aos diferentes projetos ideológico-políticos existentes na sociedade.

Os diferentes caminhos ídeo-políticos assumidos pelo corpo profissional brasileiro reafirma os desafios para a materialização dos princípios ético-políticos profissionais, assim como a efetivação de um projeto profissional realmente hegemônico e homogêneo. Tal direção não está presente apenas no campo teórico e ideológico, mas na materialidade do trabalho profissional, nos desafios apresentados aos profissionais nas condições objetivas e subjetivas do trabalho.

Os profissionais são convidados a enfrentar diariamente as condições de precarização das condições materiais de trabalho, o que leva a refletir na força de trabalho e em seu produto. Diante do debate crítico que se destaca na contemporaneidade para um trabalho que promova os direitos sociais, que preserve a qualidade dos serviços sociais, está ameaçado sob os holofotes do capital e de sua lógica de mercado, produtor e reproduzidor de valores de troca e consumo.

Esses desafios presentes nos processos de trabalho do assistente social devem ser elucidados desde o processo de formação profissional, pois esse é o primeiro momento de aproximação dos valores ético profissionais com os futuros assistentes sociais. Momento em que os valores pessoais dos sujeitos (alunos) são deparados com os princípios ético-políticos profissionais. Assim, "A materialização do Código de Ética supõe uma capacitação que se inicia durante a formação profissional, nos cursos de graduação, estendendo-se para outros estágios." (BARROCO, 2012, p. 101).

O processo de formação profissional foi citado por todos os sujeitos de pesquisa ao se posicionarem sobre os desafios para a materialização dos princípios éticos profissionais. Destacam-se as falas de *Marta, Silvia e Helena* (sujeitos de pesquisa):

Eu compreendo que hoje, a ética se circunscreve na formação profissional a uma disciplina que não é transversal, não perpassa por outras disciplinas, como uma fonte que eu vou lá, busco o conhecimento e acabou. Eu aprendi ética, eu sou ético, a partir do momento que eu tive a disciplina. E isso torna-se perigoso porque este aluno hoje, que está em formação e será um assistente social amanhã, enquanto profissional que vai intervir na realidade, ele vai ter dificuldades e barreiras em todas as ações profissionais dele. Desde as menores, até as maiores. E isso pode ser um elemento que nos impossibilite de pensar em um futuro diferente. Em uma sociedade diferente, e, conseqüentemente, no processo de materialização do nosso projeto profissional (Marta, sujeito de pesquisa).

A questão ética no serviço social, os valores contidos, os princípios contidos Código de Ética, na verdade, eles orientam o projeto ético-político do Serviço Social. E, na verdade, o projeto ético-político é o foco destes

valores e ele se materializa no cotidiano profissional, diante de limites. Esses limites estão intrínsecos às vezes à própria formação profissional do sujeito, esses limites são impostos dentro dos limites institucionais e em outra esfera macro, dentro de uma perspectiva de totalidade, ele está ligado à perspectiva da sociabilidade burguesa. (Silvia, sujeito de pesquisa).

Claro que isto não é regra, mas eu tento pensar nesta formação mais voltada para a discussão real sobre o tema, mas se a gente conseguisse que o aluno tivesse uma atenção maior sobre o que ele pode determinar na vida do seu usuário e no reflexo da sua atuação profissional, esse seria o ideal. Primeiro essa questão da formação e uma formação que eu acho que fica pensada na consideração das dificuldades do aluno no processo de formação. Independente da modalidade, ou se é público ou privado, há a dificuldade em saber interpretar, em saber ler. E eu acho que é preciso haver uma transformação. Fazer este resgate e entender o que está neste Código de Ética e, lógico que o que está nele é importante, mas é necessário interpretar (Helena, sujeito de pesquisa).

Ao trazer à tona o debate do processo de formação profissional surgem categorias essenciais para análise, como a transversalidade da ética nas disciplinas, limites na formação, dificuldades em interpretar o Código de Ética para além da letra da Lei. Outras categorias são elencadas nessas falas para o processo de trabalho e suscita análise, tais como limites e o desafio de projetar outra sociedade.

O processo de formação na atualidade passa por um momento de grandes impasses, regulado ao interesse do capital, a educação superior no Brasil apresenta um contínuo desajuste na viabilização da coisa pública, partindo da compreensão da educação como política pública, que se encontra num processo de desmantelamento considerando o atual contexto político de privatização e mercantilização das políticas sociais, pois, "[...] nos últimos governos, a política tem sido a de imprimir uma lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira, estimulando a sua privatização." (IAMAMOTO, 2008a, p. 433).

As universidades desenvolvem formas mercantilizadas de ampliar o número de cursos, adaptando os projetos políticos pedagógicos (PPP) às novas modalidades, aqui destaca o ensino à distância, que fez aumentar em números consideráveis os cursos de Serviço Social em todo Brasil. A precarização da educação universitária no atual contexto é reflexo de um governo interessado em ampliar o número de alunos inseridos, mas pouco focado na qualidade e nos elementos básicos para uma formação de nível superior, como a tríade ensino-pesquisa-extensão.

Todo esse conjunto de elementos que formalizam a educação superior no Brasil acentuam a fragilização da formação profissional, opondo-se àquilo que se

espera na formação universitária, ou seja, voltada aos interesses coletivos da sociedade, na construção de novos conhecimentos e novas tecnologias e a superação das necessidades sociais. Ao contrário, o que se vê é:

A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às 'demandas flexíveis do mercado' que estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às 'normas do mercado', parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social. (IAMAMOTO, 2008a, p. 441).

O produto dessa massificação é a formação de profissionais com conhecimento fragilizado diante da própria realidade, voltados para as práticas imediatas, não conseguindo alcançar a totalidade ao qual o usuário, a categoria profissional e outros sujeitos estão imersos.

As diretrizes gerais para os cursos de Serviço Social aprovadas em 1996 trazem em seu bojo elementos culturais, econômicos, históricos, políticos e sociais da sociedade brasileira para direcionar a formação profissional. Esses elementos estão condensados nos núcleos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Os princípios que fundamentam as diretrizes gerais propõem a formação de competências, compromissos e habilidades técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, permitindo a apreensão da totalidade.

Partindo dessas considerações, a ética está presente em todos os núcleos, no estudo das manifestações das classes subalternas, nas dimensões e competência ético-políticas.

Com isso a ética está transversal para todos os Núcleos de Fundamentos que direcionam os projetos políticos pedagógicos (PPP). As faculdades de Serviço Social devem ter como norte para a construção do PPP as diretrizes gerais e curriculares para os cursos de Serviço Social, mas têm autonomia para elaborar seus currículos, atendendo particularidades regionais. Desta forma, o componente curricular Fundamentos Ético-Políticos pode estar distribuído apenas em uma disciplina de ética dentro da grade curricular.

Mas a reflexão do sujeito de pesquisa aponta para a ética como elemento transversal em todas as disciplinas, não sendo específica para uma única disciplina. Nessa direção, Aguiar (2003, p. 119) assinala:

De certa forma, esta perspectiva tem levado a profissão à compreensão de que a ética é um elemento constituinte, constituído e constitutivo do processo de formação profissional, pois respalda e subsidia as disciplinas teóricas e metodológicas, evitando a separação, mais ou menos natural ao Serviço Social, entre o Código e o agir profissional e entre a ética e a postura profissional.

A ética está presente e deve ser evidenciada em todos os momentos da profissão, desde a formação aos processos de trabalho, constituindo a construção das competências profissionais e habilidades diante do processo mutável que se move a realidade.

A ética não se esgota numa única forma de trabalho e formação, ela está compreendida nas mediações que emergem nas histórias das sociedades, como momento de reflexão daquilo que é concreto, material, prático — a moral. Sua aproximação às profissões condensa as relações de trabalho de possibilidades e compromisso ético-político com a humanidade. A direção da ética na atual sociabilidade apresenta-se por vieses diferentes. Ela pode ser utilitária ao corporativismo e suas formas unilaterais de ação voltada ao interesse privado; ter um cariz humanista com direção social ao coletivo; ser fonte de reprodução para as formas ideológicas do capital.

Assim, diante da diversidade que a ética pode apresentar-se na realidade, é necessário que o profissional do Serviço Social esteja engajado às transformações e caminhos tecidos pelos homens na sociedade. A aproximação do Serviço Social a ética está além do Código de Ética, pois a profissão como produto das relações sociais engendradas na sociedade é composto por seres humanos e como tais tem seus valores construídos ao longo de suas vidas.

O Código em tela é um norte para os assistentes sociais, composto de valores e pressupostos teórico-prático que,

[...] se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem são finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história (BARROCO, 2012, p. 53).

Como citado por *Helena* (sujeito de pesquisa), os assistentes sociais tem que interpretar o código, desvelar os valores e fundamentos nele contidos. Aguiar (2003, p. 118) elucida que,

[...] é preciso saber traduzir, na prática, as estratégias para a viabilização deste compromisso, uma delas está no conhecimento filosófico como ponto de partida para a compreensão da origem dos determinantes políticos, sociais e econômicos, pois implicam intencionalidades e, estas, ética e valores.

Sánchez Vázquez (2011) compartilha com a autora ao tratar a ética do aspecto filosófico, mas compreendendo que as concepções teóricas materialistas, as psicológicas e econômicas também mediatizam a ética como categoria elementar do homem em sociedade, partindo da análise que ela é mutável na história e que permeia as relações culturais, sociais e políticas; não sendo vista apenas num prisma, mas como e na totalidade.

Os limites e desafios éticos apresentados aos assistentes sociais se acentuam com as relações institucionais, como citado anteriormente, pois os órgãos contratantes desses profissionais podem não compartilhar da direção social tratada no projeto político da categoria. Tão como heterogêneo é a própria profissão, os projetos profissionais que se mesclam na sociedade têm vertentes diferentes, compondo assim uma multiplicidade de projetos sociais e profissionais.

Os organismos contratantes exigem do profissional conhecimento generalista, constante aprimoramento intelectual e tecnológico, criatividade, eficácia e eficiência. A constante capacitação profissional é responsabilidade ética traduzida no Código em estudo como um dos princípios fundamentais. A capacitação e ou formação continuada permite que os assistentes sociais estejam próximos dos debates atualizados da categoria e outras políticas. Observa-se que a capacitação profissional não atende apenas os interesses mercadológicos do capital, mas também aos interesses e compromissos com os usuários dos serviços sociais e a qualidade desses.

Em meio às tensões e resistências, os assistentes sociais, compondo a classe trabalhadora, são peças do xadrez, soldados que o capital avança ou elimina do tabuleiro da sociedade, reproduzindo os interesses e mantendo as relações de produção para o consumo extremo. Pois, ao mesmo tempo em que a direção social orquestrada pela categoria profissional projeta as formas objetivas e subjetivas para o trabalho profissional, essa categoria produz e reproduz os interesses do capital e suas formas de produção material.

[...] as condições institucionais, seus programas, normas, regulamentos e, sobretudo, as prática cotidiana, muitas vezes, denotam a reprodução e afirmação dos valores do capitalismo, que se contrapõem aos princípios e normas do Código de Ética do assistente social, ficando o profissional impossibilitado de alterar a correlação de forças no âmbito institucional para determinação de qualquer alteração de sua estrutura, seja em relação aos procedimentos do seu trabalho, seja em relação aos programas relativos aos usuários. (TERRA, 2012, p. 185).

Considerar tais prerrogativas não é negar a autonomia (relativa) do profissional e sua possibilidade de mudar as relações que transitam no cenário de trabalho. Das competências e compromissos que mobilizam a categoria profissional e exige estratégias para os processos de trabalho, a autonomia mesmo que relativa, tenciona as ações profissionais no campo dos limites e possibilidades. Espera-se que os profissionais, de forma coletiva, articulem no cotidiano profissional suas habilidades, atribuições e competências como forma de mover e construir nos espaços de trabalho um solo fértil para suas ações e mediações políticas. Terra (2012, p. 154), ao tratar da autonomia profissional, explicita que,

[...] a garantia da autonomia não é tarefa isenta de dificuldades, pois as relações de poder impedem, muitas vezes, que ela seja exercida de forma irrestrita, porém é condição ética que deve ser buscada e construída cotidianamente, envolvendo competência, embasamento teórico, habilidade, atitude, firmeza e determinação nas escolhas.

Desta forma, a autonomia profissional prevista no Código de Ética deve compor os valores que os profissionais coadunam cotidianamente nos processos de trabalho, reafirmando os valores esboçados no projeto profissional, materializados nas mediações profissionais.

Ao tecer as considerações dos sujeitos de pesquisa, foi explicitado sobre o desafio de projetar outra sociedade, como citado anteriormente. Mas é relevante destacar que todos os sujeitos de pesquisa, ao serem questionados sobre o desafio para a materialização dos princípios éticos do Código de Ética e com isso sua projeção para o projeto ético-político, elencaram que a atual sociedade capitalista neoliberal é o maior desafio. Destacam-se as falas de *Marta* e *Silvia* (sujeitos de pesquisa) para análise:

Nós temos determinações inerentes da própria sociedade capitalista, da sociedade atual, que muitas vezes, ou a maioria das vezes nos impossibilita de acessar a esta condição de comprometimento para vencer os desafios (Marta, sujeito de pesquisa).

Eu não vejo a possibilidade da materialização efetiva dos princípios éticos dentro de uma sociabilidade burguesa (Silvia, sujeito de pesquisa).

A sociedade capitalista, a partir da política-econômica neoliberal adotada no século XX, especificamente no Brasil, acentuou nas relações sociais a contradição eminente desse sistema. O capitalismo imprimiu na sociedade seus valores e perspectivas reproduzindo nas classes sociais sua ideologia; estrutura e superestrutura consubstanciam os interesses majoritários do capital.

No mundo do trabalho (ANTUNES, 2006), as refrações da política econômica neoliberal massificaram de forma precisa as desregulações das políticas para a classe trabalhadora, orquestrou os avanços tecnológicos e a desproletarização¹⁸ e a subproletarização¹⁹ dessa classe.

A atual sociabilidade é conduzida por valores antagônicos, projetos sociais distintos que se chocam, por serem compostos por classes sociais. Várias mediações são impulsionadas, outras retraídas, movem-se no cotidiano e nele compõe a realidade complexa e contraditória. "Os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas." (PAULO NETTO, 2008, p. 143).

Recorre-se a Guerra (2007, p. 9) para compreender o projeto neoliberal e a perspectiva do capitalismo:

No momento atual, o projeto neoliberal, que é o projeto do grande capital, o qual almeja suprimir tudo o que limita o livre desenvolvimento/valorização do capitalismo, tem sido a proposta que sustenta os processos de privatização e mercantilização da vida social no capitalismo tardio. Para tanto, o neoliberalismo tem investido no enfraquecimento dos movimentos sociais, trabalhistas, sindicais, de modo que sua ascensão vem em razão direta à regressão e fragilidade das formas de organização dos trabalhadores via sindicatos, partidos e outras instituições democráticas.

O viés adotado pelo projeto neoliberal destaca as inflexões do capitalismo e as formas (des)regulatórias para a classe trabalhadora. Formando um cenário de resistência e rebeldia, a classe trabalhadora é desafiada a articular novos projetos, compostos por sujeitos coletivos, representam a correlação de forças que se

¹⁸ Desproletarização: substituição do trabalho humano pelo tecnológico (máquinas).

¹⁹ Subproletarização: o trabalhador enquanto exército industrial de reserva

moldam numa direção social de interesses e ações, pois ideológico e político, permite um conjunto de mediações.

O assistente social, como integrante da classe trabalhadora, presencia todas as transformações na sociedade brasileira nos últimos 70 anos. Experimenta as inflexões e injunções do capitalismo e suas formas de coerção e consenso. Mobilizada e reorganizada, a categoria profissional nos últimos 30 anos, articula novas propostas de trabalho, adotando uma nova postura diante da realidade e a sociedade, avançando no fundamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político compondo assim um projeto ético-político profissional com uma direção social definida.

Compreende-se a fala dos sujeitos de pesquisa destacados partindo da premissa que o capital organiza as formas materiais e espirituais das relações sociais, influenciando os sujeitos coletivos e a organização da sociedade e do mundo do trabalho. Reproduzindo as objetivações concretas, introduzindo nesses sujeitos a necessidade de pertencer e reproduzir à lógica do consumo. O ter é predominante na cotidianidade, enquanto o ser é descartável aos impulsos da lógica do capital.

Os projetos profissionais representam o conjunto de valores, diretrizes éticas e políticas, conhecimento teórico, referências metodológicas que postulam a direção social de determinada categoria (GUERRA, 2007). No Serviço Social, o projeto ético-político (PEP) está em construção desde meados da década de 1960, concomitante ao Movimento de Reconceituação, e que num processo de renovação mobilizou a categoria e órgãos representativos na edificação dos parâmetros legais que sustentasse a direção social que se construía.

Formado por valores éticos e políticos, por diretrizes e metodologias que condensam as competências profissionais, e regado de historicidade e consciência crítica frente a realidade e suas manifestações, o PEP representa um conjunto de intencionalidades, propostas e intervenções que compõe as mediações realizadas nos vários espaços de atuação profissional e de movimento político.

Num contexto de aproximações sucessivas, o trabalho profissional é posto diante dos limites e possibilidades de desenvolver ações que permitam avançar a imediatez, ultrapassando as barreiras organizacionais e legais. Com isso, ao assistente social é exigido que seja,

[...] um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO, 2008b, p. 171-172).

O projeto profissional apresenta uma correlação de forças que são esteadas na própria história da sociedade e na luta de classes. Não homogêneo, mas hegemônico, está alicerçado em pressupostos teóricos, metodológicos, éticos, políticos, ideológicos, técnicos e operativos, que esboçam o conjunto dos valores e direção social da maioria dos profissionais.

Com a perspectiva teórica crítica, o PEP endossa o pluralismo na profissão, conforme citado no Código de Ética profissional de 1993. O pluralismo teórico nos dizeres de Iamamoto (2006) deve traçar a mesma direção que o conjunto da categoria preconiza, ao qual não deve ser confundido com ecletismo.

O PEP do Serviço Social é considerado como projeto societário, pois apresenta como finalidade a emancipação política da sociedade, ou seja, não traz em seu cariz político apenas intenções e intervenções para a categoria, mas sim para toda a sociedade. Abramides (2007, p. 36) destaca:

O projeto profissional se vincula a projeto societário emancipatório ancorado em instrumentos jurídicos, expressão das referências teórico-metodológicas e ético-políticas, que sustentam a direção sociopolítica do projeto de formação e exercício profissional que se encontra alicerçado nas determinações sócio-históricas da realidade.

O desafio de legitimar o PEP torna-se ainda maior ao projetá-lo nessa amplitude que se almeja. Relevante destacar que é nos desafios que as propostas são elucidadas, assim nesse emaranhado de limites encontra-se o celeiro do conhecimento e do compromisso profissional, regado de possibilidades e desejos de avançar num processo contínuo e infindável de transformações, e o desejo de amanhecer numa outra sociabilidade numa direção ética realmente humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética nas considerações desse trabalho é apreciada como uma objetivação do homem, como parte da práxis social que acontece no campo das mediações. Assim considerada por permear as dimensões sociais, culturais, políticas, e regada de valores históricos e mutáveis. Como capacidade eminentemente humana ela projeta valores diante de uma realidade concreta, prática — a moral.

Num movimento dialético, ética e moral, expressam o conjunto de aproximações sucessivas que juntamente a outras objetivações formam a totalidade. Categoria que representa toda a realidade e seus complexos que num movimento contraditório, produzem e reproduzem, afirmam e negam, as condições materiais e espirituais dos homens.

Presente em toda história, dos apontamentos da Grécia antiga até a contemporaneidade, a ética e a moral compõe as relações entre os homens. Como elucidado pelo pensamento socrático, o logos aristotélico, o ser supremo de Tomás de Aquino, pela crítica à razão kantiana, pelo materialismo, nesse último elucida-se as categorias historicidade e totalidade, a ética é compreendida como a reflexão dos valores que emergem dos atos morais, ações concretas que em seu espaço e tempo expressam as condições dos homens enquanto ser ético, ser livre.

Diante das escolhas possíveis, o desafio do homem de se reconhecer enquanto ser livre e ser ético perpassa as construções históricas materializadas nas objetivações dos próprios homens por meio das mediações. As mediações emergem nas relações sociais, aqui entendidas nas dimensões econômicas, políticas e culturais, momento em que o ser social enquanto sujeito partícipe da sua própria história objetiva-se, construindo sua própria realidade a partir da sua capacidade de idealizar o produto de sua ação, o pôr teleológico.

A ética como parte de uma práxis social move-se nas dimensões da vida humana, consubstanciada por categorias tais como a liberdade, a necessidade, o trabalho, engendra-se num contexto complexo e contraditório, pois como capacidade humana, é tomada por diferentes vieses. Reproduzindo a ideologia dominante do ter sob o ser; provocando o reconhecimento do ser social enquanto sujeito histórico e de direito; traçando as rupturas ou reprodução da visão de homem e mundo, a ética está presente na realidade dos homens e para os homens, na relação entre esses, na individualidade/necessidade do eu e do coletivo. A ética perpassa, avança e

retrocede diante das condições objetivas e subjetivas que emergem na mediação. O movimento que avança para a particularidade (do singular para ao universal e vice-versa) compõe o processo de construção-desconstrução-reconstrução, contínuo e mutável, que compõe a história do homem em sociedade.

Assim, abordar a ética é necessário e pertinente diante do atual contexto econômico, político e social. Relevante se faz reconhecê-la nas dimensões da filosofia, das ciências sociais, da história, das dimensões humanas, pois somente assim a ética será apreendida em sua totalidade.

A ética profissional apresenta-se nesse contexto como fundamental para legitimar os direitos e deveres das categorias profissionais. Como elucidado nesse trabalho, a ética profissional está para determinadas categorias em que seus trabalhadores lidam diretamente com vidas humanas. Isso faz com que o compromisso dessas profissões tenham um grau de responsabilidade para com a sociedade, pois o produto de seu trabalho está diretamente relacionado a um ser social, histórico e de direitos. Direitos esses muitas vezes violados pelo próprio sistema capitalista.

Considerando a ética frente às crises cíclicas do capital e seus rebatimentos na sociedade global, ela torna-se objeto de possibilidades e ideação. Com os dizeres de Sánchez Vázquez (2011), o ato moral e a ética só podem ser analisados em seu tempo e espaço, por isso a necessidade de reflexões e construções científicas sobre a ética.

Reportando ao contexto brasileiro, as crises dos últimos governos trouxeram à tona a corrupção e a criminalidade no poder público. O Estado em crise foi alvo de sonegações, roubos, rombos nos cofres públicos. A população, como se fosse um dos últimos suspiros, manifestou-se. Os caras pintadas foram para as ruas, e com o impeachment do ex-presidente Collor a população acreditou que estaria no poder e que o Estado seria conduzido sem corrupção. Mas novos arranjos governistas mostraram, mais uma vez, que as crises do Estado são cíclicas, assim como a do capital, reacendendo a crise ética no Estado; e ainda que o poder econômico e o poder político mantém uma relação íntima e soberana.

Mas a população não articulou um movimento como o de 1992, débeis e virtuais, a população organizou sua manifestação contrária as corrupções do Estado por meio de novos arranjos de comunicação, poucos grupos utilizaram do poder de

expressão pelas ruas para questionar e expor a angústia e decepção pela violência sofrida nos últimos anos.

No último ano (2012), a população deparou-se com uma postura ética do próprio Estado contra a corrupção de parlamentares e partidos políticos que usaram da máquina pública para se beneficiarem. Os valores éticos e o ato moral foram questionados, a população acompanhando todo o processo pedia por justiça. O resultado do processo trouxe à tona uma nova esperança para a população. Seriam os valores éticos coletivos sobrepondo aos valores individuais?

Os desafios estão presentes e lançados à sociedade, exigindo de cada grupo, de cada indivíduo seu compromisso com aquilo que é público, para realmente torna-se público. Aqui, as palavras Tonet (2009) soam e explicam todo esse movimento, para o filósofo, a crise se dá nas relações materiais, na produção de riqueza, mas há uma reciprocidade entre a raiz da crise e outras dimensões da vida, como a política, o direito, a educação, a ciência, são dimensões que constituem e são constitutivas da vida humana, e que sofrem todos os reflexos das crises do capital. Com isso, compreende-se que "[...] a degradação cada vez maior da vida humana, em todos os aspectos, é uma consequência inevitável da reprodução do capital." (TONET, 2009, p. 111).

O Serviço Social²⁰ nesse contexto é desafiado a responder às necessidades coletivas, traçar numa direção ético-política o caminho que promova a emancipação política. Como produto da história da sociedade capitalista, o Serviço Social está em meio às contradições e nelas tece suas mediações, ações concretas regadas de conhecimento e compromisso ídeo-político.

O Serviço Social diante do processo histórico de contínuas transformações articulou, modificou-se para atender a realidade de cada momento, participou do cenário político e suas reivindicações. Construiu nesses aproximados 70 anos um acúmulo teórico e desenvolveu habilidades metodológicas e técnico-operativas que possibilitam os assistentes sociais a responderem as exigências da sociedade.

Neste cenário, em que as demandas sociais são absorvidas pelas instituições (governamentais, não-governamentais, privadas lucrativas), o profissional está em constante enfrentamento para a promoção dos direitos sociais, na qualidade dos serviços sociais e no movimento junto à luta de classes. A consciência enquanto classe trabalhadora provoca nesses profissionais o despertar da necessidade de mudanças

²⁰ Observa-se que este desafio está para outras profissões, que compartilham do processo de transformação social.

significativas na realidade e também acender junto aos usuários dos serviços sociais a consciência crítica frente o atual cenário sócio-político. Preza-se pelo reconhecimento desse usuário enquanto sujeito de direito e assim se autorreconhecer.

O Código de Ética de 1993, especificamente seus princípios fundamentais, objeto de estudo dessa pesquisa, são resultados de um acúmulo teórico-metodológico e ético-político fundamentado a partir da Teoria Crítica. Com as mudanças no cenário nacional, crises éticas e a não fundamentação teórica do Código de Ética de 1986, a profissão e seus órgãos representativos depararam com a necessidade de rever o código de ética. Essa mudança representou para a profissão um avanço nos deveres e direitos para os profissionais e ainda elencou aquilo que está vedado frente a relação com usuários, a categoria e as instituições.

Seus princípios fundamentais comportam uma direção social da profissão almejada no compromisso com a classe trabalhadora e os sujeitos coletivos, pois tratam de valores além da divisão de classes sociais. Reconhece-se que grupos vulneráveis ou subalternos, pertencentes a classe trabalhadora estão citados como sujeitos que adensam os usuários do Serviço Social.

Os princípios fundamentais tratados no Código de Ética em tela e os valores e fundamentos teóricos neles contidos, permitem uma vasta leitura e análise, pois transitam por todas as esferas sociais, pois a direção adotada pela categoria em seu projeto ético-político ultrapassa a profissão, toma dimensões ainda maiores.

Tomando a liberdade como categoria central desses princípios, observa-se que sua legitimação está sempre colocada entre impasses e limitações. Compreendendo a liberdade como capacidade do homem em, diante das escolhas possíveis, realizar suas objetivações, considera-a como fundamental para o despertar da consciência desse homem, de se reconhecer como sujeito coletivo e de direitos, ser social por estar e pertencer a uma sociedade e nela dispor de condições e possibilidades de sanar suas necessidades (além das necessidades do eu).

Diante dos desafios éticos apresentados na realidade social e institucional apontados pelos sujeitos de pesquisa, vários elementos foram destacados. Partindo da compreensão dada pelos sujeitos de pesquisa sobre o que vem a ser ética, observa-se que os sujeitos que tiveram as falas analisadas apontam para o campo da reflexão, da práxis social, da totalidade. Tais categorias elencadas foram analisadas sendo respaldadas por um aporte teórico pertinente para o Serviço

Social. Das falas em análise, um sujeito não conseguiu definir a categoria ética sem desvinculá-la da profissão.

Com a direção dada na pesquisa respeitando o direito do sujeito em participar ou não da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento dela, observa-se que discutir sobre ética é algo que desafia os profissionais. Apesar do recorte em que a maioria das análises permitiram uma fundamentação coerente com a perspectiva teórica adotada nesse trabalho e condizente com o projeto ético-político, deparou-se com a dificuldade de alguns profissionais discutirem sobre a ética, tendo uma fundamentação teórica para sustentá-la.

Essa fragilidade de discutir sobre a ética pode estar relacionada ao processo de formação profissional, conforme elucidado por alguns sujeitos de pesquisa. A relação desta fragilidade com a formação profissional pode ser elencada pelo currículo adotado pela faculdade, dispondo a discussão da ética apenas em uma disciplina, enquanto o tema deveria ser transversal, conforme tratado nesse trabalho e assinalado por um dos sujeitos de pesquisa.

A formação continuada surge como possibilidade de romper com ranços conservadores e tradicionalistas presentes na profissão, tanto no aspecto teórico como no exercício profissional. Essa formação permite que os profissionais estejam engajados nos debates políticos da profissão e outras dimensões, além de suprir em certos casos a deficiência de alguns conteúdos da formação profissional (graduação).

Avançar nesse desafio está além, é claro, de fazer um curso de formação continuada, pois o compromisso profissional diante do constante aperfeiçoamento é algo inerente do profissional, pertence a ele, ao desejo e condições, mesmo que os princípios fundamentais do código indiquem como essencial esse constante aprimoramento intelectual, muitos profissionais estão cerceados as condições matérias e objetivas da realidade.

Apontar o sujeito como responsável pela sua condição objetiva de vida e trabalho seria o mesmo que condená-lo à responsabilidade pela não efetivação dos serviços sociais. Longe de tecer a crítica sem conhecer a realidade, seria fadar a análise ao descrédito dos fatos imediatos sem avançar para outras dimensões, negando a mediação. Uma vez que esse trabalhador experimenta todas as refrações do sistema neoliberal.

Mas os desafios, como expostos pelos sujeitos de pesquisa, indicam uma direção, a relação de poder em forma macro, algo inerente a uma sociedade

capitalista dividida em classes, produtora e reprodutora de valores individuais e voltados para a lógica do consumo. E ainda as formas institucionais que esse mesmo poder se manifesta.

A relação de poder, macro ou institucional, coloca para os profissionais limites para a efetivação dos direitos enquanto classe trabalhadora, como trabalhador com direção ídeo-política para o coletivo. Esses limites institucionais esbarram nos interesses do PEP da profissão, concomitante aos princípios éticos elucidados e nos interesses do assistente social.

No campo das contradições ao qual está o trabalho profissional, o assistente social deve criar estratégias e possibilidades, tanto para responder as exigências do capital como os anseios e necessidades dos usuários. Repleto de tensões, o trabalho profissional está em constante busca por respostas que atendam a direção social da profissão. Com isso, a categoria profissional, enquanto trabalhador assalariado vive em conflito com as condições materiais repletas de forças ideológicas capitalistas, em choque com sua consciência ídeo-política e o desejo de uma nova sociabilidade.

As tensões que envolvem o trabalho profissional, mas não somente a categoria profissional, mas toda a sociedade, são desencadeadas por um conjunto de ações e reações do capitalismo, por legitimar diante da própria necessidade do ser social a possibilidade de sua reprodução, o capital produz e reproduz as condições objetivas e subjetivas da vida em sociedade e nela eleva seus valores como universais.

Tal reflexão está compartilhada entre os sujeitos de pesquisa ao elencarem que o maior desafio para a efetivação dos princípios éticos está na própria sociedade capitalista.

Avançar para além do determinismo não é tarefa fácil, considerar que as mediações em campos tão contraditórios podem elevar o homem as suas objetivações e traçar caminhos para outra sociabilidade, é desafiante para todos os sujeitos sociais.

No mesmo campo que estão os limites estão as possibilidades, identificar as escolhas possíveis já é um passo nesse longo e árduo caminho, acreditar que há um trajeto que poderá elevar os sujeitos sociais ao humano-genérico e a outra sociabilidade é o desafio para toda a sociedade. O Serviço Social nesse jogo de forças contrárias é um entre muitos outros sujeitos coletivos que compõe a realidade.

Destarte, a ética, como categoria do ser social, ética humanista crítica, está posta em constantes contratempos. Seus valores estão em contraposição aos valores da sociedade de classes, mas superar tal contradição seria o mesmo que superar a atual sociabilidade. Mas para isso, é necessário forças conjuntas numa mesma direção, pois só assim haverá a possibilidade real de transformação social e o despertar de uma ética voltada para os valores humanos de forma individual e coletiva.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, v. 91, p. 34-48, set. 2007.

AGUIAR, Sandra Maria Zanello de. A presença da ética como compromisso ético-político na formação profissional do assistente social. **Revista Capital Científico**, Guarapurava, v. 1, n. 1, p. 115-122, jan./dez. 2003. Disponível em: <www.revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/.../597/733>. Acesso em: jan. 2013.

AMMANN, Safira Bezerra. A produção científica do SS no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 5, v. 14, p. 144-176, abr. 1984.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

ABAS. **Código de Ética profissional dos assistentes sociais de 1947**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos assistentes sociais. In: _____.; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf>>. Acesso em: ago. 2012.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinario. Ética e prática profissional. In: CFESS. **Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores**. Brasília, DF, 2007. v. 2. .

CAPEL. **Cursos Recomendados e Reconhecidos**. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarArea&codigoGrandeArea=60000007&descricaoGrandeArea=CI%C3%26%23138%3BNCIAS+SOCIAIS+APLICADAS>>. Acesso em: dez. 2012.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: _____.; PAULO NETTO, José. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. Os desafios das questões éticas no Serviço Social frente ao capitalismo. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.18, n. 1, p. 27-45, 2009.

_____.; SANTOS, Rosemeire. O processo de construção de um ethos profissional, o significado de seus valores. In: _____.; SANTOS, Rosemeire. SANTOS, Fabio Fraga. RIBEIRO, Ione. **Serviço Social: fundamentos ético-políticos**. São Paulo: Pearson Pratices Hall, p. 185-236, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002a.

_____. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b. v. 1.

_____. A existência ética. In: GARCIA, Wilson Galhego (Coord.). **Ética e cidadania**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005a. (Pedagogia cidadã. Cadernos de formação).

_____. A filosofia moral. In: GARCIA, Wilson Galhego (Coord.). **Ética e cidadania**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005b. (Pedagogia cidadã. Cadernos de formação).

CHÂTELET, François. **História da filosofia**: de Platão a São Tomás de Aquino. Lisboa: Dom Quixote, 1995.v. 1.

CFAS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1965**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1975**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

CFESS. **Resolução CFESS n.º 273/93**, de 13 março 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

_____. **Resolução CFESS nº 594**, de 21 de janeiro de 2011a. Altera o Código de Ética profissional. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

_____. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2011b.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. **Resolução nº 196**, de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm. Acesso em: dez. 2012.

CRESS – 6ª Região. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: _____. (Org.). **Coletânea de leis**. 4. ed. Belo Horizonte, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087>>. Acesso em: dez. 2012.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: CFESS (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2007.

FORTI, Valeria. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, v. 91, p. 5-33, set. 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Reforma do ensino superior e Serviço Social. In: **Temporalis**, Brasília, DF, n. 1, v. 1, p.35-60, jan/jun, 2000.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. As dimensões ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2008b.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências. **Caderno Abess**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 33-76, nov. 1998.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo, 1996.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MARQUES, Maria Celeste Simões. Uma dimensão do direito “ao” e “do” trabalho. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Ética e direitos**: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffone. O projeto de pesquisa em Serviço Social. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: intervenção e pesquisa em Serviço Social. mod. 5. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.

MARTINS, Rosane Aparecida de Sousa. A pesquisa no processo de formação do assistente social na graduação: de 1930 a 2000. In: JOSÉ FILHO, Mário; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: Ed. Unesp, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Centauro, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORENTE, Manuel Garcia. **Fundamentos de filosofia**: lições preliminares. São Paulo: Mestre Jou, 1980.

MOTTA, Nair de Souza. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984.

OLIVIERA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva.; ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. O significado dos espaços formativos no ensino superior em Serviço Social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 15, n. 1, p. 69-86, 2006.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da auto-imagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010a.

ORTIZ, Fátima Grave. Serviço Social e Ética: a constituição de uma imagem social renovada. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Ética e direitos: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010b.

PAIVA, Beatriz Augusto; SALES, Mine Apolinário. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, Dilsea Adeodata (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAULA, José Antonio de. A produção de conhecimento em Marx. **Caderno ABESS**, São Paulo, v. 5, n.1, p. 17-42, jul., 1995.

PAULO NETTO, José. (Org.). **Georg Lukács: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981.

_____. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 15, v. 44, p. 26-42, abr. 1994.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, v. 50, n. 1, p. 87–132, abr. 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do SS no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. PAULO NETTO, José. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; REIS, Marcelo Braz M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4.** Brasília, DF: Ed. UnB. 2000.

_____. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, Marcelo Braz M. dos. **Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social**, 2005. Disponível em: www.locuss.org/joomllocuss/index.php?option=com_docman.... Acesso em: dez. 2012.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVEIRA, Ubaldo. A ética profissional na virada do século. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 8, n.2, p. 89-101, 1999.

_____. **Nonimata:** códigos, resoluções, diretrizes curriculares e gerais e lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. 2011, (mimeo).

SALES, Mione Apolinário. Questão social e defesa de direitos no horizonte da ética profissional. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4.** Brasília, DF: Ed. UnB. 1999.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **As ideias estéticas de Marx.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SIMÕES, Carlos. A ética das profissões. In: BONETTI, Dilsea Adeodata. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Curso de direito do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, v. 3, 2007. – (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 3).

TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do (a) assistente social: comentários a partir de uma perspectiva jurídico-normativa crítica. In: _____.; BARROCO, Maria Lucia. **Código de Ética do/a assistente social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

_____. **Cidadania ou emancipação humana?**. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/CIDADANIA_OU_EMANCIPACAO_HUMANNA.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

_____. **Cidadão ou homem livre?**. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

_____. **Ética e capitalismo**. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/ETICA_E_CAPITALISMO.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa nas ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

VIEIRA, Ana C. et al. O Serviço Social e o desenvolvimento de 1961 a 1968. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano VIII, n. 24, p. 101-122, ago, 1987.

VINAGRE, Marlise; PEREIRA, Tania Maria Dahmer. Ética e Direitos Humanos. In: CURSO de capacitação ética para agentes multiplicadores. Brasília, DF: CFESS, 2007. v. 4.

_____. Ética, Direitos Humanos e Projeto Profissional Emancipatório. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Ética e direitos: ensaios críticos: coletânea nova de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria O. da S. e. Das origens à atualidade da profissão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise B. Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Temas Geradores:

- 1) Fale sobre a Ética. O que vem a ser Ética para você?
- 2) Em qual dimensão você apreende a Ética: filosófica, histórica ou social?
Comente.
- 3) Como você apreende a Ética na realidade social e o ser social?
- 4) O que é Ética profissional?
- 5) Comente sobre a relação Ética e Ética Profissional.
- 6) Como se dá a Ética no cotidiano profissional?
- 7) Comente sobre os processos de trabalho e o agir Ético.
- 8) Como você apreende a materialização do Código de Ética dos assistentes sociais de 1993 e suas reformulações?
- 9) Há desafios? Comente.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Ética, Ética Profissional e o trabalho profissional do assistente social**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Cacildo Teixeira de Carvalho Neto**, do curso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pelo Prof. Dr. Ubaldo Silveira, pertencente ao quadro *docente da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

O presente projeto de pesquisa traz como objeto de estudo a dimensão Ética no processo de trabalho do assistente social e um estudo científico e histórico-social da Ética, tendo como objetivo: Conhecer a dimensão Ética do processo de trabalho do (a) Assistente Social no município de Uberaba/MG. O sujeito terá livre arbítrio em participar e/ou abandonar a pesquisa quando desejar. Será resguardado sua integridade social, moral e profissional, respaldado pela Resolução 196/1996 (CNS). A entrevista, do tipo semi-estruturada, tendo como técnica o uso de gravador, será realizada com o sujeito em recinto fechado e adequado, possibilitando o sigilo e garantindo-lhe o seu anonimato. Sigilo e anonimato acontecerão desde a entrevista, permeando a construção da dissertação, até a publicização dos dados.

Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, ____ de ____ de ____.

 Assinatura do participante

Pesquisador Responsável
 Nome: Cacildo Teixeira de Carvalho Neto
 Endereço: Rua Nicola Natale, nº 40
 Conjunto Cassio Resende, Uberaba, MG.
 Tel: (34) 33130275 — (34) 91375407
 E-mail: cacildoteixeira@hotmail.com

Orientador
 Prof. Dr. Ubaldo Silveira
 End: Rua Martim A. de Souza, nº 1065
 Bairro Jardim M^a Luiza, Ribeirão Preto, SP
 Tel: (16) 36332521
 E-mail: ubaldosilveira@yahoo.com.br